

**NO MEIO DA TRAVESSIA:
BREVES NARRATIVAS SOBRE GESTÃO
MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
REITORA
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA DINIZ
VICE-REITOR
BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



DIRETOR DO CCTA
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
VICE-DIRETOR
ULISSES CARVALHO DA SILVA



CONSELHO EDITORIAL
CARLOS JOSÉ CARTAXO
GABRIEL BECHARA FILHO
HILDEBERTO BARBOSA DE ARAÚJO
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
MARCÍLIO FAGNER ONOFRE
EDITOR
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL
PAULO VIEIRA
LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO
COORDENADOR
PEDRO NUNES FILHO

LUIZ DE SOUSA JUNIOR

**NO MEIO DA TRAVESSIA:
BREVES NARRATIVAS SOBRE GESTÃO
MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

**EDITORA DO CCTA
JOÃO PESSOA – PB
2017**

Revisão: Paulo Sérgio Vieira
Foto capa: Denise Lima
Diagramação e finalização da capa: Luiz Alberto
Catalogação na Publicação
Bibliotecária Josélia Oliveira – CRB15/113

S725n Sousa Júnior, Luiz de.
No meio da travessia : breves narrativas sobre
gestão municipal da educação / Luiz de Sousa Júnior. –
João Pessoa : Editora do CCTA, 2017.
232 p.
ISBN 978-85-9559-006-9
1. Educação. 2. Gestão municipal da educação – João
Pessoa, PB.
I. Título

CDU 37

Foi feito depósito legal

Todos os textos são de responsabilidade do autor.

Direitos desta edição reservados à: EDITORA DO CCTA/UFPB

Cidade Universitária – João Pessoa – Paraíba – Brasil

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Dedico este livro a *Luciana e Luca*,
duas luzes a guiar meu caminho.

AGRADECIMENTOS

Bertold Brecht compôs um lindo poema, “Perguntas de um trabalhador que lê”, o qual nos faz refletir sobre o papel das pessoas nos acontecimentos históricos. Nesse mesmo diapasão, julgo necessário dividir, com a equipe pedagógica e administrativa da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (Sedec), que esteve comigo nessa caminhada, a alegria de ter compartilhado, ainda que por um curto período, a utopia por um ensino público de qualidade. Foram dias intensos de muita dedicação para fazer a diferença na educação municipal.

Deixo meus agradecimentos sinceros aos diretores e diretoras das escolas municipais e Centros de Referência da Educação Infantil (Creis), pelo diálogo recíproco e aprendizagem mútua.

Por fim, reservo agradecimento especial aos trabalhadores e trabalhadoras da rede municipal de ensino de João Pessoa, particularmente à sua representação sindical, o SINTEM (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa), que soube buscar o diálogo sem, contudo, abrir mão de sua autonomia.

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

(Guimarães Rosa. **Grande sertão**: veredas)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO.....	13
1 O RIO CORRENDO PARA O MAR.....	17
2 OS PILARES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO MUNICIPAL.....	25
3 PREPARANDO A TRAVESSIA.....	35
3.1 PLANEJANDO A TRAVESSIA.....	35
3.2 BREVE PERFIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO PESSOA.....	42
3.3 ARRUMAÇÃO.....	49
4 TODO MENINO É UM REI.....	59
4.1 A MUNICIPALIZAÇÃO DAS CRECHES ESTADUAIS.....	65
4.2 NOVAS CRECHES E AMPLIAÇÃO DE VAGAS.....	70
4.3 AS CRECHES DE PVC CONCRETADO.....	73
5 POLÍTICAS INOVADORAS.....	81
5.1 PASSE LIVRE PARA OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL.....	81
5.2 NASCE O CELEST.....	86
5.3 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE.....	95
5.3.1 A FROTA DE ÔNIBUS ADAPTADOS.....	99
6 AVALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	103
6.1 CARREIRA E SALÁRIOS.....	105
6.2 O CONCURSO DA EDUCAÇÃO.....	121
6.3 A INSERÇÃO DOS PSICOPEDAGOGOS NA REDE MUNICIPAL.....	129
7 O DESAFIO DA FORMAÇÃO CONTINUADA	133
7.1 FORMAÇÃO CONTINUADA ANUAL.....	135
7.2 DIÁLOGOS EDUCACIONAIS.....	139
7.3 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (Pnaic).....	141
7.4 JUSTIÇA RESTAURATIVA, GÊNERO E DIVERSIDADE...144	

7.5 A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS.....	147
7.6 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA.....	149
8 NO CHÃO DA ESCOLA.....	153
8.1 INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS.....	153
8.1.1 A CLIMATIZAÇÃO DAS ESCOLAS.....	161
8.1.2 ESCOLA SEGURA.....	166
8.1.3 NOVAS ESCOLAS.....	170
8.2 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE.....	172
8.2.1 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	173
8.2.2 MATERIAL ESCOLAR.....	175
8.2.3 FARDAMENTO.....	176
9 PROJETOS PEDAGÓGICOS, AVALIAÇÃO E CURRÍCULO.....	179
9.1 PROJETOS PEDAGÓGICOS.....	179
9.1.1 A ROBÓTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO PESSOA.....	180
9.1.2 ACELERANDO O SABER.....	185
9.1.3 EDUCAÇÃO E ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL.....	188
9.1.4 PARCERIAS PEDAGÓGICAS: UM CASO DE INSUCESSO.....	194
9.2 PROJETOS CULTURAIS.....	197
9.2.1 ANO CULTURAL.....	198
9.2.2 CINEMA ECOLÓGICO.....	201
9.2.3 BIBLIOTECA ECOLÓGICA E COMUNITÁRIA.....	203
9.3 AVALIAÇÃO DA REDE.....	205
9.3.1 ESCOLA NOTA 10.....	206
9.3.2 UMA TENTATIVA DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.....	210
9.3.3 O IDEB DA REDE MUNICIPAL.....	212
9.4 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA EJA.....	213
9.5 A OFERTA DO ENSINO RELIGIOSO.....	216
9.6. ROMPENDO FRONTEIRAS.....	217
10 A FALA QUE FAZ.....	221
REFERÊNCIAS.....	227

PREFÁCIO

Fiquei muito feliz e honrado quando recebi o convite do professor da Universidade Federal da Paraíba Luiz de Sousa Junior para prefaciar o seu livro **No Meio da Travessia**: breves narrativas sobre gestão municipal da educação.

Apesar de não ter tido uma convivência diária, Luiz e eu nos conhecemos já há algum tempo, das lutas em defesa da Universidade pública brasileira. Trata-se de uma pessoa de fortes convicções em prol do ensino público de qualidade, de uma Universidade comprometida com a integração do tripé ensino, pesquisa e extensão. Foi assim que conheci Luiz – nessa luta em prol dessa importante causa. Possivelmente este seu compromisso é o resultado de alguém que cresceu no alto sertão paraibano, na cidade de Cajazeiras, e conheceu de perto a importância e o valor de estudar em escolas públicas. De lá conseguiu com mérito ingressar, através de vestibular, no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba.

O período estudantil na UFPB foi intenso, dividindo o tempo dos estudos com aquele dedicado ao movimento estudantil, que lhe permitiu a aproximação com lideranças do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT). Após concluir o seu curso de graduação, ingressou no mestrado em Educação da própria UFPB. Após concluí-lo, prestou concurso com

sucesso para o Departamento de Educação do Centro de Formação de Professores em Cajazeiras. Foi um tempo curto, pois, logo em seguida, foi transferido, em virtude de concurso público, para o Centro de Educação em João Pessoa.

Nesse época – mais precisamente a partir de 1998 –, Luiz começou a participar da diretoria da Associação dos Docentes da UFPB (ADUFB). Um período de muitas dificuldades na relação entre o poder central e as universidades federais. Mas foi também nesse período que Luiz seguiu para fazer seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP), tendo concluído em 2003.

Em 2004, viria a assumir a chefia do gabinete da reitoria da UFPB onde ficou até 2012, quando assumiu a Secretaria de Educação e Cultura do município de João Pessoa. Foi ocupando esta função que tive a oportunidade de reencontrá-lo numa bela tarde ensolarada da capital paraibana. Foi uma tarde em que pude de perto conhecer os projetos de Luiz para a pasta da educação municipal. Trocamos várias ideias. Passei um pouco da experiência do meu período de secretário de educação do Estado de Pernambuco. Mas fiquei particularmente impressionado com o planejamento de metas, pautado em dados educacionais, que Luiz estava desenvolvendo não só para João Pessoa, mas para todos os municípios paraibanos. Lembro-me da sua preocupação de como melhorar os indicadores educacionais para os anos finais do ensino fundamental.

Nesse período à frente da Secretaria de Educação municipal, Luiz implantou alguns projetos inovadores, como a adoção do Passe Livre, a criação de um centro de línguas

estrangeiras, a universalização da robótica educacional e a ampliação de escolas de tempo integral. Chama a atenção, todavia, a ênfase dada à Educação Infantil, com a municipalização de todas as creches estaduais no município e a construção de novas unidades com atendimento em tempo integral. Como resultado, em apenas dois anos, as matrículas da educação infantil praticamente dobraram na rede municipal.

Foi um período rico em sua vida profissional e pessoal, como ele próprio diz: “Posso dizer que valeu a pena”. Mas Luiz tem outro grande mérito, o da humildade, ao reconhecer: “Caso pudesse voltar no tempo, corrigiria alguns equívocos, faria ajustes ali ou acolá, escutaria mais e falaria menos”. Por outro lado, se me referi às suas fortes convicções, tem a ver também com a sua afirmação: “mas a linha central do meu pensar e do meu agir, com certeza, permaneceria intacta”.

Por fim, tenho a mais absoluta certeza de que a experiência de vida profissional, retratada por Luiz de Sousa Junior, aqui neste livro, com foco no seu tempo de secretário municipal de educação de João Pessoa, será de grande riqueza para todos nós apaixonados e comprometidos com a causa da Educação.

Boa leitura!

Mozart Neves Ramos foi secretário de educação de Pernambuco, membro do Conselho Nacional de Educação e reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é diretor do Instituto Ayrton Senna.

1

O RIO CORRENDO PARA O MAR

A “Saga de Sevirinin”, composição do genial paraibano Vital Farias, ainda hoje me causa fortes emoções. A canção começa exatamente com um pedido de licença para contar uma história (ou estória) de um pobre lavrador sertanejo, sem instrução, que foi obrigado a largar sua terra e ir ao Sul do país para – trágico fim! – desabar de vez na construção civil.

De certo modo, essa é uma imagem que povoou as recordações de muitos nordestinos, inclusive a minha. Mas aquela não é a minha história. Segui outros caminhos, os quais me conduziram a um dos momentos mais sublimes de minha vida: o de administrar a educação da rede municipal de ensino de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. E é essa história que pretendo contar daqui por diante.

De início, faço alguns alertas.

Em primeiro lugar, este livro não tem a pretensão de realizar um apanhado teórico exaustivo sobre a gestão da educação. Nem se trata, tampouco, de um rebuscado estudo de caso. Escolhi outra perspectiva, bem mais simples. Pretendo apenas relatar, historicizar e tecer algumas reflexões sobre o período curto, mas do meu ponto de vista extremamente

produtivo, em que tive a oportunidade de ir além da (necessária!) crítica às políticas educacionais em curso com relação ao ensino público. Senti, enfim, que chegara o momento de tentar traduzir em ações aquilo que o meu percurso de estudioso da área de gestão e financiamento da educação avalia como o mais adequado e mais urgente para a educação municipal. Concluída a minha passagem pela administração municipal, eis que se constituiu quase uma obrigação tornar pública uma narrativa sobre esse período.

Em segundo lugar, por conta dessa opção, boa parte do relato será feita com base em minhas memórias e, por certo, apresentará algumas inconsistências ou lacunas. Mas, sempre que necessário e possível, recorri a documentos oficiais ou matérias jornalísticas produzidas à época, os quais, certamente, ajudam a delimitar melhor os fatos narrados e, ainda, dão o necessário suporte para fortalecer argumentos aqui expostos.¹

Por último, é preciso que fique bem claro que, por ser a minha versão do vivido, este enredo, com absoluta certeza, encontra-se eivado de percepções que são, obviamente, aquelas que foram simbolicamente construídas a partir de um ponto de vista bastante particular. Por certo não é uma narrativa neutra, porém, é sincera. Procurei a maior objetividade possível na reconstrução dos fatos, de modo que o roteiro aqui desfiado seja aquele que se aproxime ao máximo dos acontecimentos reais. Ocorre que a verdade tem múltiplas faces. A que trago é, sem sombra de dúvidas, pouco mais ou pouco menos – nunca

¹ As tentativas de reconstrução dos discursos nas solenidades mencionadas neste livro, por exemplo, foram feitas a partir, claro, de minhas memórias e de matérias produzidas pela competente equipe de jornalistas da Sedec, publicadas pela Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura e reproduzidas em diversos portais de notícias do Estado.

se sabe! – que a minha verdade. E, sendo autor e ao mesmo tempo personagem central, o resultado dessas mal traçadas linhas confunde-se com as convicções deste cronista, por sinal, eivadas de muitas incertezas. Revisitar o passado, ainda que um passado não muito distante, talvez contribua para que se joguem luzes sobre o presente e sobre o futuro. Contudo é bom ter em mente, tal como afirma Walter Benjamin (1987, pp 225-225), que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”.

Julgo importante dar esse depoimento publicamente. Em certo sentido, já é história. Já passou. Mas tenho a esperança de que o esforço de tornar pública essa narrativa possa, talvez, ajudar futuros pesquisadores de política educacionais, ou mesmo todos aqueles que queiram estudar a história recente da educação brasileira e a história local, a refletir sobre esse momento que considero extremamente importante para a construção de uma escola pública de qualidade.² Mesmo considerando que existe, por parte de estados e municípios, uma forte relação de dependência para com a União, sobretudo no que tange à educação básica, são nessas duas últimas esferas que se desenrolam os enredos do sucesso ou do fracasso escolar da primeira infância até a adolescência. Penso que esta narrativa, para além de outras percepções, pode ajudar, também, a compreender tal relação que, do meu

² A importância a que aqui me refiro dá-se menos em relação ao papel que desempenhei e mais às mudanças acontecidas nas políticas educacionais no plano nacional, a exemplo da criação do Fundeb, do Piso Salarial dos profissionais da educação e da aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), entre outras.

ponto de vista, se constitui num dos calcanhares de Aquiles do federalismo brasileiro.

* * *

Todavia como cheguei a esse ponto de minha vida e de minha carreira? Convido o leitor a me acompanhar em um breve *tour* de volta ao passado. Nasci em Campina Grande, no agreste do Estado da Paraíba. Ainda no colo da mãe, juntamente com minha família, fui morar em Cajazeiras, município do alto sertão do Estado, onde vivi até os 17 anos, salvo um breve período em que a família foi tentar a sorte no sudeste do país, no Estado do Rio de Janeiro, tal qual Sevirinin. A empreitada durou pouco, e retornamos a Cajazeiras. Ali, estudei em escolas públicas e fiz vestibular para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sendo aprovado para o curso de Ciências Econômicas, no *campus* de João Pessoa, onde passei a residir a partir do ano de 1982.

Eujávinhademumaparticipaçãonomovimentoestudantil. Ainda morando em Cajazeiras e cursando as últimas séries do ensino de 1º grau³, comecei a participar de associações estudantis e me aproximei das ideias que, posteriormente, me colocariam no campo da esquerda democrática, já na Universidade. Ao entrar na UFPB, deparei-me com uma constelação de correntes anticapitalistas, todas na luta contra o regime militar iniciado em 1964, coincidentemente também o ano do meu nascimento. Era uma época de grande efervescência política. Diversas tendências disputavam a direção do Movimento Estudantil. Logo, me aproximei das lideranças ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), agremiação recém-criada por operários,

³Correspondente, hoje, às séries finais do ensino fundamental.

intelectuais, organizações de esquerda e setores progressistas da Igreja Católica, liderados por Lula, dirigente do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista.

Comecei a militar no seu setor estudantil, na verdade, um “saco de gatos” de organizações esquerdistas, a maioria com referência nas ideias do revolucionário russo Leon Trotsky, com críticas à traição cometida pelo ditador soviético Joseph Stalin contra os trabalhadores e oposição à burocratização do Estado imposta pelo Partido Comunista soviético.⁴ Defendiam ainda a internacionalização da revolução soviética. Fui militante de uma dessas correntes, denominada de *Causa Operária*, até o momento em que ela optou por constituir-se em partido. Nesse período, participei das mobilizações pela redemocratização do país, fui dirigente estudantil do Centro Acadêmico de Economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPB e vim a prestar assessoria a sindicatos e parlamentares.

Concluído o curso de graduação, ingressei no Mestrado em Educação Popular (atualmente Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE), também na UFPB, motivado em grande parte pela militância política, com orientação inicial do professor Silvio Frank Alem e, após seu falecimento, da professora Luzete Adelaide Pereira. O mestrado foi concluído em 1994. Naquele mesmo ano, prestei concurso para o Departamento de Educação do Centro de Formação de Professores (CFP), antigo *campus V* da UFPB,⁵ em Cajazeiras, e fui aprovado.

⁴ A revolução socialista de 1917, na Rússia, liderada por Ulianov Lênin e Leon Trotsky, acabou degenerando no que ficou conhecido como Estado burocrático soviético, sob o comando do ditador Joseph Stalin. No início dos anos de 1990, após sublevações populares, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi oficialmente extinta.

⁵ A UFPB foi desmembrada em 2002. O CFP ficou vinculado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A nomeação demorou a acontecer e só fui convocado para assumir o cargo no ano de 1996. Nesse meio tempo, prestei seleção para professor substituto do DHP, sendo aprovado. Ali permaneci até ser nomeado, em caráter definitivo, no CFP, em Cajazeiras. Porém minha estada ali foi curta. Logo no ano seguinte, fiz o caminho de volta para João Pessoa, a fim de integrar-me ao Departamento de Habilitações Pedagógicas (DHP) do CE da UFPB, em virtude de aprovação em novo concurso.

Mesmo com meu ingresso na condição de docente da UFPB, quando passei a investir na carreira acadêmica, mantive sempre um pé na militância social. Assim, em 1998, participei da diretoria da Associação dos Docentes da UFPB (ADUFPB), no cargo de diretor de política educacional. Eram tempos difíceis em termos de setor público. A ofensiva neoliberal,⁶ com sua política de desmonte das universidades estatais, praticamente inviabilizava a tríade ensino – pesquisa – extensão. Entretanto a Universidade pública lutou, sobreviveu e renasceu.

Ao término da gestão na ADUFPB, consegui afastamento para cursar o doutorado. Em 1999, fui selecionado para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade

⁶ O neoliberalismo, no Brasil, teve seu auge no governo Fernando Henrique Cardoso. Privatizações, descentralização de ações sem acompanhamento de recursos, “empoderamento” do mercado etc. foram as marcas do seu governo. O sucesso da política econômica da época é bastante duvidosa. “No caso brasileiro, a política econômica adotada desde 1994, com a implantação do Plano Real, tem como fundamentos a estabilização da moeda associada ao câmbio sobrevalorizado e a abertura comercial, de forma bastante acelerada. Essa política foi responsável pelo crescente deficit na conta de transações correntes, atingindo em junho de 1999 cerca de 4,8% do Produto Interno Bruto, isto é, algo em torno de 32,5 bilhões de dólares. A dívida pública, por sua vez, praticamente quintuplicou nesse período, passando de cerca de 60 bilhões de dólares em julho de 1994 para aproximadamente 300 bilhões no primeiro trimestre de 1999. Já a dívida de médio e longo prazo cresceu de 53,8 bilhões de dólares em 1980 para 208 bilhões em fevereiro de 2001, segundo dados do Banco Central. Em julho de 2002, a dívida líquida do setor público chegou a R\$ 819,4 bilhões, o que correspondia a 61,9% do PIB” (SOUSA JUNIOR, 2003, pp. 40-41).

de São Paulo (USP), com o tema sobre financiamento da educação, cuja orientação esteve a cargo do professor Romualdo Portela de Oliveira. No período de 1999 a 2002, passei a me dedicar, quase que exclusivamente, ao exame da política de financiamento da educação básica brasileira.

Concluída a pesquisa, defendida em fevereiro de 2003, retomei as atividades acadêmicas na UFPB. Imediatamente, credenciei-me no PPGE do Centro de Educação da UFPB, dando continuidade às pesquisas na área de financiamento da educação. Como resultado do trabalho acadêmico, publiquei dezenas de artigos em eventos nacionais e internacionais, vários livros como autor ou organizador e diversos artigos em autoria ou coautoria, além de ter tido o prazer de orientar alunos de mestrado e doutorado.

No interstício de 2003 a 20012, ocupei os cargos de vice-chefe do DHP e vice-coordenador do PPGE e, em novembro de 2004, assumi a chefia de gabinete da Reitoria da UFPB, entregando o cargo em setembro de 2012, para assumir a Secretaria de Educação e Cultura do município de João Pessoa. Nos quase oito anos de participação na administração central da UFPB, busquei contribuir para sua expansão quantitativa e qualitativa. Nesse período, a UFPB dobrou o número de cursos, de alunos, criou um novo *campus*⁷ e iniciou uma extensão do curso de Direito, na cidade de Santa Rita, e no bairro de Mangabeira, onde hoje abriga o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) e o Centro de Informática (CI).

⁷ Na prática, dois *campi*, com sedes nas cidades de Mamanguape e outro em Rio Tinto, municípios do litoral norte do Estado da Paraíba.

Desde 1999, passei a atuar em duas importantes entidades acadêmicas nacionais: a Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e a Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), entidade esta de que tive a honra de ser presidente estadual na Paraíba, função que retomei no ano de 2015. Mais recentemente, incorporei-me à Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação).

Portanto, creio que essa junção do compromisso político com o conhecimento técnico e a experiência administrativa na gestão da UFPB pavimentou meu caminho rumo à Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa.

A pergunta que você, leitor, talvez queira me fazer, neste exato momento em que apenas inicio a narrativa, seria:

– Valeu a pena?

Caso queira uma resposta imediata, vá para o último capítulo deste livro. Lá estará o balanço geral dessa empreitada. Caso, porém, o leitor queira tirar conclusões com base em suas próprias impressões, ainda que a partir do relato deste autor, creio que o melhor será me acompanhar ao longo das páginas deste pequeno alfarrábio, o qual procura descortinar, passo a passo, minha passagem pela Sedec nos dois anos e quatro meses em que estive no seu comando. Assim, terá a chance de verificar e examinar criticamente o que senti e vivenciei naquele período e, ao final, encontrar sua própria resposta para o questionamento.

Contudo, nesse último caso, é preciso deixar o rio seguir seu curso. Felizmente, suas margens se encontravam bem delineadas.

2

OS PILARES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO MUNICIPAL

Antes de dar início ao relato de minha experiência à frente da gestão da rede municipal de ensino de João Pessoa, e mesmo tendo me comprometido em não dar a esta narrativa uma perspectiva teoricista, considero necessário ressaltar neste capítulo, ainda que de maneira **rápida, a compreensão político-pedagógica que norteou o meu trabalho** como secretário de Educação e Cultura de João Pessoa.

Em primeiro lugar, **é importante reconhecer que vêm** acontecendo respeitáveis mudanças na gestão pública da educação, notadamente nas últimas duas décadas. Desde a década de 1990, já havia sido desencadeada uma mudança brusca na condução das políticas educacionais.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, ancorado em teses marcadamente neoliberais, incorporou diversas alterações no formato das ações governamentais, das quais se pode destacar a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em desacordo com o projeto inicial apoiado por entidades representativas de profissionais da educação, de pesquisa educacional e de defesa da educação

pública; a adoção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e de um sistema nacional de avaliação da educação básica e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), com suas virtudes e defeitos. Importa destacar, neste momento, que o Fundef foi uma política de financiamento que, pela primeira vez na história da educação brasileira, vinculou recursos ao pagamento de salários dos professores e induziu à universalização do ensino fundamental. Contudo o Fundo tinha dois calcanhares de Aquiles: sua concepção focalista, restringindo seus efeitos ao ensino fundamental e deixando os demais níveis e etapas sem fontes seguras de financiamento; e a não inclusão de recursos novos para custear o aumento no número de matrículas.

Imperava uma visão denominada de gerencialista, de reforma do Estado brasileiro a partir do critério do *accountability* (prestação de contas), sem correspondente aumento de recursos. Os *think thanks* ligados à social-democracia brasileira concebiam a escola a partir de certos padrões produtivistas e empresariais e de transferência da educação da esfera dos direitos sociais para a esfera do mercado, nas palavras de Pablo Gentili (1996).

Essa reforma esteve ancorada nas propostas apresentadas por organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial (BM). Em linhas gerais, a política educacional do BM consistia nas seguintes diretrizes: a) o investimento em educação contribui para a acumulação de capital humano por ser crucial para o crescimento econômico e o alívio ou redução da pobreza; b) a prioridade deve ser dada à educação básica. Por

educação básica entenda-se o ensino primário mais o primeiro ciclo do ensino médio, correspondente a oito anos (agora nove) de escolaridade; c) a participação das comunidades na suplementação de verbas para as escolas deve ser incentivada, bem como as parcerias com as ONGs (Organizações Não-Governamentais) e, mais recentemente, com as Organizações Sociais devem ser ampliadas; d) o investimento público deve ter como foco a educação básica, entendendo-se o que, no Brasil, significa ensino primário ou séries iniciais do ensino fundamental. O ensino secundário (ensino médio, em nosso caso) e o ensino superior podem ser custeados por taxas, anuidades ou outras formas de reembolso. O financiamento privado deve ser incentivado tanto para o ensino superior quanto para a educação profissional; e) a avaliação deve ser estandarizada e, em todos os níveis, deve-se prestar atenção aos resultados, fazendo o acompanhamento através de análises econômicas, estabelecendo normas e medindo resultados; f) por fim, para viabilizar a desoneração do Estado no financiamento da educação pública, deve-se aumentar a autonomia e a responsabilidade das escolas e instituições, incentivando-se o uso de impostos locais e centrais, participação da comunidade nos custos escolares, cobrança de taxas no nível superior, empréstimos aos alunos capacitados, mas sem condições de autossustentação, financiamento baseado no produto e na qualidade.

Hoje, existe, senão um consenso, pelo menos uma posição majoritária com respeito ao fato de que os resultados prometidos pelas reformas educacionais dos anos de 1990 não foram alentadores. Na maioria dos países em que a reforma

foi implantada, o qualidade do ensino não melhorou e, contrariamente ao que propunha, a desigualdade educacional se tornou mais presente, até mesmo nas potências econômicas como os Estados Unidos da América. Essa, pelo menos, é a conclusão a que chegou Diane Ravitch, uma das assessoras do governo de George Bush que ajudou a formatar a reforma educacional americana—baseada em metas, testes padronizados, responsabilização do professor pelo desempenho do estudante e fechamento de escolas mal avaliadas. Depois de 20 anos defendendo um modelo que serviu de inspiração a outros países, entre eles o Brasil, Diane Ravitch chegou à conclusão de que, em vez de melhorar a educação, o sistema em vigor nos Estados Unidos está formando apenas estudantes treinados para fazer uma avaliação (RAVITCH, 2011).

Juan Carlos Tedesco (2012) pontuou bem a questão, ao afirmar que a lógica que predominou nas reformas educacionais dos anos de 1990 dava ênfase à mudança institucional e tinha como certo que instrumentos como medição de resultados, financiamento da demanda, avaliação do desempenho dos docentes e alterações nos conteúdos curriculares a partir de prescrições curriculares ou padronização induziriam à melhoria do processo ensino—aprendizagem. Não foi o que ocorreu. Para Tedesco, embora não seja correto desconhecer a importância das variáveis do contexto socioeconômico e institucional, “a variável chave é o docente, seus métodos, suas atitudes e suas representações” (Idem, p. 33).

Houve uma clara inflexão democrática na política educacional brasileira a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Para alguns, as mudanças foram insuficientes,

no que concordo em parte, sobretudo no primeiro mandato. Com efeito, ações esparsas e até mesmo desconexas entre si, grande diversidade de programas especiais, no mais das vezes com viés focalista, predominaram nos três primeiros anos do governo. Lucia Camini rememora os títulos de alguns desses programas, lançados pelo então ministro da Educação, Cristovam Buarque, que praticamente caíram no esquecimento: Escola Ideal, Brasil Escolarizado, Escola Moderna, Universidade do Século XXI. Apesar do seu nome de fantasia impactante, estes careciam de clareza e formulação (CAMINI, 2013).

Porém **não há como diminuir a importância dessas alterações na política educacional**, do ponto de vista da busca da qualidade e da equidade. Seguindo as trilhas do financiamento, em substituição ao Fundef veio o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), proposta de Emenda Constitucional, enviada no final do primeiro mandato de Lula, aumentando o alcance do investimento educacional para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica e ampliando a obrigatoriedade da oferta desde os quatro até os 17 anos de idade. Importante ressaltar aqui que a política de financiamento da educação infantil teve uma configuração mais clara a partir do governo Dilma Roussef, com o programa Brasil Carinhoso.

A adoção do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi um marco na política de planejamento educacional. Surgido logo após o lançamento do Plano de Aceleração

do Crescimento (PAC), o PDE¹ englobou antigas ações, reformulou outras e criou novos programas. Destacam-se a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Pró-Infância, o Provinha Brasil, os programas de expansão do ensino superior (PROUNI e REUNI),² o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério, entre outros. No campo da educação básica, os programas e ações ficaram acobertados sob o manto do Plano de Ações Articuladas (PAR). O diagnóstico a ser elaborado por estados e municípios deveria estruturar-se em quatro grandes dimensões: gestão educacional, formação de professores e dos profissionais de serviço de apoio escolar, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos. Para financiar o conjunto de ações, o MEC, por intermédio do FNDE, disponibilizaria R\$ 8 bilhões até 2010.

O PDE não ficou imune a críticas. Dermeval Saviani (2007, p. 1.253) destacou que o Plano se assenta em “uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas ‘pedagogia das competências’ e ‘qualidade total’”. A crítica, a meu modo de ver, tem sua validade para determinados aspectos do PDE. Todavia, por sua abrangência e capilaridade, este se traduziu numa ação efetiva de mudança nas condições de oferta da educação nacional e numa ação calcada no regime de colaboração que deve permear as relações entre os entes federados.

Julgo importante reafirmar que não vejo a educação como um negócio. Logo, não considero aceitável reproduzir,

¹ Também denominado de PAC da Educação.

² O PROUNI, ou Programa Universidade para Todos, visa à inserção de alunos carentes em instituições de ensino superior particulares. Já o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior pública.

acriticamente, as formas mercadológicas e gerenciais na estrutura do ensino público. A busca da qualidade, da eficiência e da eficácia na educação pública não pode servir de pretexto para reduzir o ensino à mera atividade de formação de trabalhadores e de consumidores.

O conceito de Qualidade Educacional que busquei trabalhar se opõe à visão utilitarista de educação e à sua “versão pedagógica”: a pedagogia da Qualidade Total. Em consequência, penso a educação e, particularmente, a gestão da educação como uma prática social que busca democratizar a sociedade e tornar mais horizontal as relações entre as pessoas. Essas, por sua vez, como disse Paulo Freire, transformam o mundo.

O fim da educação deve ser o pleno desenvolvimento de todos os indivíduos, sem qualquer distinção. Claro, trata-se de uma utopia. Mas não poderá existir, jamais, educação sem utopia. Ela é a raiz, a esperança de um mundo melhor.

Contudo é preciso, para além de nossas utopias, trabalhar o cotidiano da política educacional, e isso não se faz sem planejamento. Planejar significa deixar claras as intenções, saber aonde se quer chegar, definir prioridades, estabelecer percursos, organizar a travessia e escolher as companhias.

No campo da gestão educacional, o planejamento pode ser delimitado em alguns aspectos. Temos, inicialmente, a busca da melhoria e da organização das instalações escolares, dos equipamentos em quantidade e qualidade, das bibliotecas, dos laboratórios etc, com vistas a ofertar condições igualitárias de infraestrutura educacional para todos.

Um segundo aspecto a ser tratado diz respeito à dimensão da gestão do trabalho escolar, em que o foco é o planejamento das atividades pedagógicas, os serviços de orientação e o fortalecimento dos mecanismos de informação e comunicação, sempre em busca da gestão participativa e do projeto pedagógico coletivo.

Uma terceira questão reporta-se aos espaços sociais, correspondentes às condições socioeconômicas das famílias, ao protagonismo juvenil, à cultura da paz, da tolerância, da liberdade e do respeito à heterogeneidade sociocultural.

Por fim, é fundamental compreender e tratar do papel do Estado, o que significa asseverar a obrigatoriedade da oferta da educação básica com qualidade, assegurar padrões adequados de financiamento, de valorização do magistério e dos demais profissionais da educação, de aprovar e comprometer-se com as diretrizes e os planos nacionais, de promover a avaliação diagnóstica do ensino e das redes e de fornecer, com regularidade, os programas suplementares. Esse compromisso deve ser exercitado de forma transparente e em sintonia com a sociedade.

Já se tornou clássica a definição do pensador italiano, Norberto Bobbio (2007), acerca da democracia como o governo do poder público em público. Os dois sentidos do enunciado reportam-se, ainda de acordo com Bobbio, ao oposto de privado, aqui entendido como o particular, e o oposto de secreto, às escuras. O primado do público, portanto, “se funda na contraposição do interesse coletivo ao interesse individual” (Idem, p. 27), ou seja, define claramente que o poder é de fato público se, e tão somente, souber respeitar o interesse da

coletividade. Nesse mesmo diapasão, deve ser exercitado de forma límpida e transparente, aberto ao exame e à crítica da sociedade, de modo que possa ser visível a todos os cidadãos e cidadãs.

Foi, portanto, sobre esses pilares que procurei alicerçar, fundamentar e desenvolver ações em busca de uma educação de qualidade, enquanto estive à frente da Sedec. Mas é imperativo reconhecer que, da teoria à prática, **há um longo caminho a ser percorrido. E para que a travessia tivesse sucesso**, seria necessário ter um bom planejamento e uma equipe capaz de levar a frente o projeto.

3

PREPARANDO A TRAVESSIA

A assunção ao cargo de secretário municipal de educação de João Pessoa foi um momento ímpar em minha trajetória **política e acadêmica**. As inovações e as realizações teriam que ser bem planejadas, sob pena de incorrer-se em um completo fiasco. Para além do planejamento, era preciso, ainda, contar com uma equipe de auxiliares bastante motivada, politicamente engajada com o projeto e com o perfil técnico adequados para me acompanhar nessa travessia.

3.1 PLANEJANDO A TRAVESSIA

Quando, em meados de agosto de 2012, o telefone celular tocou, tive o pressentimento de que seria algo importante a ser tratado. De fato, no outro lado da linha, o então candidato a prefeito de João Pessoa pelo PT, Luciano Cartaxo, propôs uma reunião de urgência para discutir um assunto inadiável e que envolvia a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Não tive dúvidas de que a conversa se daria em torno da Sedec, a qual se encontrava sem titular desde o pedido de exoneração feito pela ex-secretária Ariane Norma de Menezes Sá. Interinamente, o

prefeito Luciano Agra havia nomeado o adjunto da pasta, Genildo Lucena, para tocar a Secretaria.

E o foi o que, realmente, ocorreu.

Marcamos o encontro ao meio-dia no Shopping Tambiá. De lá seguimos para um restaurante que fica no entorno. Ali, o candidato teria um bate-papo informal com jornalistas. Entre uma conversa e outra, ele me chamou para um canto do restaurante e foi direto ao assunto.

– Sabe aquela questão para o início do ano que vem? Vai ser agora!

“Aquela questão”, obviamente, se referia à Sedec. Imaginei logo que Cartaxo já havia conversado com Agra sobre o assunto. Eu fiz uma ponderação. Não seria melhor aguardar para o próximo ano? Argumentei que não sabia como estava a situação da Secretaria e temia ser responsabilizado por alguma inconformidade no final da gestão. O futuro prefeito insistiu, o momento era aquele. Seria a transição da pasta.

Eu já vinha participando ativamente da campanha pela candidatura própria do PT para prefeito de João Pessoa e de reuniões para consolidar o bloco majoritário que levaria Cartaxo a vencer a disputa interna do PT municipal contra um setor que defendia apoio a outras candidaturas. Para além desse apoio descompromissado, mais importante talvez tenha sido o fato de que eu fora um dos principais palestrantes do círculo de seminários promovido pelo pré-comitê do candidato petista, sob a coordenação do professor Eder Dantas, denominado “Inova João Pessoa”, que discutiria as questões da cidade. Abordei precisamente o tema da educação municipal

e, reconhecimento, carreguei um pouco nas tintas, ao traçar o quadro do ensino público em João Pessoa. Ali, contudo, estava a base do programa de governo que viria a ser lançado. A ênfase seria dada à educação infantil, relacionamento dialógico com os trabalhadores e trabalhadoras em educação, parcerias com o governo federal e melhoria da qualidade do ensino.

Há muito eu já vinha estudando a política educacional do município de João Pessoa. Minha tese de doutorado abordou o tema do financiamento da educação na rede estadual de ensino da Paraíba e em mais quatro municípios paraibanos: João Pessoa, Cabedelo, Pombal e Cajazeiras. A pesquisa foi além do estudo acerca da situação financeira e orçamentária. Na época, detive-me bastante à análise dos indicadores educacionais do município. Creio que foi o primeiro trabalho na Paraíba a compilar, de forma mais sistemática, os dados alusivos à educação municipal. Uma síntese da tese, com seus principais “achados”, foi publicada em 2005, no formato de artigo (SOUSA JUNIOR, 2005). Outros artigos acerca do assunto foram publicados, em âmbito local, no semanário pessoense *Contraponto*. Desde então, venho atualizando o banco de dados que montei para consumo próprio e procedendo a análises sobre a evolução da educação municipal de João Pessoa, inclusive com orientações de pesquisas de mestrado e doutorado.

Em 2004, participei da construção do livro *Uma nova visão da cidade* (ARRUDA, 2004). Tratava-se de uma tentativa de análise mais detalhada das políticas públicas para o município de João Pessoa. O objetivo a ser alcançado seria realizar um minucioso diagnóstico das condições financeiras,

orçamentárias e das políticas realizadas no município, o qual serviria como base ao programa de governo do PT naquele ano.

Por fim, os quase oito anos à frente da chefia de gabinete do reitor da UFPB deram-me uma visão aguçada acerca da gestão pública, desde o relacionamento com os servidores técnico-administrativos, docentes e alunos, até as questões do orçamento, das licitações, o diálogo permanente com os órgãos de controle externo etc.

Foi confiando nessa “bagagem” que aceitei o convite. Sentia-me preparado para assumir o cargo. Não tinha como recuar. Pedi apenas alguns dias para conversar com a família e com o reitor da Universidade Federal da Paraíba, à época Rômulo Soares Polari, de quem eu era chefe de gabinete desde 2004, início de sua primeira gestão. Essa, eu tinha certeza, seria uma conversa mais delicada.

A eleição para a sucessão de Rômulo Polari, na UFPB, ocorrida em 2012, aconteceu de forma bastante tumultuada e foi parar na Justiça Federal. A chapa de oposição conseguiu uma liminar para realizar o segundo turno das eleições em plena greve de funcionários. Houve boicote por parte da chapa situacionista, mas a justiça convalidou o processo, a despeito do dispositivo constitucional que assegura a autonomia universitária. Polari estava sob forte pressão para acatar a decisão judicial. A minha saída, em plena efervescência, seria mais uma baixa da equipe. O momento era bastante difícil. Contudo, após duas reuniões não muito longas, o reitor aquiesceu.

Fui ao encontro dos dois Lucianos numa tarde ensolarada de agosto. Eles iriam gravar programas de televisão e rádio para o horário eleitoral. Conversamos sobre a conjuntura política, e foi aí que eu soube que Luciano Agra teria, semanas atrás, em meio a uma conversa e outra, perguntado a Cartaxo quem seria, caso fosse eleito, o seu secretário de educação. O candidato confirmou o meu nome. E Agra fulminou: por que não antecipar?

E, um pouco de maneira fortuita, naquela tarde eu me tornaria secretário municipal de educação e cultura.

Tomei posse em 12 de setembro de 2012. Recebi a portaria das mãos do então chefe de gabinete do prefeito, Ronaldo Dominoni. Dirigi-me à Sedec e fui recebido por Genildo Lucena. Entrei na sala do secretário. Minha primeira impressão da Secretaria não foi das melhores em termos de condições de trabalho. A começar pelo assoalho sujo e desgastado do gabinete. A sala do titular da pasta, de tão pequena, tinha apenas uma mesa de reuniões, a qual servia também de mesa de despacho e trabalho. Lembrei-me imediatamente da sala que havia ocupado, por cerca de oito anos, na UFPB. Embora sem supérfluos, ela era ampla e acolhedora. Senti um aperto no coração. Se o gabinete do secretário se encontrava em estado lastimável, como se encontrariam as escolas e creches? Pensei, naquele momento, que seria necessário fazer alguns ajustes para melhorar as condições de trabalho. Porém isso ficaria para mais tarde. Seria o momento de conhecer, inicialmente, a equipe.

Convoquei uma reunião para o Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura, que lotou. Havia um clima de

apreensão. Cogitavam-se demissões, cortes e remanejamentos. Procurei tranquilizar a todos e todas. Estava ali para concluir a gestão do prefeito Luciano Agra. Sequer alteraria a chefe de gabinete e a secretária particular, cargos de irrestrita confiança. Mudanças viriam, muito provavelmente, com o novo governo. E assim foi feito. Acredito que esse início foi importante para, no futuro, assegurar o compromisso da ampla maioria dos servidores efetivos e prestadores de serviço da Sedec com a futura gestão de Luciano Cartaxo, que fora eleito, em segundo turno, com 68,3% dos votos válidos dos eleitores da capital paraibana.

No dia 9 de novembro de 2012, após muitas negociações envolvendo o prefeito Luciano Agra e o futuro prefeito, Luciano Cartaxo, foi enfim divulgada a lista dos membros da equipe de transição de governo. Do lado da gestão que estava próxima a se encerrar, foram indicados os nomes do secretário de Planejamento, Aldo Prestes; da secretária de Comunicação, Marly Lúcio; da secretária de Saúde, Roseana Meira; do secretário de Educação, Luiz Junior; e do procurador-geral do município, Vandalberto Carvalho. Meu nome foi incluído como membro da gestão anterior.

O prefeito eleito indicou o professor Rômulo Polari, ex-reitor da UFPB, para coordenar a equipe, que seria composta ainda por Marcelo Pinheiro de Lucena (professor de Contabilidade da UFPB), Fábio Guerra (auditor fiscal), Sérgio Ricardo (advogado), Rodrigo Farias (advogado), Anselmo Castilho (advogado), Eder Dantas (professor da UFPB) e Marcus Alves (jornalista e servidor técnico-administrativo da UFPB).

A equipe de transição ficou alojada em um prédio da Caixa Econômica Federal (CEF) e, até o final do ano de 2012, reuniu-se para avaliar as contas públicas municipais e preparar as primeiras ações do governo que assumiria em 1º de janeiro de 2013. Aproveitei a oportunidade para expor, de forma mais detalhada, minhas ideias para a educação municipal.

Minha convivência com Rômulo Polari, nos quase oito anos de gestão na UFPB, facilitou bastante a construção do nosso Plano de Trabalho, pelo menos no que se refere ao item Educação. Trocamos muitas ideias, tanto nas longas reuniões que tivemos na sede da CEF quanto em outros ambientes. Assim, fomos aperfeiçoando o texto, de modo que conseguimos escrever não apenas um documento alusivo ao processo de transição, mas um plano de governo perfeitamente estruturado.

Ao final dos trabalhos, a equipe de transição publicou um documento em que se traçavam as metas para os primeiros 100 dias do novo governo. O Relatório seria a base do “Plano de Metas 2013–2016”, que teve a redação final de Rômulo Polari. No documento da Comissão de Transição, havia um capítulo referente à educação, intitulado “Mais acesso, mais qualidade na educação”. Aquele texto continha um diagnóstico breve da situação educacional de João Pessoa, os objetivos da nova gestão e as bem delineadas metas, para curto e médio prazos, que a pasta da Educação deveria alcançar.

De maneira bem sintética, podem-se reduzir os objetivos do Plano em duas frentes prioritárias: ampliação do acesso e melhoria da qualidade do ensino. A ênfase na expansão da rede municipal de ensino se daria especialmente com atenção

à creche e à pré-escola, de acordo com os programas “Brasil Carinhoso” e “Pró-Infância”, do governo federal, e com a ampliação significativa da educação em tempo integral, criando, dessa forma, condições também para combater a evasão e a repetência, além de fortalecer o caráter cidadão da formação de nossas crianças e jovens.

De fato, o documento discutido e consolidado na Comissão de Transição mostrava-se mais ousado do que o programa de governo apresentado aos eleitores. Obviamente, ele seria inexequível sem o auxílio do governo federal, sobretudo no tocante à construção de creches e escolas. Essa seria a grande aposta do governo, não somente na educação, como também em diversas outras áreas do governo. Aliás, tive, desde o primeiro momento, a consciência de que o sucesso da gestão municipal estaria umbilicalmente ligado às boas relações político-administrativas com o governo da presidenta Dilma Roussef. Nesse ponto, com certeza, nunca existiram controvérsias.

Fechado o planejamento estratégico, sedimentado no Plano de Metas, era chegada a hora de arrumar a casa e lançar a jangada ao mar.

3.2 BREVE PERFIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO PESSOA

Capital do pequeno Estado da Paraíba, localizado no Nordeste do Brasil, João Pessoa é a oitava cidade mais populosa da região nordestina, com 791.438 habitantes vivendo em uma área territorial de 211,475 km². A capital paraibana vem apresentando, ao longo dos últimos anos,

um forte crescimento demográfico. De 2000 a 2014, a taxa de crescimento populacional de João Pessoa foi de 32%, e o aumento, em termos absolutos, resultou em 193.503 novos habitantes.

João Pessoa é a cidade com maior economia do Estado da Paraíba, representando 30,7% das riquezas produzidas. Embora o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per Capita (PPC) tenham apresentado, no período de 2002 a 2010, uma evolução positiva, o crescimento ficou, no entanto, abaixo da média da expansão nacional ou regional. O PIB do Brasil cresceu, naquele período, 37%; o do Nordeste, 42%; o da Paraíba, 38% e o de João Pessoa, 35%.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de João Pessoa é considerado alto. Para o ano de 2010, ficou em 0,763, colocando a capital paraibana na quarta posição entre as capitais nordestinas. Os serviços públicos são os grandes responsáveis pelas atividades econômicas do município. Em seguida, aparecem o comércio, a construção civil e os serviços educacionais. O turismo vem apresentando uma boa evolução ao longo dos últimos anos.

A cidade de João Pessoa é a terceira capital de Estado mais antiga do Brasil, tendo já sido fundada com título de cidade. Em seu território, encontra-se a ponta do Seixas, considerado o ponto mais oriental das Américas. Por conta disso, a cidade foi agraciada com o título de a “Porta do Sol”, uma feliz homenagem do compositor paraibano Flávio Eduardo Maroja Ribeiro, mais conhecido como mestre Fuba.

A rede municipal de ensino de João Pessoa é composta, atualmente, por 95 escolas, que atendem a alunos da educação

infantil (pré-escola) e séries iniciais e finais do ensino fundamental, e também da educação de jovens e adultos. Conta ainda com 81 Centros de Referência em Educação Infantil (Creis), que atendem a crianças de zero a seis anos de idade. A rede está organizada em nove polos, dispostos de acordo com a proximidade entre os bairros onde estão localizadas as instituições de ensino, a saber.

POLO 1 – Mangabeira / Bancários / Cidade Universitária/ Penha

Afonso Pereira da Silva – Ana Cristina Rolim Machado – Anita Trigueiro – Antônio Santos Coelho – Aruanda – David Trindade – Índio Piragibe – João Gadelha de Oliveira – Lions Tambaú – Luiz Vaz de Camões – Olívio Ribeiro Campos – Virgínius da Gama e Melo – Zumbi dos Palmares – Crei Custódia Nóbrega – Crei Maestro Pedro Santos – Crei Rita Gadelha de Sá – Crei Vera Lúcia – Crei José de Carvalho Costa Filho – Crei Rebeca Cristina – Crei Edileuza Maria – Crei Márcia Suênia

POLO 2 – Cristo / Rangel

Agostinho Fonseca Neto – Américo Falcão – Analice Caldas – Francisco Edward de Aguiar – Francisco Pereira Nóbrega – Augusto dos Anjos – Bartolomeu de Gusmão – Dumerval Trigueiro Mendes – Leônidas Santiago – Luiz Mendes Pontes – Padre Pedro Serrão – Santa Ângela – Santa Emília de Rodat – Ubirajara Targino Botto – Crei Roberto Vieira – Crei Rodrigo Moreno – Crei Rosa Andrade

POLO 3 – Bairro dos Novais / Alto do Mateus

Ana Nery – Arnaldo de Barros Moreira – Euclides da Cunha – João Medeiros – João Santa Cruz – João XXIII – José Novais – Luiza Lima Lobo – Napoleão Laureano – Severino Patrício – Crei Floriano Augusto – Crei Francisco Porto – Crei Margot Trindade – Crei Maricelli Carneiro – Crei Maria de Lourdes

POLO 4 – José Américo / Valentina de Figueiredo/ Ernesto Geisel / Gramame

Antonia do Socorro Machado – Carlos Neves da Franca – Cícero Leite – Dom Helder Câmara – Dom Marcelo Pinto Carvalheira – Fenelon Câmara – José Américo de Almeida – José Eugênio Lins de Albuquerque – Padre Leonel da Franca – Crei Citex – Crei Dom Marcelo – Crei João Leite Gambarra Neto – Crei Prof^a Marinete F. Paiva de Oliveira – Crei Maria de Fátima Amorim Navarro – Crei Glória Cunha Lima – Crei Arlete de Almeida Nunes – Crei Suellen de Oliveira – Crei Olga Maria – Crei Gerusa Olinda – Crei Maria do Socorro Rodrigues

POLO 5 – Jaguaribe/ Torre/ Centro/ Róger/ Varadouro/ Ilha do Bispo/ Miramar

Cônego João de Deus – Cônego Mathias Freire – Damásio Franca – Frei Afonso – Frutuoso Barbosa – Governador Leonel Brizola – José Peregrino – Monsenhor João Coutinho – Santos Dumont – Crei Assis Tavares – Crei Diotília Guedes – Crei El Shadai – Crei Frei Afonso – Crei Júlia Ramos – Crei José M.

Buriti – Crei Renato Lucena – Crei Lindemberg Vieira – Crei Pedrelina Maria de Jesus

**POLO 6 – Pe. Zé / Mandacaru / B. Estados / 13 de Maio / B. Ipês/
Bessa**

Ângelo Francisco Notare – Aylton Cavalcanti de Ataíde – Francisca Moura – Frei Albino – General Rodrigo Otávio – Hugo Moura – José de Barros Moreira – Luiz Augusto Crispim – Nazinha Barbosa – Senador Ruy Carneiro – Seráfico da Nóbrega – Ubirajara Pinto Rodrigues – Violeta Formiga – Crei Antonieta Aranha de Macedo – Crei Antônio Varandas de Carvalho – Crei Dona Tana M^a da Conceição Bezerra – Crei João Tota – Crei Oduvaldo Batista – Crei Vicente Chaves de Araújo – Crei Fabiana Lucena

POLO 7 – Bairro das Indústrias / Costa e Silva / Ernâni Sátyro

Anayde Beiriz – Cantalice Leite – Duarte da Silveira – Duque de Caxias – Ernâni Sátyro – João Monteiro da Franca – Monteiro Lobato – Paulo Freire – Presidente João Pessoa – Crei Mayara Lima – Crei Gertrudes Maria – Crei Creusa Pires – Crei Fabiana Lucena – Crei Tereza Cristina – Crei Maria Emília

POLO 8 – Funcionários / Esplanada / Grotão

Anísio Teixeira – Antenor Navarro – Celso Monteiro Furtado – Darcy Ribeiro – Daura Santiago Rangel – Jornalista Raimundo Nonato – M^a Ruth de Souza – Moema Tinoco Cunha Lima – Pedra do Reino – Tharcilla Barbosa da Franca –

Crei Calula Leite – Crei Luzia da Taipa – Crei Maria de Nazaré
– Crei Noêmia Trindade – Crei Stelina Nunes – Crei Maria da
Penha Macedo de Melo – Crei Maria Ruth de Souza

POLO 9 – Cruz das Armas

Almirante Barroso – Prof^a Analice Gonçalves de
Carvalho – Aníbal Moura – Apolônio Sales de Miranda –
Castro Alves – Oscar de Castro – Renato Lima – Zulmira de
Novais – Crei Adalgiza Vieira.

Cada polo de ensino tem, em média, dez escolas e cinco creis. O maior, em abrangência de bairros, é o Polo 05, formado pelos bairros de **Jaguaribe, Torre, Centro, Róger, Varadouro, Ilha do Bispo e Miramar**, composto por nove escolas e nove creis. O polo que possui o maior número de instituições educacionais é o Polo 06, formado pelos bairros **Pe. Zé, Mandacaru, Bairro dos Estados, 13 de Maio, Bairro dos Ipês e Bessa, composto por treze escolas e sete creis**. O menor, por sua vez, é o Polo 09, que abrange apenas o bairro de **Cruz das Armas e possui** oito escolas e apenas um crei.

As escolas municipais de João Pessoa estão classificadas em dois padrões.¹ As escolas “Padrão A”, as quais funcionam nos turnos manhã, tarde e noite, possuem turmas da educação infantil e do ensino fundamental (1º ao 9º ano); e programas de Educação de Jovens e Adultos ou apenas turmas dos anos finais do ensino fundamental. Elas dispõem de um diretor e três vice-diretores.

¹ O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do município de João Pessoa (Lei nº 8.682/98, de 28 de dezembro de 1998) estabeleceu esta distinção para efeito de nomeação de diretores e vice-diretores.

Já as escolas “Padrão B”, as quais funcionam nos turnos manhã e tarde, possuem turmas da educação infantil e do ensino fundamental (1º ao 9º ano); e programas de educação de jovens e adultos ou apenas turmas dos anos finais do ensino fundamental. Elas dispõem de um diretor e dois vice-diretores

A classificação das escolas pode sofrer alterações, considerando os critérios estabelecidos pela Lei nº 8.996/99, de 28 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino.

O município pratica a gestão democrática nas escolas do ensino fundamental, com direito de escolha, pela comunidade, dos diretores e vice-diretores, nos termos da Lei acima mencionada. A escolha por eleição direta segue critérios que aliam representatividade, liderança, competência e compromisso. A exceção acontece nas unidades escolares com até dois anos de fundação, nas quais tanto o diretor quanto os vice-diretores são nomeados pelo Poder Executivo Municipal.

De acordo com o Censo Escolar de 2014, João Pessoa alcançou o seguinte quantitativo de matrículas da educação básica na rede municipal: Creches – 4.261; Pré-Escola – 4.868; Ensino Fundamental nas séries iniciais – 20.498; Ensino Fundamental nas séries finais – 17.135; Educação de Jovens e Adultos – 11.807; Educação Especial – 1.186. No total, foram 59.755. A essas matrículas devem ser acrescentadas as do Programa Brasil Alfabetizado e também as do Projovem Urbano, ultrapassando assim mais de 60.000 crianças, adolescentes e adultos atendidos pela rede. Vê-se, portanto, a complexidade no tocante à gestão municipal do ensino. Para dar conta dos desafios, seria necessária uma equipe motivada e competente.

3.3 ARRUMAÇÃO

Fui confirmado como secretário da pasta de educação em 10 de dezembro de 2012. Para a função de secretária-adjunta foi nomeada Edilma Ferreira da Costa, pedagoga na área de supervisão e orientação escolar pela UFPB, com especialização em Psicopedagogia. Foi, também, conselheira tutelar da Região de Mangabeira.

Em primeiro de janeiro de 2013, Luciano Cartaxo tomou posse como prefeito de João Pessoa, ao lado do seu vice, Nonato Bandeira, numa solenidade bastante concorrida. Logo pela manhã, aconteceu uma cerimônia ecumênica na Estação Cabo Branco. Por volta das 11 horas, o prefeito me chamou ao lado e me passou a primeira incumbência de sua gestão: representar todos os secretários na solenidade de posse coletiva dos auxiliares diretos do prefeito e falar em nome deles, logo no dia seguinte.

O discurso, preparado às pressas, foi concluído no início da manhã do dia 2 de janeiro. Duas ideias passaram pela minha cabeça, na hora de construí-lo: i. João Pessoa tinha pressa de avançar rumo ao desenvolvimento; ii. o povo paraibano tem sido bastante generoso com as forças progressistas, e não podíamos perder essa oportunidade. E foi assim que ele foi lido.

Empossados todos os secretários, iniciou-se, de fato, a nova gestão municipal em João Pessoa. Muitos compromissos assumidos e desafios a serem encarados. Antes, porém, seria necessário que cada secretaria compusesse sua própria equipe. E nem sempre é fácil alocar pessoas adequadas para as funções

corretas. Esse seria um primeiro desafio a ser enfrentado. Era hora de arrumar a casa.

Diferente do que se possa imaginar, montar uma equipe não é tarefa das mais tranquilas. Encontrar pessoas certas para os cargos adequados exige uma paciência de Jó. Ademais, é preciso saber compatibilizar as referências técnicas com o compromisso político para com a gestão. Às vezes, o gestor “tem que engolir sapos” e aceitar indicações que atendem meramente a critérios políticos. Essas indicações costumam não trazer grandes contribuições para a gestão, mas, em alguns casos, pode acontecer exatamente o contrário. Esse é o mundo da administração pública brasileira, para o bem e para o mal.

O comando para dar início à formação da equipe veio imediatamente para as funções de chefe de gabinete e secretária pessoal. Indiquei os nomes de Giovana Cristina Januário Alves e Aline Kiss, respectivamente, para as duas funções.

Giovana é professora efetiva da rede municipal e estava atuando na Diretoria de Gestão Curricular (DGC). Para mim, foi uma surpresa encontrá-la na Sedec. Os meses finais do ano de 2012 foram importantes para refletir sobre o assunto. No entanto eu tinha clareza de que ela estaria na equipe, caso permanecesse. Só não tinha certeza ainda quanto ao cargo ou função. Desse modo, a indicação de Giovana foi se tornando quase natural. Eu havia sido seu orientador em curso de especialização na UFPB, e havíamos publicado um livro, em coautoria. Ademais, Giovana fora diretora da escola estadual Sesquicentenário, uma das referências do ensino público da Paraíba, função que assegurava um bom conhecimento de gestão pública. Imaginei também que ela manteria um bom elo

com toda a rede municipal, em particular diretores e diretoras das escolas e creches da capital. E foi pensando assim que consolidei seu nome.

Com relação a Aline Kiss, essa indicação veio do compromisso que assumi com setores do movimento estudantil da UFPB que me acompanharam na militância na Universidade. Ela era uma das lideranças do grupo.

Passou-se a uma segunda etapa, a da equipe pedagógica propriamente dita. Por determinação do Gabinete do prefeito, todas as indicações deveriam ser submetidas à apreciação do chefe de gabinete, Zenedy Bezerra.

O cargo mais importante a ser preenchido seria o de diretor de Gestão Curricular (DGC). Eu defendia a opinião de que a Sedec deveria privilegiar ao máximo o pessoal efetivo, a chamada “prata da casa”. O nome de Gilberto Cruz Araújo caiu como uma luva. Professor efetivo da rede, militante sindical e diretor de uma escola municipal, três atributos, sem sombra de dúvidas, importantes para selar a sua nomeação. Ademais, Gilberto Cruz conhece a rede municipal de ensino como poucos, e a sua convivência com os diretores seria de muita importância para as relações políticas e administrativas que estabeleceríamos. A indicação foi aprovada.

Em seguida, tratou-se do Centro de Capacitação dos Professores (CECAPRO). A pessoa de Giovanni de Sousa Lima surgiu naturalmente como um nome adequado para desenvolver a política de formação continuada da rede municipal. Professor da educação básica com mestrado em Educação, Giovanni possui uma sólida formação intelectual.

Para o Departamento de Políticas, Programas e Currículo, o nome escolhido foi o de Priscilla Kelly da Silva. Professora efetiva da rede municipal de João Pessoa e graduada em Pedagogia, Priscilla tinha e continua mantendo uma atuação muito forte nas lutas da juventude.

A Coordenação de Educação Infantil foi entregue a Francineide Ribeiro, também com formação em Pedagogia; o programa Mais Educação ficou aos cuidados de Kaline Gonzaga, graduada em Pedagogia e mestranda em Educação na UFPB; e a coordenação de Educação de Jovens e Adultos passou a ser dirigida por Vilma Vasconcelos, professora da rede municipal. Posteriormente, com a renúncia de Vilma, em dezembro de 2013, assumiu a coordenação de EJA o pedagogo Adriano Soares.

Dois importantes programas de atuação junto a jovens e adultos desenvolvidos no âmbito da Sedec são o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e o Projovem Urbano (PJU). O PBA era coordenado por Maria do Rozário B. da Silva, tendo permanecido na função. Já para o PJU, que tem a finalidade de proporcionar aos jovens a conclusão do ensino fundamental com direito a cursos de qualificação profissional, atividades de participação cidadã e inclusão digital, foi indicado o padre Júnior, com forte atuação junto aos movimentos sociais. Sua permanência foi curta, pouco mais de um ano, sendo substituído, por questões de ordem política, no início de 2014, por Gena Genoveva Sá.

Por fim, passou-se à formação da equipe administrativa da Sedec. Para o cargo de diretor da Diretoria Administrativa e Financeira (DAF) foi indicado pelo Gabinete do prefeito Ivo

Peron Leitão, pessoa com experiência em gestão pública, com formação em Contabilidade e Direito. Para o Departamento de Administração e Finanças (DAF), permaneceu Russyane Dantas, que acumula bons conhecimentos técnicos acerca das questões orçamentárias da pasta. Na importante Comissão Setorial de Licitação (CSL), manteve-se a sua presidente, Anatilde Eleonore Teixeira Travassos. Houve mudança no cargo de pregoeiro oficial, assumindo Carlos Rangel, que permaneceu na função até setembro de 2014, sendo substituído por José Martins da Silva. A Assessoria Jurídica continuou a cargo da advogada Sâmia Carvalho, e com a assistência direta de Victor de Souza Petrucci.

Para a Assessoria Técnica da DAF, assumiu Nierley Nóbrega, com formação acadêmica em Contabilidade. O setor de Almoxarifado foi entregue a Hugo Leonardo Borges e o de Patrimônio a Thiago Ramalho de Lima. Para a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), foi indicado Max Rangel Formiga.

Elma Dantas manteve-se na função de coordenadora local do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) alusivamente ao Plano de Ações Articuladas (PAR). O PAR da rede municipal seria atualizado para incorporar novas demandas, que surgiriam mais adiante. Todavia decidi não alterar o diagnóstico realizado pela equipe de Levantamento da Situação Escolar (LSE), sob a coordenação de Suenya Soares, pois, embora desatualizado, exigiria um esforço desnecessário que, talvez, se confrontasse com a nova etapa que se abria.

Esse seria o momento de superar o pensar, para se alcançar a fase do agir.

A Sedec é a segunda maior secretaria do município em termos orçamentários, contudo a primeira no que se refere ao quantitativo de servidores. Logo, o setor de Recursos Humanos tem uma importância muito grande na estrutura da Secretaria. Após várias conversas com a Chefia de Gabinete do prefeito, consensuou-se o nome de Lucilene Santos, professora da rede e que havia assumido a função em outro momento da Secretaria. Após cerca de um ano, Lucilene entregou o cargo e assumiu a coordenação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Em seu lugar, o Gabinete do prefeito indicou o nome de Francisca Janete P. de Carvalho.

Convidei o engenheiro aposentado da UFPB, José Almeida, para coordenar a equipe de manutenção da Sedec. Também trouxe, daquela instituição federal de ensino superior, o professor recém-aposentado Kleber Salgado Bandeira. Inicialmente, ele iria para a coordenação do setor de Alimentação Escolar, mas por decisão acordada com a Chefia de Gabinete do prefeito, foi deslocado para uma assessoria especial, o que, no final, acabou sendo positivo para mim, porque ganhei um assessor a mais para assuntos diversos, sobretudo no trato com diretores de escolas em relação a equipamentos, pequenas reformas e reparos que não conseguiam ser atendidos, tendo em vista o volume de trabalho existente no setor de manutenção.

Para o setor de Alimentação, foi indicada Anne Chiara Fernandes, que ali permaneceu, até ser deslocada para assumir função numa equipe de acompanhamento e monitoramento de

obras e serviços da gestão, intitulada “Escritório de Projetos”. Com a sua saída, assumiu o setor a nutricionista Geórgia Rafaelly Pontes.

O setor de Engenharia continuou a cargo do engenheiro Francisco de Assis Neto. Compunham a equipe, ainda, a arquiteta Sarah Roberto e o tecnólogo Ledo Victor. Posteriormente, o engenheiro civil Giuseppe Toni Filho, e o engenheiro eletricista Clécio Nascimento, além de alguns poucos estagiários, foram incorporados à equipe. Para contribuir com o grupo, mesmo que de forma esporádica, contratei, por tempo determinado, o engenheiro da UFPB Jandir de Santana, com quem já havia trabalhado na gestão da administração superior da UFPB, no reitorado do professor Rômulo Soares Polari.

Tive a sorte de encontrar, no setor de Jornalismo da Sedec, os competentes profissionais da comunicação Alexandre Quintans e Rafaelly Leite. Essa equipe foi reforçada com a chegada da fotógrafa Denise Lima.

Quanto aos demais cargos, decidiu-se pela manutenção de seus ocupantes. Contudo, ao longo da gestão, foram acontecendo as acomodações administrativas e políticas.

Com essa equipe, a Sedec deu os primeiros com vistas a colocar em prática o Plano de Governo, posteriormente redefinido para Plano de Metas. Porém era preciso, também, abrir a interlocução com os diversos setores da sociedade.

O desejo de participação é próprio de uma sociedade democrática. A escola, enquanto instituição construtora da

cidadania,² deve, portanto, ela própria, ser o exemplo da *práxis* transformadora. Nesse sentido, uma das minhas primeiras ações objetivando incentivar a participação democrática na construção da política educacional foi nomear os membros do Fórum Municipal de Educação, que havia sido instituído, em 2012, pelo então prefeito Luciano Agra³.

O Fórum foi instalado em março de 2013, como instância de consulta, de organização, de mobilização, de definição e de acompanhamento das políticas educacionais no âmbito do município, com ampla participação de diversos setores da sociedade e das redes de ensino municipal e privada. João Pessoa foi a primeira cidade da Paraíba a constituir seu Fórum. A presidência foi assumida pela professora do CE/UFPB e vice-diretora da regional Nordeste da Anpae Maria Saleta Barboza de Farias.

Essa instância foi responsável, com evidente apoio da Secretaria, pela realização da Conferência Municipal de Educação, etapa preparatória para as Conferências Estadual e Nacional, esta realizada nos dias 2 e 3 de abril de 2013. Participaram da Conferência representantes do poder público, segmentos educacionais, setores sociais (empresários, religiosos, comunidade LGBTs etc.). Além de avaliar as políticas educacionais no município, a Conferência objetivava discutir o documento-base para a Conferência Nacional de Educação e eleger os representantes de João Pessoa junto à

² Embora existam aqueles que acreditem que escola é uma instituição utilitarista voltada exclusivamente para transmissão de conhecimentos e formação de mão de obra.

³ O FME foi instituído pela Portaria nº 1.610/2012. Já a nomeação foi resultante da Portaria SEDEC nº 02/2013. São 26 órgãos e entidades que têm assento no Fórum.

Conferência Intermunicipal de Educação, atapa intermediária para a Conferência Estadual.

Os temas debatidos na Conferência Municipal procuraram seguir as diretrizes e formulações contidas no documento-base da Conferência Nacional. Fiquei incumbido de proferir a palestra de abertura, cujo tema foi “O Plano Nacional de Educação (PNE) na articulação do sistema nacional de educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração”. Os demais conferencistas foram professores, pesquisadores e sindicalistas da educação tanto da rede federal quanto das redes estadual e municipal. O mais importante, porém, é que foi dado voz e voto aos vários segmentos que compõem a sociedade civil e que não tinham espaço para dialogar com o poder público sobre a educação e o ensino no município.

Acredito que o evento cumpriu com êxito seu objetivo. Aconteceu um debate intenso e rico que contribuiu, decisivamente, para ampliar a interlocução da gestão municipal de ensino com outros setores educacionais e a sociedade civil. A Conferência contribuiu ainda para definir princípios e diretrizes das políticas educacionais do município e as prioridades da Sedec para os próximos anos, as quais já vinham sendo planejadas há algum tempo. E, conforme o Plano de Metas previa, a prioridade absoluta seria uma nova política para a Educação Infantil na capital paraibana.

4

TODO MENINO É UM REI

Eu costumava embalar Luca, filho mais novo, com esse samba rural de Néilson Rufino e Zé Luiz, que vim a decorar a partir da interpretação do meu amigo Renato Braz. Com ele, começo a narrar a intervenção, a meu ver revolucionária, da Sedec na educação infantil de João Pessoa.

É preciso ter claro que definir a educação infantil como primazia do poder público impunha mudar a atitude da gestão municipal em relação a esse nível da educação básica. Como se sabe, historicamente, a educação para crianças pequenas, no Brasil, nunca fora prioridade dos governantes em qualquer nível. Em virtude disso, a taxa de atendimento de crianças de zero a cinco anos é absurdamente baixa. Ao se avaliar tão somente o atendimento em creches, de zero a três anos, torna-se trágica. Portanto, seria fundamental martelar, a todo o momento, a ideia de mudança de enfoque e de real importância da educação das crianças de zero a seis anos de idade.

Na atualidade, sabe-se que as inteligências se estimulam e, caso sejam bem estimuladas, as repostas serão cada vez mais rápidas e pertinentes. Também não se desconhece que

as memórias sempre respondem positivamente ao exercício metódico. Em consequência, a linguagem que se desenvolve pode ser admiravelmente beneficiada com alguns poucos minutos de extrema dedicação e interesse (ANTUNES, 2012).

O ambiente onde as crianças crescem e se desenvolvem é elemento essencial para uma boa maturação intelectual, moral e ética. Para a criança pequena, as brincadeiras são por demais relevantes para o seu desenvolvimento. É no ato de brincar que a criança desenvolve sua imaginação e, ao mesmo tempo, constrói a realidade em sua volta, isto é, dá-lhe substantivo. Há que se ter, portanto, bastante cuidado na hora de definir as brincadeiras e jogos e, mais ainda, de conduzir essas atividades lúdicas. Em resumo, é brincando que a criança aprende.

Na história educacional brasileira, a Educação Infantil, praticamente, nunca se fez presente. As principais reformas ocorridas a partir dos anos de 1930 (reforma Francisco Campos, reforma Gustavo Capanema, reforma do regime militar, reforma do governo FHC) desdenharam a educação das crianças de zero a cinco anos. Somente nos governos de Lula e Dilma se deu alguma atenção a essa etapa da formação humana. Com efeito, o governo Lula, não sem pressão popular, incluiu as crianças de creches e pré-escolas no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), permitindo, assim, alocação de recursos para as duas etapas da Educação Infantil. Já o governo Dilma criou o programa Brasil Carinhoso, que consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento, para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da

Educação Infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, garantir o acesso e a permanência da criança na Educação Infantil, e o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), que financia a construção de creches e pré-escolas, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional.

O direito à Educação Infantil está consignado na nossa Constituição Federal, desde o texto original, ganhando bastante força com as emendas constitucionais 14, 53 e 59, conforme se verifica nos dispositivos da Carta Magna.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)(Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do

ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no seu Título III, também ressaltou a importância da Educação Infantil, desde o texto original, e teve suas diretrizes aprimoradas com diversas mudanças no seu texto original, particularmente com a redação dada pela Lei nº 12.796, de abril de 2013.

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4

(quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Creio que a gestão entendeu claramente o valor dessa nova concepção e a educação infantil tornou-se carro-chefe da administração municipal. Mas seria necessário também conquistar a opinião pública, sobretudo a mídia local, para o alcance dessa política. O Plano de Metas do governo municipal previa, como se viu anteriormente, a municipalização das 29 creches estaduais e a construção de quarenta outras creches como ações que ensejariam o rápido aumento de vagas em creches e pré-escolas na rede municipal de ensino. Ao assumir

o governo, em janeiro de 2013, deparamo-nos com 43 Centros de Referência de Educação Infantil (Crei) em João Pessoa, número insuficiente para atender à demanda reprimida. Era necessário agir rapidamente. E foi o que fiz.

Para dar visibilidade ao plano de expansão da educação infantil, pensei num *slogan* que pudesse chamar a atenção da sociedade civil para a importância de investirmos seriamente nessa etapa da educação básica. Afinal, imagem não é tudo, entretanto contribui bastante para aguçar os sentidos da necessidade. Assim, surgiu o “*Ano da Educação Infantil*”, com o propósito de dar relevo e ênfase à mensagem que julgava ser necessária massificar perante a sociedade.

As primeiras ações a serem desencadeadas para dar início ao ano da educação infantil seriam a municipalização das creches que estavam sob a administração do governo estadual e a abertura dos creis e berçários no mês de janeiro.

3.1 A MUNICIPALIZAÇÃO DAS CRECHES ESTADUAIS

Quando tomei posse, em setembro de 2012, na Sedec, a primeira audiência de que participei junto ao Ministério Público Estadual da Paraíba (MPPB) se deu com relação à municipalização das creches estaduais. Aconteceu no dia 13 de setembro, portanto, três dias após a minha posse. A reunião, convocada pelo MP, foi coordenada pelo então procurador-geral de Justiça Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, e teve a participação da promotora de Justiça Fabiana Lobo, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Educação (Caop da Educação). Representando o governo

estadual, compareceram o secretário estadual da Educação Harrison Targino, e a gerente-executiva de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Estado Aparecida Uchôa. Pela Sedec, fui acompanhado pelo secretário-adjunto, à época, Genildo Lucena.

Naquela reunião, externei minha posição completamente favorável à municipalização das creches estaduais. Acredito que os representantes do MPPB ficaram surpreendidos com esse posicionamento. De fato, essa questão se arrastava há cerca de dois anos. A ruptura do prefeito Luciano Agra com o governador Ricardo Coutinho dificultava o avanço das negociações, e isso fez com que o MP aumentasse o tom de sua exigência com respeito à passagem imediata das creches estaduais para o município. Uma posição favorável do secretário era o que o MPPB esperava. E isso, de fato, aconteceu.

Eu entendia, perfeitamente, que o Estado não tinha e não tem responsabilidades com a educação infantil, conforme preconiza a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A competência para gerenciar a educação infantil é, claramente, dos entes federativos municipais. Por outro lado, me inquietavam as condições dessa municipalização e a rapidez exigida pelo MPPB. Contudo seria necessário contar com o aval do prefeito Luciano Agra, para dar continuidade às negociações. Ocorre que ele não se mostrava nem um pouco animado em proceder à mudança de gestão das creches estaduais. Nessas circunstâncias, até para ganhar um pouco de tempo com vistas a convencer o prefeito, propus que fizéssemos uma inspeção em todas as creches estaduais

para avaliar o estado de conservação, equipamentos, pessoal etc. A sugestão foi aceita, ficando claro que não haveria como postergar, por muito tempo, o processo de municipalização.

Marquei uma audiência com o prefeito Luciano Agra e, naquele momento, se confirmou a minha avaliação de que ele não tomaria qualquer iniciativa sobre o assunto e não participaria das negociações. Decidi. Como Luciano Cartaxo havia passado para o segundo turno contra o candidato Cícero Lucena, do PSDB, e as chances de vitória eram muito altas, pedi uma conversa reservada, que veio acontecer numa tarde, logo após uma filmagem para o horário eleitoral, em local próximo à Estação Ciência. Entramos em um carro e fui direto ao ponto. Informei que a municipalização das creches era irreversível. Do ponto de vista legal, não teria como sermos contra. E do ponto de vista político-pedagógico, seria melhor para as crianças e as famílias. Defendi que deveríamos sair na frente e conseguir a melhor transição possível. Cartaxo perguntou qual era a posição de Agra e se a Prefeitura teria como bancar a administração dessas creches. Respondi que o prefeito não manifestara posição favorável. O problema, porém, era mais político do que financeiro. Informei que o custeio seria bancado, em parte, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em parte, pelas receitas próprias. E tudo seria consumado na próxima gestão. Cartaxo concordou, e eu dei sequência à negociação, que foi concluída no início de janeiro de 2013.

De fato, no dia 10 de janeiro de 2013, a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), por meio da Sedec, e o

Governo do Estado firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), intermediado pelo MPPB, que determinou que as 29 creches estaduais em funcionamento na Capital paraibana seriam de responsabilidade do município.¹

Conforme descrito no próprio TAC, as creches estaduais se encontravam em condições bastante precárias, e as crianças ali matriculadas não tinham atendimento compatível com a dignidade exigida. Naquele momento histórico, eu tinha muito claro a visão de que a passagem das creches estaduais para a rede municipal de ensino de João Pessoa seria um ganho para as crianças e para a sociedade pessoense. Os servidores, ao que tudo indica, também se viam sem perspectivas e estavam desmotivados. Enfim, o quadro era desanimador, com raríssimas exceções.

O acordo foi estabelecido, de modo a se fazer uma transição planejada. No primeiro semestre de 2013, a PMJP recebeu seis creches: Renato Lucena (Jaguaribe), Maria de Fátima Amorim Navarro (José Américo), Lindemberg Vieira (Centro), Glória Cunha Lima (Valentina Figueiredo), Fabiano Lucena (Ipês) e Pedrelina Maria de Jesus (Varadouro). Essas duas últimas iriam ser desativadas, pois a infraestrutura dessas unidades de educação infantil impossibilitava qualquer atendimento minimamente digno. As crianças foram recebidas pelo município e encaminhadas para creches mais próximas. No segundo semestre do mesmo ano, o governo municipal recebeu mais cinco creches e, em 2014, as demais foram finalmente repassadas à rede municipal.

¹ Na prática, foram 27 creches, porque duas estavam em condições tão precárias que foram desativadas, e as crianças transferidas para outras unidades próximas à sua residência.

Ficou estabelecido ainda que as matrículas das 29 creches seriam computadas como da rede municipal já no Censo Escolar de 2013, possibilitando que, no ano seguinte, os recursos resultantes do Fundeb, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e demais verbas do Governo Federal seriam recebidos pela Prefeitura de João Pessoa. Já para as creches que seriam municipalizadas no segundo semestre, seria assinado um convênio no qual o Estado repassaria recursos que auxiliariam a Sedec na administração das unidades.

Esses recursos só começaram a ser utilizados no final de 2014, após licitação feita para reparos e reformas das creches municipalizadas. Contudo tive que acrescentar outros valores, pela insuficiência do montante disponibilizado no TAC. Os recursos adicionais resultaram do acréscimo de matrículas na educação infantil e da antecipação dos recursos do Fundeb, medida adotada pelo governo Dilma para estimular o crescimento da oferta.

Ficou firmado que o Estado deveria repassar para a PMJP todos os prédios e equipamentos. Quanto ao pessoal, ficou acordado que, em relação aos servidores efetivos do Estado, estes poderiam optar por permanecer ou não na creche. Em relação aos prestadores de serviço, nada ficou acertado.

E, assim, concretizou-se a primeira grande ação da gestão municipal da educação de João Pessoa sob meu comando. De 43 creis vigentes até o ano de 2012, o município passaria a administrar setenta unidades de educação infantil. Um aumento considerável. De fato, a municipalização das creches estaduais foi um momento ímpar para a Educação Infantil de

João Pessoa. Iniciávamos a caminhada fazendo história. Mas não parou por aí.

A abertura das creches e berçários no mês de janeiro, período de recesso da rede escolar, era uma demanda legítima da sociedade. O Ministério Público da Paraíba também nos cobrava uma posição. Ouvindo a coordenação de Educação Infantil e a secretária-adjunta, tomei a decisão de abrir as unidades de educação infantil no mês do recesso escolar, não como uma atividade regular dessa modalidade de ensino, mas na perspectiva de colônia de férias para os pequeninos.

3.2 NOVAS CRECHES E AMPLIAÇÃO DE VAGAS

A segunda grande ação no que concerne à educação infantil se deu com o início da construção de novas unidades, cujo número inicialmente previsto era de quarenta. Esse quantitativo constava no PAR elaborado pela gestão anterior, sendo que onze delas já tinham sido licitadas e esperavam tão somente a espera da ordem de serviço para o início das obras. Estranhamente, o prefeito Luciano Agra não se dispôs a expedir essas ordens.

As onze creches seriam construídas no modelo tradicional, de alvenaria, e o projeto obedeceu ao disposto pelo MEC. De fato, o MEC disponibiliza projetos para dois tipos de creches, B e C. A do tipo B destina-se a atender 120 crianças, e a do tipo C, a sessenta crianças. Existia ainda a possibilidade de os governos municipais elaborarem seu próprio projeto. Seria a do tipo A. Essa opção, porém, não foi seguida em João Pessoa.

A solenidade de assinatura das ordens de serviço aconteceu no dia 31 de janeiro de 2013. O local escolhido foi o bairro de Mangabeira, próximo a um presídio feminino. Em meu discurso, fiz questão de ressaltar a ironia dessa proximidade, para então concluir que era chegado o momento de investir em creches, de modo a evitar, no futuro, a necessidade de construção de novos presídios. Afirmei, também, que a PMJP estava promovendo uma revolução na Educação Infantil do município. Estimei que, ao final da gestão, João Pessoa contaria com cerca de 120 creis. Frisei que a dimensão que estávamos dando à educação infantil e os impactos positivos seriam percebidos a médio e longo prazos. Por fim, chamei a atenção para o altíssimo padrão de qualidade desses novos creis.

Ocorre que, depois de expedidas essas ordens de serviço, as empresas não puderam iniciar as obras em três das localidades. As justificativas eram da seguinte ordem: terreno alagadiço, ocupação de terreno por invasão e uso do terreno como campo de futebol. Assim, as obras foram realmente iniciadas apenas em oito localidades.

Todavia tínhamos confiança na busca da solução para iniciar a construção dessas e de outras creches. O prefeito já havia sido recebido pela presidenta Dilma Rousseff, que, como ele mesmo gostava de lembrar, lhe teria dito que, em relação às creches,² ele poderia acelerar, “pois não haveria de faltar combustível”. De fato, o tratamento dado pelo governo federal ao município de João Pessoa foi de completo e total apoio.

²Não tenho certeza se essa expressão utilizada pela presidenta ficou restrita às creches ou mesmo à área de educação. De qualquer modo, as creches foram mencionadas nessa audiência como uma das prioridades do governo Dilma.

No dia 28 de janeiro de 2013, o prefeito, juntamente com o vice-prefeito Nonato Bandeira, participou de audiência no Ministério da Educação. Fui convidado a estar presente nessa audiência, juntamente com o então secretário municipal de Articulação Política, Rodrigo Soares. A reunião estava prevista inicialmente para acontecer com o secretário-executivo do MEC, José Henrique Paim, e com o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), José Carlos Wanderley Dias de Freitas. Assim que fomos recebidos, Paim nos informou que o próprio ministro da Educação, à época Aloysio Mercadante, fazia questão de receber a comitiva de João Pessoa e, imediatamente, nos conduziu à sala do ministro, onde fomos muito bem atendidos.

Na reunião, Mercadante confirmou que a capital paraibana receberia recursos federais para as quarenta creches municipais, totalmente equipadas, além de doze ônibus para transporte de alunos deficientes. Ficamos exultantes. O mais importante viria a seguir. O ministro comunicou que o MEC, através do FNDE, estava concluindo um pregão para contratação, em Regime Diferenciado de Contratações públicas (RDC), de construtoras para realizar as obras das creches em um novo padrão construtivo, denominado de Metodologias Inovadoras (MI), que reduziria em 50% o tempo de edificação. O presidente do FNDE, José Carlos Freitas, informou que haveria, semanas depois, uma reunião técnica com prefeitos e auxiliares para tratar do assunto mais detidamente.

Eu tinha me preparado para a audiência com uma série de solicitações, as quais incluíam a construção de novas escolas, a aquisição de mobiliário escolar, equipamentos diversos e também aparelhos de ar-condicionado para

climatização das escolas etc. Em uma das oportunidades que me foi dada, puxei da pasta os ofícios e expus essas demandas, as quais necessitavam de aporte financeiro na importância de 44 milhões de reais. Imediatamente, o ministro lembrou que todo e qualquer pedido teria que ser feito via *online*, pelo SIMEC (Sistema de Monitoramento do MEC), mas que iria avaliar nossas demandas. E repassou a documentação para o presidente do FNDE. O fato é que, posteriormente, algumas dessas solicitações foram, de fato, atendidas.

Concluída a conversa, que eu julguei bastante satisfatória, visitamos o setor de Educação Especial do MEC, para tratar dos ônibus adaptados para crianças deficientes aos quais o ministro fizera referência. As informações não foram muito precisas, entretanto conseguimos adiantar o processo, que seria concluído no segundo semestre daquele mesmo ano.

Cerca de um mês depois dessa audiência, fomos convidados para reunião técnica acerca do RDC das creches de MI, segundo tinha sido antecipado pelo presidente do FNDE, na reunião acontecida no Gabinete do ministro da Educação, e me solicitou que o acompanhasse. Após uma tarde inteira de exposição e questionamentos sobre a nova metodologia, tivemos a certeza de que o MEC, via FNDE, de fato priorizaria essa nova modalidade de construção.

3.3 AS CRECHES DE PVC3 CONCRETADO

Naquela reunião, pudemos ter acesso às informações e dados, pela primeira vez, e dialogar sobre questões técnicas envolvendo as creches com metodologia inovadora.

³ **PVC é a sigla inglesa de Polyvinyl chloride** que, em português, significa Policloreto de polivinila (ou policloreto de vinil), **um plástico que todos conhecem como vinil.**

No sítio virtual do FNDE⁴ é apresentada a metodologia do PVC concretado nos seguintes termos: a Tecnologia Concreto/PVC – Global Housing System tem as seguintes características do Sistema: fundação tipo Radier; paredes estruturais em concreto e PVC; estrutura da cobertura em aço galvanizado e; telha metálica. A tecnologia Concreto/PVC (perfis de PVC – Global Housing System) consiste num sistema construtivo modular, formado por paredes estruturais e estrutura em aço galvanizado para a cobertura. As paredes são compostas por painéis de perfis de PVC, com armaduras de espera para vergas, contravergas e cintas, preenchidas com concreto de alto desempenho onde as fôrmas de PVC ficam incorporadas às paredes, cumprindo as funções de acabamento, revestimento e proteção do elemento estrutural.

Para ter acesso a esse novo padrão, as prefeituras deveriam aderir às atas de registro de preços do FNDE, o que possibilitaria, ainda segundo o órgão federal, redução no prazo de execução e no custo das obras, garantindo elevado padrão de qualidade. A adesão foi imediata e, em julho de 2013, três creches foram iniciadas, no modelo inovador, nos bairros de Colinas do Sul, Geisel e Bairro das Indústrias (Mumbaba III). Posteriormente, outras unidades tiveram as ordens de serviço expedidas.

A fim de que tudo corresse bem, foi preciso superar alguns entraves burocráticos. A principal questão seria a fiscalização das obras. As creches de alvenaria eram monitoradas pela equipe de engenheiros da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), mas a alimentação dos dados no

⁴<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-metodologias-inovadoras/item/4839>.

SIMEC acontecia com bastante atraso. Ocorre que os recursos só seriam liberados se o sistema estivesse atualizado, isto é, com as medições em dia. A equipe de engenharia da Sedec, por sua vez, era composta apenas de um engenheiro, uma arquiteta e um tecnólogo de edificações. Com essa equipe resumida, eu não teria como garantir, ao prefeito, o acompanhamento das obras de MI. Solicitei a ele que fossem liberados recursos necessários à contratação de cinco engenheiros, sendo atendido. Todavia, em conversa com a equipe de engenharia, tomamos o encaminhamento que seria mais econômico para a Sedec. Dos recursos que usaríamos para contratar os novos engenheiros, disponibilizei parte deles para gratificar a equipe, que passaria a trabalhar em regime de dedicação exclusiva, e contratei apenas mais dois engenheiros: um da construção civil, e outro de engenharia elétrica. Ademais, solicitei alguns estagiários para acompanhar as obras, dois deles de Engenharia de Materiais, curso novo implantado pela UFPB. Esses alunos estudaram, nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), o novo material aplicado nas obras. No final das contas, houve uma boa economia de recursos, e os resultados foram muito bons.

Claro que, no início, por se tratar de uma metodologia pouco conhecida, houve algumas dificuldades na aferição do trabalho e medição dos serviços. Isso aconteceu também porque o MEC não disponibilizou imediatamente o material referente ao *check list* do monitoramento. O atraso deu-se também por conta de problemas na elaboração dos desenhos do projeto de implantação, sob a responsabilidade do consórcio que vencera a licitação nacional.

Essas dificuldades trouxeram bastante tensão, no início, na relação envolvendo a nossa equipe de engenharia e o consórcio, pois os recursos não eram liberados sem a alimentação do SIMEC. O prefeito, ao saber das dificuldades, chamou-me para explicações. Fiz ver a ele que as dificuldades eram originárias do caráter pioneiro dessas construções, principalmente por se tratar de um novo modelo construtivo, cuja metodologia era desconhecida pela equipe de engenheiros. O consórcio, porém, continuou a pressionar para que houvesse maior agilidade na liberação dos recursos. Essa pressão partia, com mais frequência, de um dos grupos do consórcio, sediado em outro Estado. A situação evoluiu de tal forma que, em outubro de 2013, tive uma conversa difícil com o prefeito. Para ele, e certamente para qualquer gestor público, importa que o cronograma das obras seja cumprido ao “pé da letra”. Essa foi a mensagem. De minha parte, fiz ver que concordava com esse objetivo, mas a construção das creches de MI tinha especificidades, com as quais até mesmo o MEC estava com dificuldade de lidar. E, o mais importante, João Pessoa era, até aquele momento, o município que estava com mais projetos em andamento, fato admitido pelo consórcio. A conversa foi finalizada com o compromisso de todos buscarem mais resultados. A empresa de engenharia responsável pelas obras também se comprometeu em tornar mais ágil os procedimentos de solicitação de empenho.

Nesse ínterim, a Sedec tomou a decisão de expandir as vagas de berçário. Após uma avaliação da coordenação de Educação Infantil, viu-se que, com as pequenas intervenções, a compra de alguns equipamentos e a reformulação interna

de alguns creis, seria possível abrir novas vagas em unidades de educação infantil. Os creis que abriram novas vagas foram: Maria de Fátima Amorim (José Américo) – 25 vagas; Renato Lucena (Jaguaribe) – 25 vagas; Lindemberg Vieira (Centro) – 25 vagas; Custódia Nóbrega (Mangabeira) – 25 vagas; João Tota (Mandacaru) – 25 vagas; Rodrigo Moreno (Rangel) – 25 vagas; e Roberto Vieira (Cristo) – 50 vagas.

A solenidade de abertura das duzentas vagas aconteceu no dia 9 de maio de 2013, uma quinta-feira. O Crei escolhido fora o Roberto Vieira, no bairro do Cristo Redentor. Na ocasião, afirmei que a medida fazia parte de um conjunto de ações que priorizavam a educação infantil. Obviamente, eu estava vislumbrando os creis em construção.

E, finalmente, aconteceu a primeira inauguração de uma creche de PVC concretado da história do município de João Pessoa. A solenidade aconteceu no dia 14 maio de 2014. A creche entregue à população correspondia ao do tipo B, destinada a 120 crianças com idades entre seis meses e cinco anos. O bairro Colinas do Sul recebeu o primeiro Centro de Referência em Educação Infantil numa manhã ensolarada e com a presença maciça da comunidade. A solenidade fez parte da programação dos 500 dias da gestão municipal.

Antes de iniciar a minha fala, fui advertido pelo Cerimonial do prefeito que eu teria que ser rápido, haja vista que ele tinha outros compromissos. Foi impossível atender à recomendação. Eu estava visivelmente emocionado. Reconheço que foi um discurso relativamente longo para um secretário municipal, segundo os padrões de uma solenidade de inauguração, contudo tratava-se de uma data histórica

para a cidade. Nele, enfatizei que o investimento na educação infantil significaria, no futuro, reduzir a evasão e a repetência e melhorar o desempenho do aluno nas etapas subsequentes. Assim, a educação apresentaria, mais adiante, resultados promissores. Relativamente à questão da assistência, ressaltai que a nova creche atenderia a famílias que necessitavam desse apoio para poder trabalhar e deixar as crianças em condições de segurança e aprendizado. Lembrei, por fim, da parceria com o governo federal, sem o qual seria impossível o país pagar essa dívida histórica para com a Educação Infantil.

Os benefícios da construção também puderam ser notados pelas crianças e funcionários. A técnica utilizada na construção possibilita um ambiente mais frio, com melhor sensação térmica. Além disso, todas as paredes são laváveis, o que garante um ambiente melhor higienizado e que oferece menos riscos à saúde das crianças. Um dado que não passou despercebido, o Crei, construído em PVC concretado, foi o primeiro a ser inaugurado no Norte e Nordeste e o segundo no Brasil.

O Crei atendeu às expectativas de todos, visto que foi pensado e projetado de acordo com as necessidades educacionais para essa idade. O espaço possui mobília e banheiros adaptados ao tamanho das crianças, o que contribui para a sua autonomia. Todas as salas de aula dispõem de ar-condicionado e banho de sol individualizado por turmas. O local também conta com laboratório de informática projetado para crianças e decoração que prioriza a harmonia de cores nos ambientes que remetem à calma, à segurança e à tranquilidade. Mesmo sem fazer parte do projeto inicial,

implantei o monitoramento com câmeras de segurança durante 24 horas, em todas as áreas de circulação, o que corresponde a um espaço de 2.800 metros quadrados.

O novo Crei iniciou seus trabalhos com 39 profissionais, entre berçaristas, lavadeiras, professores graduados em Pedagogia, monitores, cozinheiros, auxiliares de serviços, vigilante, técnico em pedagogia e auxiliar de secretaria.

No ano de 2014, ao todo, a Sedec entregou seis novas creches⁵ em João Pessoa, havendo mais onze em construção. Era uma mudança nunca vista com relação ao atendimento de crianças de zero a cinco anos e, sem dúvida, um resultado para ficar na história da cidade. No geral, as matrículas da educação infantil apresentaram uma boa expansão nos anos de 2013 e 2014. O crescimento total no número de matrículas na educação infantil em João Pessoa, em apenas dois anos, foi de quase 50%, saltando de 6.183 matrículas, em 2012, para 9.129, em 2014. A pré-escola passou de 3.674 matrículas, em 2012, para 4.261, em 2014. No entanto foi na etapa de creche que o avanço foi bem maior. As 2.509 matrículas, em 2012, deram lugar a 4.261, em 2014, um incremento notável.

É evidente que o município de João Pessoa ainda está longe de alcançar uma taxa de atendimento satisfatória na educação infantil, sobretudo na idade de zero a três anos de idade. Todavia um grande passo foi dado para mudar essa situação. O crescimento de vagas na rede municipal de ensino de João Pessoa é uma realidade. O mais importante, porém, é

⁵ Foram inaugurados os Creis Socorro Rodrigues (Colinas do Sul), Olga Maria de Figueiredo (Geisel), Rebeca Cristina Alves Simões (Mangabeira VII), Tereza Cristina C. de Albuquerque (Mumbaba III) Edileuza Maria de Souza (Mangabeira II) e Suellen Oliveira da Silva (Cuiá).

que esse avanço deverá continuar nos próximos anos, com a entrega das creches que estão sendo concluídas.

Esses resultados foram possíveis porque houve, evidentemente, apoio do governo federal, sobretudo com o financiamento quase integral das novas creches. Havia, porém, outros desafios a serem enfrentados. Para tanto, seria necessário inovar e ousar.

5

POLÍTICAS INOVADORAS

Inovar foi a palavra de ordem da gestão. E, pensando assim, implementei, na rede municipal de ensino, três projetos ousados: a implantação do passe livre para alunos da rede municipal, a criação e implantação do centro de línguas estrangeiras e o projeto de inclusão e mobilidade para crianças deficientes que frequentam escolas e creis, por meio da aquisição de uma frota de ônibus adaptados.

5.1 PASSE LIVRE PARA OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL

Em junho de 2013, eclodiram grandes manifestações no Sul do país, tendo como carro-chefe a proposta de passe livre para os estudantes. Esses protestos rapidamente se disseminaram por todo o Brasil e assumiram proporções inusitadas, surpreendendo governo e oposição. O estopim fora o aumento das tarifas de transporte público, principalmente nas capitais e regiões metropolitanas. Em São Paulo, as manifestações ganharam a opinião pública, quando o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) reprimiu, violentamente, os protestos. A partir de então, elas só fizeram crescer e foram incorporando outras propostas, a exemplo da melhoria dos

serviços de educação, de saúde, mobilidade urbana, e do fim da corrupção etc.

A novidade na organização dos protestos foi a mobilização e a arregimentação feita basicamente pelas redes sociais. O modelo adotado seguiu a mesma linha organizacional horizontalizada, vista, por exemplo, em protestos acontecidos em outros países, como a Primavera Árabe e o Occupy Wall Street.¹ As redes sociais serviram não apenas para organizar os protestos, mas se tornaram contraponto ao noticiário da grande mídia, que veio a apoiar e divulgar, mais efusivamente, as manifestações, após elas assumirem um caráter mais antigoverno federal.

A presença de grupos altamente radicais, como os chamados *black blocs*, redirecionou as manifestações para ações violentas. Nesse ínterim, teses facistas foram se agregando às visões anarquistas, resultando em perda de controle por parte dos líderes dos protestos. Como muitas cidades conseguiram reverter os aumentos de passagens dos ônibus urbanos, o movimento tomou nova orientação, agora com um caráter nitidamente conservador e até mesmo reacionário.

Em João Pessoa, os protestos também aconteceram, sendo bastante tranquilos. Concorreram para a pequena participação popular duas questões importantes: a concessão do passe livre a estudantes da rede municipal de ensino de João Pessoa e a revogação do aumento das passagens de transporte público municipal.

¹ A Primavera Árabe foi uma onda de protestos e revoltas populares que explodiu em 2011, contra governos do mundo árabe (Egito, Tunísia, Líbia, Síria, Iêmem e Barein). A crise econômica e a falta de democracia sedimentaram essas revoltas. Já o *Occupy Wall Street* é um movimento de protesto, iniciado em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, contra a desigualdade econômica e social, a corrupção e a influência das empresas – sobretudo do setor financeiro – no governo dos Estados Unidos da América. O movimento quer pôr um fim à ganância corporativa.

O anúncio da concessão do passe livre aos estudantes da rede municipal de ensino de João Pessoa se deu no dia 11 de abril de 2013, em solenidade acontecida no Paço Municipal. A ação foi projetada para marcar a chegada dos 100 dias da administração.

No entanto, para chegar a esse momento, foi necessária uma série de estudos e debates entre o prefeito e sua equipe, de modo a ajustar a proposta – que havia sido lançada na campanha eleitoral – às condições financeiras da PMJP.

O então secretário de mobilidade urbana, Nilton Pereira, fez as primeiras simulações do impacto orçamentário. Na primeira versão, procurou-se avaliar a concessão de duas ou quatro passagens para os estudantes. De posse desse estudo, a Sedec ficou responsável por garantir, dentro de sua capacidade orçamentária e financeira, os recursos para custear o benefício.

Em síntese, trabalhou-se com uma estimativa de cerca de 10.000 alunos que fariam uso do benefício diariamente. A rede escolar municipal contava com 60.000 alunos, dos quais, pelo menos 10.000, eram crianças até sete anos de idade, as quais já gozavam de gratuidade. O estudo mostrou que, acima dessa faixa etária, muitos alunos não usavam o transporte público por morar próximos às escolas. A rede municipal de ensino contava com 95 unidades escolares de ensino fundamental espalhadas em toda a cidade. Ou seja, estimou-se em 20% da demanda potencial o uso do passe livre na rede municipal.

A proposta previa, ainda, a instalação, nas escolas, de máquinas que, conectadas ao sistema de operação da AETC

(Associação de Empresas de Transporte Coletivo), validariam a frequência dos estudantes às escolas. A ideia era a seguinte: o sistema abriria uma passagem para o aluno em seu cartão de passagens destinado a sua ida à escola. Ao chegar à escola, passaria o cartão na máquina validadora, a qual emitiria a ordem para liberar mais duas passagens, a de retorno a casa e a de ida à escola no dia seguinte. Portanto, a concessão do benefício estaria condicionada à frequência do aluno à escola. Esse é o modelo adotado, também, pelo Programa Bolsa-Família. E, do ponto de vista da legalidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação contempla essa despesa por parte dos municípios, conforme Artigo 11, emendado pela Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Exatamente no centésimo dia de gestão, ocorreu a solenidade, por sinal bastante prestigiada, de apresentação do benefício à sociedade e aos estudantes da rede municipal. Um dos momentos mais marcantes da solenidade foi quando a estudante Isabele Soares, da Escola Municipal Zulmira de Novaes, recebeu o primeiro passe livre das mãos do prefeito. Naquele momento, tive a certeza de que estávamos entrando para a história.

Num breve discurso, procurei ressaltar a importância do programa, no aspecto educacional propriamente dito. Assim, enfatizei que a presença do estudante na sala de aula tem um grande reflexo nos resultados do IDEB. Dessa forma, ao lutar contra a evasão, estamos garantindo um melhor aprendizado.

A fim de dar celeridade ao projeto do passe livre, o prefeito editou medida provisória criando o benefício. A tramitação, na Câmara de Vereadores, foi relativamente rápida e, em 5 de julho de 2012, foi sancionada a Lei Ordinária nº 12.576, que instituiu o passe livre para alunos da rede municipal de ensino de João Pessoa. Novamente, a educação municipal de João Pessoa fazia história.

O passe livre tornou-se, portanto, uma realidade no município de João Pessoa. A concessão desse direito na capital paraibana ganhou repercussão nacional. O portal *Radio Agência Notícias do Planalto* publicou, no dia 16 de abril de 2013, uma matéria acerca da conquista dos estudantes intitulada “Na contramão, Passe Livre é implementado na

capital da Paraíba”.² O artigo procurou reconstituir a luta dos estudantes desde a privatização da empresa estatal de transporte, a SETUSA (Companhia Estadual de Transportes Urbanos S.A.), quando os alunos perderam o direito ao transporte gratuito na capital.³ O texto saúda essa nova conquista e defende que ela se estenda a todos os estudantes da rede estadual, escolas técnicas e universidades. Por fim, faz referência a uma entrevista que concedi explicando que a demora de retorno ao passe livre em João Pessoa decorreria da falta de “sensibilidade política dos gestores do passado” e que “o movimento estudantil tinha razão em permanecer na luta”. Passados dois anos das chamadas jornadas de junho de 2013, pouco foi feito quanto ao passe livre nas demais capitais brasileiras. João Pessoa continua na vanguarda desse processo.

À ousadia da instituição do benefício aos estudantes da rede municipal somou-se a realização de outra promessa de campanha: a criação de um centro de línguas municipal.

5.2 NASCE O CELEST

O ensino de línguas estrangeiras não tem, nas redes públicas, a importância que merece. Pensando assim, a gestão municipal decidiu viabilizar, o mais breve possível, a criação de um centro de línguas estrangeiras.

Sabe-se que, nas instituições de ensino público, o ensino de uma segunda língua deveria visar o desenvolvimento do alunado, suas habilidades de compreensão, conversação, bem

²Disponível em <http://www.radioagencianp.com.br/11560-na-contramao-passe-livre-e-implementado-na-capital-da-paraiba>.

³Nesse ponto, e a meu ver, a matéria se equivoca ao associar a SETUSA ao passe livre, pois o restante da frota de ônibus da cidade, responsável por mais de 90% das rotas de circulação, mantinha a cobrança de passagens a estudantes.

como reflexão e construção dos conhecimentos necessários à cidadania. Deveria buscar ainda a valorização de seus conhecimentos prévios (cultura, linguagem, experiências diversas). Esses são aspectos essenciais para o pleno desenvolvimento do ensino de uma língua estrangeira. Foi com essa compreensão que iniciei o processo de implantação de um centro municipal de línguas estrangeiras.

A proposta de criação desse centro fez parte do programa de governo. A ideia original era aprofundar os conhecimentos e habilidades das crianças e adolescentes que cursavam o ensino fundamental na rede municipal em uma segunda língua estrangeira. O prefeito incumbiu-me de colocá-lo em funcionamento ainda no primeiro semestre de 2013.

Para tanto, busquei o apoio, inicialmente, de colegas professores de língua estrangeira da UFPB. Mantive contatos com a professora do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM), Mariana Pérez, a qual se mostrou bastante interessada no projeto. Posteriormente, participei de duas reuniões com grupos de professores daquele Departamento, particularmente os de língua inglesa e língua espanhola. Nessas reuniões, foram apresentadas diversas sugestões para a implantação do centro, contudo o acúmulo de encargos acadêmicos dos docentes e o fato de que o DLEM já dispunha de seus cursos de línguas estrangeiras, no formato de extensão, dificultaram uma parceria mais orgânica entre a Sedec e a UFPB.

Recorri, então, ao professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Jivago Barbosa. A experiência acumulada por Jivago na coordenação

pedagógica do Curso Pré-Vestibular Intensivo UFPB, que eu havia criado em 2009 e que fora responsável por contribuir para o ingresso de cerca de 1.000 estudantes da rede estadual de ensino na UFPB, entre os anos de 2009 e 2012, ainda quando exercia a função de chefe de gabinete do então reitor, Rômulo Soares Polari, o credenciava para operacionalizar o Centro. No Intensivo, trabalhamos com oferta de Inglês e Espanhol para o Processo Seletivo Seriado (PSS) e ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Nossa primeira medida foi elaborar o projeto pedagógico do centro de línguas, o qual ainda não possuía um nome de fantasia. Fiquei pensando, por alguns dias, como denominá-lo e, num estalo, me veio à cabeça a ideia do planeta como um todo, na célebre frase do astronauta russo Yuri Gágarin, em sua reação espontânea, ao ver o nosso planeta do espaço: “A Terra é azul”. Imaginei, então, o azul celeste. As primeiras letras do Centro de Línguas Estrangeiras formavam o acrônimo CELEST. Apresentei a sugestão ao então secretário de comunicação da PMJP Marcus Alves, que a acatou. Assim surgiu o CELEST.

Quanto ao projeto pedagógico, originalmente, pensamos em trabalhar com as línguas inglesa e espanhola, com uma demanda em torno de setecentas crianças. E, no decorrer dos anos, iríamos incorporando outras línguas. No caso da língua francesa, a Sedec mantinha um convênio com a Aliança Francesa (AF). De acordo com o convênio, a Secretaria cedia um professor qualificado para atuar na Aliança. A Sedec fazia também desembolsos em prol da AF. Nessas circunstâncias, avaliei que não haveria necessidade de darmos continuidade

ao convênio, com a criação do centro municipal de línguas. Poderíamos redirecionar o docente para o nosso centro e, assim, economizaríamos o desembolso de recursos destinados à AF. Desse modo, mantive reuniões com a direção local da Aliança e fiz ver qual seria o nosso posicionamento com a criação do centro de línguas. A diretora, Carole Scipion, acatou a decisão, solicitando, de forma correta, que o convênio fosse encerrado apenas no final do ano. Então, de comum acordo, demos por encerrado o convênio a partir do ano de 2014, ao mesmo tempo em que ficamos de discutir futuras parcerias envolvendo a AF e o CELEST.

Paralelamente, o então secretário municipal de Turismo, Beto Brunet, articulava, com empresários do setor, ações de incentivo e de qualificação dos operadores e demais trabalhadores do *trade* turístico da capital. Considerando que em 2014 o Brasil sediaria a Copa do Mundo de futebol, seria importante investir na atração e recepção qualificada de turistas estrangeiros. Em reunião que mantive com Brunet, para tratar de outros assuntos, o tema veio à baila e eu apresentei o esboço do projeto do CELEST. Dessa conversa, surgiu a ideia de estendermos o público-alvo do Centro aos trabalhadores do *trade* (recepcionistas, camareiras, taxistas, operadores de empresas de turismo, motoristas de van, entre outros). Levamos, de forma conjunta, a proposta ao prefeito, que a acatou na íntegra. Para esse setor, seria ofertado apenas o curso de Inglês instrumental, e as aulas se realizariam a cada segunda-feira, dia com menor atividade econômica nesse setor.

O centro seria destinado, portanto, aos alunos das séries finais do ensino fundamental do município de João Pessoa e aos trabalhadores do setor de turismo da capital, inicialmente nas seguintes línguas estrangeiras: Espanhol e Inglês.

O projeto pedagógico do CELEST partiu da concepção de ensino da língua como prática social que é desenvolvida a partir da interação entre docente e discente, visando à construção de atividades colaborativas. Dessa forma, o projeto reforçava a noção de que a língua (vernáculo ou estrangeira) não se trata apenas de um sistema linguístico, mas de uma forma de demonstração sociocultural que exige uma efetiva participação dos indivíduos inseridos em uma determinada sociedade.

Desse modo, o CELEST teve como objetivo central ofertar cursos gratuitos de línguas espanhola e inglesa, divididos em três estágios (básico, intermediário e avançado) e distribuídos em dois módulos cada. Essa divisão permitiria que o aluno desenvolvesse a capacidade de compreensão e produção oral, permitindo-lhe estabelecer o contato com pessoas que falem esses idiomas em diferentes situações (na escola, no bairro, nas praças, nos pontos turísticos, entre outras), além de possibilitar o acesso aos diversos produtos culturais, a exemplo de filmes, músicas, literatura, *sites* de pesquisa disponibilizados na *internet*, mecanismos estes desempenhadores do papel de facilitar o acesso dos alunos às informações e aos conteúdos em outros idiomas. A partir do domínio de uma segunda língua, os alunos ampliam as quatro habilidades de comunicação: oral, auditiva, de escrita e de leitura.

Ainda segundo o projeto pedagógico, estudar no CELEST significa utilizar, inicialmente, o Inglês e o Espanhol de forma descontraída, desde o primeiro dia de aula, possibilitando uma efetiva interação com várias pessoas que falam essas línguas, nas diversas situações do seu dia a dia, a partir da utilização do material didático (livros, textos, música, CD-ROM, DVDs, jogos em sala de aula, dentre outros recursos). Tudo isso com o objetivo de tornar o processo de aprendizagem cada vez mais agradável e estimulante para os cursistas/alunos, trabalhando sempre com as quatro habilidades (escrita, leitura, audição e conversação), com maior ênfase na conversação. Essas habilidades seriam ampliadas através do constante uso das línguas estrangeiras em sala de aula, tanto pelos docentes quanto pelos discentes, através da utilização de textos orais e escritos, além dos exercícios que possibilitassem uma maior compreensão e aprendizagem da língua.

Não se pode esquecer que, em um mundo globalizado, existe a constante necessidade de acesso às diversas ferramentas disponibilizadas pela informática e pela *internet*. É preciso que os cidadãos e cidadãs permaneçam sempre atualizados em relação aos países que fazem uso de tecnologia de ponta, expandindo horizontes de exploração de conteúdos e materiais auxiliares. A ideia de conectividade nos remete ao lado positivo da chamada globalização. Dessa forma, o projeto pedagógico ressaltava a necessidade de um processo de ensino–aprendizagem que permitiria aos nossos alunos dominarem, pelo menos, uma língua estrangeira a partir das habilidades propostas.

Uma dificuldade que a Sedec teve que superar, e com certa criatividade, dizia respeito ao local onde os cursos de

língua estrangeira seriam ofertados. Uma primeira opção seria alugar um imóvel com condições adequadas e, no médio prazo, partir para a construção de um espaço próprio. Após algumas buscas, viu-se que a oferta de imóveis com as características adequadas ao funcionamento de um centro de línguas não era suficiente. Foi quando despertei para uma adaptação de um imóvel já alugado pela Sedec, onde funcionava, exclusivamente, o chamado anexo do Centro de Capacitação dos Professores (CECAPRO), localizado no cruzamento da avenida Ruy Barbosa com a avenida José Américo de Almeida, popularmente conhecida como Beira-Rio.

Ao visitar o local, percebi que havia ociosidade no uso do equipamento. De fato, apenas no segundo semestre de cada ano, todas as salas ficam ocupadas com a formação continuada dos trabalhadores em educação do município. Para resolver esse problema, alterei o processo de contratação da instituição responsável pela oferta da capacitação, colocando um dispositivo que passou a exigir que a instituição ofertante fizesse a formação em local próprio. Com isso, redirecionei o anexo para atendimento do CELEST.

Resolvida a questão do espaço, partimos – eu e Jivago – para trabalhar a equipe de docentes. Optamos por aproveitar os professores do Intensivo Pré-Vestibular da UFPB, os quais já eram, em sua maioria, graduados, alguns, inclusive, já em estágio de pós-graduação. E, para coordenar a implantação do centro, formalizei a indicação de Jivago Barbosa. Finalmente, a estrutura do CELEST estava montada.

No dia 27 de maio de 2013, o CELEST foi inaugurado. O Centro iniciou com aulas de Inglês e Espanhol, ofertadas aos

alunos da rede municipal e trabalhadores do *trade* turístico da capital, durante todos os dias da semana, nos três turnos.

As setecentas vagas iniciais foram distribuídas da seguinte forma: seiscentas vagas para alunos da rede e cem vagas para profissionais do *trade* turístico, num total de dez turmas de Espanhol e quatorze de Inglês. Os cursos foram divididos em seis módulos, cada um com duração semestral.

Nas aulas, os professores fizeram uso de livros, textos, música, CD-ROM, DVDs, jogos em sala de aula, dentre outros recursos. Os alunos passaram a aprender escrita, leitura, audição e conversação. Os conteúdos eram trabalhados e ministrados através de aulas expositivas, pesquisas, diálogos, leituras, debates e reflexões a partir da contextualização do material didático elaborado, levando-se em consideração diversos temas.

No final de 2013, o CELEST realizou a sua primeira mostra cultural. Durante o evento, os alunos apresentaram as ações didático-pedagógicas relativas ao primeiro semestre de aula do CELEST, a partir da elaboração de maquetes, cartazes, apresentações artísticas e culturais. Na abertura, houve a apresentação do musical *High School Musical* e de dança flamenca. O foco foram os países que possuem como língua materna o Inglês ou o Espanhol, a exemplo de Nova Zelândia, Inglaterra, Cuba, Argentina, dentre outros. Cada uma das turmas abordou aspectos culturais como culinária, música, dança, além de aspectos geográficos e políticos, buscando demonstrar o nível de aprendizagem adquirido ao longo do semestre.

A parceria com a Aliança Francesa também rendeu frutos. Em 28 de março de 2014, o CELEST recebeu a visita da adida cultural da França Sylvie Torpin, que participava, no Recife, do Simpósio Internacional da Francofonia e do encontro Internacional de todas as Alianças Francesas espalhadas pelo mundo. Durante a visita, foram firmados alguns acordos, a exemplo da oferta do mais importante exame internacional de língua francesa, o *Diplôme d'Etudes en Langue Française (DELF)*, para os alunos do Ensino Fundamental e para os profissionais do *trade* turístico. Contamos, também, com a doação de livros para a composição de um espaço de leitura, proposta que a direção do Centro pensava em implantar no ano de 2015, a partir do estabelecimento de diversas parcerias entre o CELEST e outros consulados e embaixadas espalhadas pelo país.

A implantação do CELEST é uma conquista sem precedente na educação municipal. A partir dele, o Consulado dos EUA nos procurou propondo uma parceria para a formação continuada de professores de língua inglesa da rede municipal, conforme abordarei mais adiante. O CELEST vem se consolidando e, a cada ano, tem aumentado a quantidade de alunos da rede municipal e de outros segmentos da capital paraibana.

Essas medidas inovadoras (novos creis, passe livre, CELEST) mostraram a cara da nova gestão à sociedade. Entretanto haveria de cuidar, também, daqueles que necessitam de um atendimento especializado e diferenciado. E, nessa área, faltava uma questão básica no atendimento às crianças deficientes: a mobilidade.

5.3 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

A rede municipal de ensino de João Pessoa tem como uma de suas prioridades o atendimento aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente no ensino regular, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). Ainda em consonância com a referida Lei, a rede conta com serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades dessa população.

A PMJP, em uma ação intersetorial integrada envolvendo SEDES, Sede de SES, mantém o Centro de Referência Municipal para Inclusão da Pessoa com Deficiência – CRMIPD, que integra a rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único da Assistência Social – SUAS do município de João Pessoa. O Centro tem como objetivo a habilitação e a reabilitação, através de serviços especializados, de crianças, adolescentes e jovens com deficiência, distúrbio de comportamento e/ou de aprendizagem, buscando dar-lhes condições para o exercício pleno de sua cidadania. O Centro oferece atividades de lazer, para fins de promoção de inclusão da pessoa com deficiência. Oferece cursos de Língua Brasileira de Sinais, para usuários, familiares e comunidade, bem como: oficinas psicopedagógicas (Sala de Recursos Multifuncionais, Brinquedoteca, Teatro e Musicoterapia); Fonoaudiologia Clínica; Fisioterapia e Psicologia Clínica; Atendimento Especializado: avaliações médicas (Pediatra, Neurologista e Fisiatra) e orientação e encaminhamento para os demais serviços e programas da PMJP. Em junho de 2014, foram entregues, à população, as novas instalações do CRMIPD, melhorando, consideravelmente, o atendimento.

No âmbito específico do ensino, é preciso reconhecer que encontrei, na rede municipal, uma política bastante avançada no que tange ao atendimento de crianças com deficiências. Diversas escolas já estavam bem adiantadas nesse atendimento, atuando, inclusive, com professores de libras e outros especialistas; e salas de recursos multifuncionais⁴ estavam sendo implantadas, mesmo com algumas dificuldades, sendo a principal delas a demanda de espaço.

Escolas como João Santa Cruz, Analice Caldas, Radegundis Feitosa, Tharcila Barboza, Celso Furtado, José Eugenio, Rodrigo Otávio, Índio Piragibe e Chico Xavier são exemplos de atendimento educacional especializado, com excelente padrão de qualidade. Isso, claro, me deixou bastante satisfeito. Tive oportunidade de visitar todas essas escolas e pude comprovar a qualidade do atendimento. Sem demérito das demais, as escolas Índio Piragibe, com atendimento muito acentuado de crianças surdas, e Rodrigo Otávio, com atendimento de crianças cegas, me chamaram mais a atenção.

Em virtude da situação que pude vivenciar na Escola Rodrigo Otávio, procurei estabelecer parceria com o Instituto dos Cegos de João Pessoa para atendimento especializado, no contraturno, das crianças do Engro, como a escola é carinhosamente chamada. De fato, o Instituto já desenvolvia

⁴ O programa, destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, em que os alunos com essas características estejam registrados no Censo Escolar MEC/INEP, objetiva dar apoio aos sistemas de ensino na implantação de salas de recursos multifuncionais, com materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização. Ele visa atender, com qualidade, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. (portal.mec.gov.br).

este trabalho, mas sem nenhuma contrapartida por parte da Sedec.

A política de inclusão de alunos com deficiência em classes comuns torna necessário que a escola se organize, de modo a oferecer condições objetivas de aprendizagem a todos os alunos, especialmente àquelas pessoas. Não é uma tarefa fácil. Mas eu tinha clareza de que a política de atendimento à criança com deficiência no município deveria caminhar no sentido de que todas as escolas da rede pudessem dar assistência a esse público. Todavia existem escolas que já têm uma larga experiência em atendimento especializado. Por isso, a Sedec sempre recomendava aos pais, quando possível, que matriculassem seus filhos deficientes em tais escolas.

A política da Sedec foi de avançar ainda mais no atendimento a essas crianças. Era preciso dotar as unidades escolares de melhor infraestrutura adaptada e contratar mais pessoal qualificado. O resultado, em termos de atendimento, foi a ampliação no número de matrículas de alunos na modalidade de educação especial. Em 2012, a rede municipal tinha matriculado, nas suas escolas e creis, 888 alunos/as; já em 2014, saltou para 1.186, um crescimento de 33%. Portanto, nos dois anos em que eu estive à frente da Sedec, as matrículas, no total, foram expandidas ano a ano, o que mostra a vontade política de ampliar o acesso e, mais ainda, o acerto da política de inclusão.

Para atender essas crianças, a rede contava, em 2014, com 41 intérpretes de Libras, além de onze professores de Libras.⁵ Das mais de mil crianças e adolescentes atendidos em

⁵ Com o concurso da Educação, 20 novos professores de Libras foram nomeados.

2014, 210 tinham à sua disposição um cuidador. A indicação desse profissional é feita, após solicitação da escola, com base em exame da necessidade, elaborado pela Coordenação de Educação Especial da Sedec. A Coordenação dispõe de pessoal habilitado e com competência para fazer a seleção.

A necessidade de cuidador para crianças deficientes é sempre motivo de controvérsia. Não raro, alunos com problemas comuns de dificuldade de aprendizagem ou de indisciplina são “diagnosticados” pela escola como crianças com deficiências, exigindo-se da Secretaria a contratação de um profissional para acompanhá-lo no dia a dia. Por isso, a Coordenação de Educação Especial toma cuidado redobrado para não incorrer nesse erro, que pode ter efeitos negativos para a criança. Os cuidadores são designados para acompanhar as crianças que se colocam na condição ou categoria de *dependentes*, isto é, crianças que dependem totalmente de serviços auxiliares para sua sobrevivência saudável. Elas não conseguem ter hábitos higiênicos, não conseguem se vestir, se alimentar, necessitando, assim, de um acompanhamento integral enquanto estiver na escola. Contudo não são todos os alunos com deficiências que necessitam desse acompanhamento. Com efeito, existem alunos que, embora com deficiências, já conseguem, por exemplo, se defender de perigos e já adquiriram hábitos rotineiros de higiene, necessitando, somente, de ajuda e supervisão. Tais estudantes devem ser acompanhados pelo corpo técnico das escolas e ser atendidos em Salas de Recursos Multifuncionais.

Mas, para que toda criança pudesse ter acesso à rede municipal de ensino, seria necessária uma decisão que envolvesse a com-

pra de ônibus adaptados para atender a esse público.

4.3.1 A FROTA DE ÔNIBUS ADAPTADOS

A implantação do passe livre para alunos da rede municipal foi uma grande conquista da cidadania. Ocorre que alunos com dificuldades de locomoção não são alcançados pela política do passe livre, uma vez que sequer conseguem se deslocar para o ponto de ônibus. Era necessária uma ação complementar. E foi o que a Sedec procurou fazer.

Ao analisar as ações do PAR, vi que constava em uma de suas metas a compra de ônibus adaptados para atender às crianças com dificuldades de locomoção. Minha surpresa foi maior, ao perceber que João Pessoa teve aprovadas, em 2012, verbas para a aquisição de doze ônibus adaptados especialmente para crianças deficientes. Segundo relatou-me o coordenador de transporte da Sedec, não houve interesse em adquirir os ônibus até então, porque seu custo de manutenção seria muito alto.⁶ Estranhei esse posicionamento: o custo de manutenção não seria tão alto. Dei conhecimento ao prefeito e passei a tratar da matéria como prioridade absoluta.

Na visita que fizemos ao MEC em janeiro de 2013, o ministro Mercadante reafirmou a liberação de recursos para a compra dos ônibus. Depois, seguimos para o setor de Educação Especial do MEC para tentar destravar a burocracia, porém sem muito sucesso. Ao retornar a João Pessoa, incumbi o diretor da DAF, Ivo Perón, de agilizar o processo de liberação dos recursos. Foi quando se verificou que o próprio FNDE já

⁶ A verdade é que eu nunca soube se o ex-prefeito Luciano Agra tomou conhecimento da aprovação desses recursos. Mas é muito provável que não, porque ele nunca tocou nesse assunto comigo.

possuía uma Ata de um pregão de ônibus adaptados, mas ela estava prestes a se expirar.

Montamos uma verdadeira operação de guerra para adquirir os ônibus licitados pelo FNDE. Se não o conseguíssemos, teria que iniciar um processo próprio de licitação que demandaria muito tempo. E, mais uma vez, a equipe da DAF se mostrou competente e comprometida com a gestão, conseguindo, já no limite improrrogável da licitação, concluir o processo de adesão. Todavia, por dever de consciência, não posso omitir que houve extrema boa vontade do FNDE para concluir o processo de adesão de ata.

Finalmente, a Sedec conseguiu adquirir os ônibus. A tarefa seguinte seria selecionar motoristas e inspetores e treiná-los para um serviço que exige muito cuidado e zelo. Nesse momento, a Sedec pôde contar com o apoio da ASDEF (Associação de Deficientes e Familiares), através do seu presidente, Francisco Izidoro, que realizou o treinamento do pessoal e providenciou as rotas e toda a logística necessária ao início das atividades.

Em 3 de dezembro de 2013, na Estação das Artes Luciano Agra, aconteceu a solenidade de entrega dos doze ônibus à sociedade pessoense. A data não foi escolhida por acaso. Trata-se do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Compareceram à solenidade, além da equipe da PMJP, uma boa representação de entidades e instituições que trabalham com a inclusão, a exemplo do presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Cibele Almeida, representantes do Centro de Atividades Especiais Helena Holanda, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

(APAE), do Instituto dos Cegos da Paraíba, da Associação de Deficientes e Familiares (ASDEF) e da organização AC Social, vereadores e autoridades diversas.

Os doze ônibus adaptados, adquiridos pelo valor de R\$ 1,6 milhão, proveniente do FNDE, possuem plataforma de elevação e espaços reservados para cadeirantes. Segundo o cronograma da Sedec, já estariam disponíveis à população no início do ano letivo de 2014, sendo divididos entre os nove polos educacionais da Capital. Cada veículo contaria com um inspetor, que ficaria responsável pelas crianças e adolescentes.

Na solenidade, fiz questão de frisar o olhar diferenciado que devíamos ter para com aqueles que precisam de uma atenção especial. Enfatizei que a Sedec tinha a missão de trabalhar para que todas as crianças e jovens de João Pessoa tivessem acesso à escola de qualidade, entretanto haveria de olhar para alguns com mais atenção. Esse olhar, afirmei, voltava-se para aqueles que precisavam de um incentivo maior para seguir em frente. Por isso o investimento naquela frota de ônibus adaptados.

A diretora da Escola Municipal Índio Piragibe, de Mangabeira VII, Andréa Maia, reforçou minhas palavras, ao dizer que estudantes com deficiências costumavam encontrar mais obstáculos para chegar até a escola e que isso acabava comprometendo o foco e a concentração nas aulas, além de ser um grande motivador de faltas.

A estudante Suênia Kelly, de 13 anos, também discursou na solenidade e levantou o tema das barreiras físicas que as pessoas deficientes encontravam no dia a dia. Para chegar até a Escola Índio Piragibe, seu único transporte era a própria

cadeira de rodas. Ela afirmou que seu caminho era péssimo porque, além das dificuldades do trajeto, até as calçadas são desiguais. E, numa frase que resumiu o seu sentimento em relação à conquista de ônibus adaptados, fez todos sorrirem ao dizer que, a partir daquele momento, seria bem mais legal ir à escola, pois iria ficar tranquila e ter até mais tempo para se arrumar.

Essas ações inovadoras (passe livre, CELEST, ônibus adaptados) mostraram que é possível construir políticas ousadas de suporte ao estudante, rompendo, assim, a visão clássica de mera assistência. A versão que impusemos na Sedec foi o de respeitar e trabalhar com o corpo discente numa perspectiva de inclusão e de construção da cidadania integral. No entanto era necessário valorizar também os profissionais da Educação.

6

AVALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Atribui-se ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso uma frase que ficou marcada em minha memória de docente e pesquisador: “Esqueçam o que escrevi”. Isso significa, na prática, renegar toda a sua produção científica em favor da *realpolitik*. De forma mais direta, poder-se-ia dizer que significa, também, trair seus ideais e sua história.

Pois bem, eu cultivava e cultivo essa preocupação desde que passei a assumir cargos político-administrativos. E, na condição de secretário, iria colocar à prova minhas convicções. Afinal, eu, que sempre escrevera e publicara artigos e livros em favor da valorização do magistério, passava a ocupar a função de vidraça e não mais de estilingue.

A política de valorização do magistério deve se assentar em três pilares: a carreira, os salários e a formação. Na questão da carreira, deve-se incluir o vínculo empregatício, isto é, a precarização ou não do trabalho docente e a progressão. Já em

relação aos salários, além da política de reajustes anuais, tem-se o debate sobre a política de bonificação. No que concerne à formação, é importante ter ações claras no sentido de fomentar a qualidade dos cursos ofertados.

O enfrentamento dessas questões esteve presente, de modo integral, por todo o período em que estive à frente da Sedec. E tudo começava com o relacionamento que iria ser estabelecido com a representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em educação do município de João Pessoa. O SINTEM é a representação classista das diversas categorias que compõem a força de trabalho da educação municipal. Seu presidente é o professor Daniel de Assis.

Procurei, ao longo de minha gestão, tratar com os dirigentes sindicais de maneira respeitosa, buscando sempre o diálogo como instrumento para desanuviar tensões. A direção do SINTEM mostrou-se receptiva a essa abordagem, e creio que conseguimos constituir uma relação de respeito mútuo. Esse diálogo foi possível, também, porque eu já participara de diversas atividades de formação sindical, a convite do próprio SINTEM, em tempos pretéritos. O meu conhecimento sobre a dinâmica dos movimentos sociais contribuía para a fluidez das conversas. As audiências com os dirigentes sindicais eram sempre prioritárias, e recomendei à minha chefe de gabinete que nunca permitisse que eles ficassem à espera na antessala do meu gabinete.

Havia, ainda, outro fator que ajudava nas conversas e negociações: a qualidade dos seus dirigentes sindicais. Com efeito, tanto Daniel de Assis quanto os demais diretores do SINTEM demonstraram ter ciência das virtudes e defeitos da

rede municipal de ensino, no aspecto da infraestrutura ou de recursos humanos. Também são detentores de uma sólida formação política e conhecimento aprofundado sobre aspectos técnicos, notadamente acerca do financiamento da educação. Por fim, tinham a exata clareza do seu papel de dirigentes sindicais, o que significou manter uma postura autônoma frente à gestão municipal.

6.1 CARREIRA E SALÁRIOS

Os trabalhadores e trabalhadoras em educação do município tem um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) de excelente qualidade, fruto da gestão do então secretário, professor Neroaldo Pontes, o qual foi acatado pelo prefeito à época, Cícero Lucena. Ao longo dos anos, sofreu pequenas alterações que não comprometeram a sua essência. Pelo contrário, até o aperfeiçoaram. O regime de trabalho é de 30 horas semanais, inicialmente apenas para o magistério. O ex-prefeito Luciano Agra estendeu essa conquista a todos os servidores técnico-administrativos efetivos.

Ao assumir a gestão municipal do ensino em 2012, a remuneração do magistério com licenciatura plena, portanto, nível superior, era de R\$ 2.042,28, incluindo vencimento e gratificação de exercício da função docente, para uma jornada de 30 horas. Naquele ano, o ex-prefeito Luciano Agra concedeu um reajuste ao magistério bem acima do usualmente concedido, alcançando, em alguns casos, valores próximos a 50%. Em contrapartida, a Sedec teria dificuldades em fechar e pagar a folha do 14º salário naquele ano. Com efeito, essa

bonificação era sempre paga no ano em curso, no mês de dezembro. Porém, em 2012, além do reajuste anteriormente citado, o comportamento das receitas do Fundeb foi bastante insatisfatório,¹ e não houve condições de realizar o pagamento no próprio ano. Essa dívida foi assumida pela nova gestão e correspondia a cerca de sete milhões de reais.

No ano de 2013, tivemos o primeiro teste em negociações com o SINTEM. Antes, porém, houve um pequeno estranhamento causado pela não quitação do 14º salário, decorrente do programa Escola Nota 10. Após algumas reuniões, conseguimos fechar a proposta de pagamento para o dia 20 de janeiro de 2013. O pagamento do 14º salário serenou os ânimos da categoria.

Inicialmente, fiz as projeções do crescimento da receita do FUNBEB para 2013. As estimativas davam como provável o incremento em torno de 10%, ante 2% efetivamente acontecido no ano anterior. O Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos professores foi majorado em 7,97%. O SINTEM apresentou uma proposta de reajuste dos salários na casa dos dois dígitos, além de uma série de reivindicações concernentes a horas-atividades, gratificações de diretores, formação continuada etc.

O prefeito convocou sua equipe econômica para discutir o assunto. Em geral, participavam dessas reuniões os secretários de Administração, da Receita, das Finanças, da Educação, da Procuradoria Jurídica e a Chefia de Gabinete, além do próprio prefeito. Como sói acontecer, a equipe

¹ O crescimento das receitas do Fundo em relação ao ano anterior foi de 2,2%, abaixo, portanto, da inflação, que foi de 5,84%. Assim, descontada a inflação, o crescimento foi negativo.

econômica mostrou-se bastante cautelosa. Com a minha insistência e argumentação acerca do crescimento da receita do Fundeb e da especificidade dos recursos vinculados à educação, consegui convencer a equipe quanto à possibilidade de conceder 10% de reajuste para o magistério, portanto, acima da majoração do Piso Salarial Nacional, incluindo os prestadores de serviço, e com efeito retroativo ao mês de janeiro.

No dia 19 de fevereiro de 2013, enviei um documento ao SINTEM, abaixo reproduzido, subscrito juntamente com o então chefe de gabinete do prefeito, Zenedy Bezerra, com as propostas referentes à pauta apresentada pelo Sindicato.

À representação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa (SINTEM)

Em atenção ao Ofício 05/12 (Processo 2013/003062), do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa (SINTEM), endereçado ao Secretário de Administração do Município de João Pessoa, Roberto Wagner Mariz Queiroz, cujo teor reporta-se à negociação salarial referente ao ano de 2013, vimos apresentar o posicionamento do governo municipal com respeito às demandas do Sindicato.

Registre-se em primeiro lugar que o governo Luciano Cartaxo tem pautado sua relação com os movimentos sociais com abertura ao diálogo e respeito às posições assumidas pelas categorias. Nesse sentido, o Prefeito recebeu pessoalmente a diretoria do SINTEM, dando início às negociações formais com a categoria.

Na oportunidade, renovamos a nossa disposição em manter abertos os canais de interlocução com as entidades

representativas dos servidores municipais, por entender que com diálogo e respeito sempre será possível encontrar alternativas que beneficiem as categorias de servidores sem, no entanto, ultrapassar os limites impostos pela legislação no que se refere à responsabilidade fiscal.

Com relação à pauta de reivindicações, convém enfatizar, preliminarmente, que o governo municipal de João Pessoa pretende instalar a Mesa Permanente de Negociação com todas as categorias de servidores públicos municipais já no próximo mês de março do corrente ano. Desse modo, entendemos que o item 14 da pauta encontra-se plenamente atendido.

Em se tratando dos itens 1 e 6, e tendo em vista o esforço que a Prefeitura de João Pessoa vem fazendo, nos últimos anos, com vistas à efetiva valorização da carreira docente, propusemos inicialmente o percentual de aumento salarial de 7,97%, correspondente ao reajuste dado pelo governo federal ao piso salarial nacional dos professores das redes públicas de ensino (PSPN). É importante lembrar que esse percentual é superior à inflação do ano de 2012, que foi de 5,84%, e significa continuidade da política de aumento real de salários da categoria do magistério.

O SINTEM apresentou a contraproposta de 13,9% e, após exaustiva negociação, acordou-se o percentual de 10 (dez por cento) para a categoria do magistério, retroativo ao mês de janeiro para os detentores de cargo efetivo, e contemplada a paridade ativo e inativo.

A proposta de reajuste aqui apresentada está no limite das condições financeiras da PMJP, cujas receitas vinculadas

para fins de remuneração do magistério, como se sabe, sofreram forte abalo no final do ano de 2012. Com efeito, a evolução das receitas do Fundeb, no ano anterior em relação ao ano de 2011, atingiu o menor percentual desde a criação do Fundo, alcançando apenas 2,9%. A desoneração de impostos realizada pelo governo federal foi responsável pela diminuição das receitas que, no caso de João Pessoa, resultou em menos 5 milhões de reais, da estimativa inicial do Fundeb para o efetivamente arrecadado. Para o ano em curso, as desonerações devem permanecer e podem até mesmo serem aprofundadas, limitando, dessa maneira, a capacidade do município de ampliar excessivamente as despesas com pessoal, até mesmo por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal. Porém, mesmo nessas condições difíceis, a PMJP assume o compromisso de continuar ofertando ganhos reais para o magistério, por entender que a educação é prioridade absoluta neste governo.

Os itens 2, 6, 7 e 13 da pauta deverão ser motivo de discussão no mês de março do corrente ano, considerando que a data-base dos demais servidores acontece naquele mês.

Já em se tratando do item 3 da pauta, que diz respeito a horas-atividades extrasalade aula, adiantamos pronunciamento favorável à mudança proposta pela categoria do magistério, devendo, no entanto, verificar qual o mecanismo legal mais adequado para proceder à mudança. É importante deixar bastante claro que essa modificação na estrutura do trabalho docente representa um ganho extraordinário para a categoria, na medida em que flexibiliza o tempo gasto com atividades extraclases, sem prejuízo das atividades de planejamento e formação continuada.

Da mesma forma, o item 11, correspondente ao concurso público para os trabalhadores em educação, encontra-se atendido e os estudos para a realização do mesmo estão adiantados, devendo o SINTEM ser incorporado à comissão de preparação do certame.

A modificação do Projeto Escola Nota 10 é outro consenso estabelecido entre Prefeitura e categoria dos profissionais da educação, havendo o compromisso de garantir a representação do SINTEM na comissão que irá tratar das modificações a serem apresentadas ainda neste primeiro semestre de 2013.

Considerando, por fim, que será implantada a Mesa Permanente de Negociação, propomos que os itens 4, 5, 8, 9, 10, 15, 16 e 17 sejam tratados de forma mais aprofundada nessa mesa de negociação, visto que tais demandas necessitam, em alguns casos, de projeções de custos que ultrapassam o exercício orçamentário de 2013 e, em outros casos, implicam construção de parcerias com outros entes federativos e/ou instituições de ensino superior.

Côncios de que estamos construindo um diálogo transparente e uma inovadora forma de tratar as demandas sindicais, apresentamos votos de estima e consideração.

João Pessoa, 19 de fevereiro de 2013.

Atenciosamente

Zennedy Bezerra
Secretário-Chefe de Gabinete do
Prefeito

Luiz de Sousa Junior
Secretário Municipal de
Educação

Em 26 de fevereiro de 2013, a assembleia do magistério, convocada pelo SINTEM, referendou, por unanimidade, a proposta de 10% para toda a categoria, valor superior à majoração do PSPN e muito superior à inflação. Ainda como resultado da negociação, conquistou-se um acréscimo de 10% na gratificação dos diretores escolares e flexibilização da carga horária do magistério de 30 horas, ficando assim distribuída: 20 horas de atividades em sala de aula, 5 horas destinadas a planejamento e capacitação, 5 horas extraescolas destinadas à elaboração e correção dos trabalhos pedagógicos e atividades culturais. Na ocasião, ficou aprovada também a implantação de uma mesa permanente de negociação, para discutir as outras reivindicações, a exemplo do reajuste salarial dos funcionários da educação e da PMJP, que têm data base em março; a implantação da terceira etapa do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Funcionários; e a efetivação das comissões municipais de avaliação de desempenho.

Essa negociação colocou João Pessoa no cenário nacional como uma das capitais que melhor pagam os seus professores. Segundo matéria publicada no portal *Folha de São Paulo*, em 13 de agosto de 2013, assinada por Fábio Takahashi e outros (2013), João Pessoa detinha o quarto melhor salário das capitais brasileiras e o maior salário das capitais do Norte e Nordeste, além de cumprir a jornada para atividades fora de sala de aula. Portanto, o primeiro teste havia sido superado com bastante tranquilidade, mas todos sabem que negociações salariais ocorrem todos os anos. E, em 2014, haveria uma nova rodada.

O comportamento de crescimento da receita do Fundeb, em 2013, foi superior ao que, inicialmente, fora estimado e permitiu que tivéssemos capacidade de honrar os compromissos acordados com a categoria. Porém houve dois contratemplos: o primeiro dizia respeito à gratificação dos diretores de escola. Por entendimento da Procuradoria Jurídica, da Secretaria de Administração e da Chefia de Gabinete do prefeito, os 10% de reajuste geral da categoria já favoreciam os diretores, não sendo necessária a majoração da gratificação. Fui contrário a essa interpretação. O acordo aprovado era claro quanto ao reajuste de 10%, também, das gratificações dos diretores e diretores-adjuntos. Contudo, como o cenário geral dos salários do magistério da rede municipal de João Pessoa era relativamente bom, essa questão ficou em segundo plano. O segundo contratempo dizia respeito ao programa Escola Nota 10. Novamente, não foi possível fazer o pagamento do 14º salário no ano em curso. Desta vez, a questão não decorreu da falta de recursos do Fundeb, mas da necessidade de se efetivar a despesa com recursos próprios, a fim de ultrapassar o percentual de vinculação mínima prevista na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, deixando uma margem para eventual glosa de despesas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Novamente, tivemos que efetuar o pagamento no mês de janeiro.

O governo federal aprovou a majoração do PSPN em 8,32%, percentual inferior ao do ano antecedente. A categoria propunha reajuste de 16%, ou seja, o dobro do aumento do MEC. As negociações, portanto, seriam mais duras. Eu senti o

cheiro de greve no ar, pois havia uma inquietação mais clara da categoria.

Novamente, a equipe econômica se reuniu para tratar do assunto. Naquele ano, a Secretaria de Finanças tomou uma atitude mais cautelosa ainda do que no ano anterior. Suas previsões eram bastante pessimistas. Minhas estimativas novamente ficaram próximas ao crescimento das receitas do Fundeb em 10%. Porém, nas reuniões envolvendo a equipe econômica, outro fator foi colocado na mesa: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Pelas projeções das finanças, o município de João Pessoa já estava efetuando despesas de pessoal dentro do chamado limite prudencial da LRF, e qualquer reajuste que não fosse acompanhado de crescimento de receita capaz de suportá-lo poderia ser nocivo às finanças públicas. De fato, esse era um argumento a se considerar.

Após diversas reuniões, nas quais, em alguns momentos, cheguei a temer pela proposta minimamente aceitável, prevaleceu o reajuste do MEC, de 8,32%. Ocorre que, nesse ínterim, o SINTEM havia realizado uma assembleia que, após acalorada discussão, aprovou uma paralisação de advertência de três dias. Tal decisão pegou de surpresa o *staff* da Prefeitura, pois as negociações estavam em andamento. Houve um estremecimento nas relações. De qualquer modo, eu estava tranquilo e com a convicção de que, de um modo ou de outro, haveria algum movimento paredista. Felizmente, prevaleceu a posição de respeitar o movimento e apenas monitorar a paralisação.

As negociações com o sindicato estavam mais difíceis, e as palavras ditas eram cada vez mais ríspidas. Em algumas

dessas reuniões, o presidente, Daniel de Assis, fez menção de encerrar as tratativas e partir para uma greve por tempo indeterminado. Não iria ser fácil chegar a um acordo. Felizmente, as conversas tomaram novos rumos. Após diversas e longas reuniões, conseguimos fechar a proposta governamental, abaixo reproduzida, que devidamente formalizada e assinada por mim e mais quatro secretários, foi remetida à apreciação do Sindicato. Não tínhamos certeza, porém, sobre qual a repercussão que ela teria no seio da categoria.

COMUNICADO AO SINTEM

Ilmo. Sr. Presidente do SINTEM

VALDEGIL DANIEL DE ASSIS

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, e em seu nome toda a categoria de trabalhadores e trabalhadoras em educação do município de João Pessoa, vimos, em atenção ao ofício 04/14, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa (SINTEM), apresentar o posicionamento oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) concernente às negociações salariais referentes ao ano de 2014. Gostaríamos, antes de qualquer coisa, apresentar breves considerandos sobre as premissas que norteiam a nossa política de valorização do magistério.

A atual gestão municipal tem como prioridade absoluta a melhoria dos salários e da carreira, das condições de trabalho

e da qualificação dos docentes de nossa rede de ensino. Foi com esse entendimento que, no ano de 2013, reajustamos os salários do magistério em 10% (dez por cento), valor bem acima da inflação. Esse índice, conforme publicou o jornal *Folha de São Paulo*, em agosto do ano passado, colocou João Pessoa em primeiro lugar em termos de salários docentes praticados por capitais do Norte e Nordeste do país.

Ainda como parte da política de valorização do magistério, realizamos concurso público para 1.300 vagas na área de educação e assumimos o compromisso de convocar todos os concursados ainda no ano de 2014, após o encerramento de processo organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sabe-se que a nomeação de professores efetivos acarreta previsível aumento na folha de pessoal do magistério, considerando que a remuneração do professor efetivo é bem superior à do professor prestador de serviço.

Temos o compromisso de continuar investindo prioritariamente na educação e nos seus professores. Assim, vamos dar continuidade à política de reajustes sempre acima da inflação, aumentando o poder aquisitivo dos professores e professoras de João Pessoa, ao mesmo tempo em que iremos expandir a rede com a construção de 44 novos Centros de Referência da Educação infantil (Creis), dos quais 12 já se encontram em construção, e mais seis escolas, com recursos já devidamente assegurados, totalizando mais de 80 milhões de reais. Também vamos incrementar a formação continuada dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, trazendo novos projetos, a exemplo da parceria Sedec/CENPEC e do projeto Mentis Inovadoras, além da ampliação do Pnaic e cursos

como o da Justiça Restaurativa, em parceria com o Ministério Público Estadual.

Igualmente, iniciamos ações na área de melhoria de infraestrutura das escolas já existentes, com reformas e reparos (retelhamento, pintura, serviços hidráulicos e elétricos) de escolas e creches, construção de novas quadras poliesportivas, climatização das salas de aulas, começando pelas escolas de tempo integral, instalação de câmeras de monitoramento, além de outros benefícios que melhoram a presença do nosso aluno como o PASSE LIVRE e ônibus adaptados para buscar crianças com deficiência em sua residência. Todos esses investimentos contribuem para fazer com que João Pessoa avance ainda mais na qualidade dos serviços educacionais ofertados.

Feita essa breve introdução, passaremos a apresentar nossa proposta, fruto de ampla negociação com a representação do magistério em cinco reuniões realizadas de forma respeitosa e democrática, política essa que fazemos questão de enfatizar e preservar ao longo de nossa gestão.

A PMJP propõe o reajuste salarial para a categoria do magistério de 8,32%, retroativo a janeiro. Trata-se de reajuste acima da inflação e que atende à Portaria do MEC quanto à elevação do Piso Salarial Nacional dos Professores (PSPN). Convém enfatizar que esse percentual foi concedido por todas as capitais do Norte e Nordeste e outras redes de ensino do Brasil e da Paraíba, de modo que João Pessoa continuará tendo o melhor salário das capitais do Norte e Nordeste do Brasil e um dos melhores salários de todas as capitais brasileiras.

Ao longo desses dois anos, o reajuste do magistério acumulará mais de 7% de aumento real de salário, confirmando

a curva ascendente dos salários da categoria em João Pessoa, conforme podemos visualizar na tabela a seguir.

Ano	2013	2014	Total acumulado
Reajuste	10,00	8,32	19,15
Inflação	5,84	5,91	12,09
Diferença (+)	-	-	7,06

O nosso reajuste, porém, não para por aqui. Considerando a demanda do SINTEM concernente aos níveis da carreira docente, estamos propondo a implantação de um nível da carreira, o que significa mais 3% de aumento nos salários dos professores/as e elevação da média salarial docente, para o mês de julho de 2014. **O somatório desses reajustes, para 2014, chegará ao montante de 11,32%, índice superior ao de 2013.**

O impacto na folha de pessoal será, todavia, bem maior, por conta da nomeação dos concursados da educação que assumirão suas funções recebendo salários reajustados.

Ainda estamos propondo o reajuste nas gratificações dos diretores, vice-diretores, secretários escolares, nos seguintes termos: R\$ 100,00 para diretores; R\$ 80,00 reais para vice-diretores e R\$ 50,00 para secretários escolares, a partir do mês de julho do corrente ano.

No que se refere à jornada de trabalho dos prestadores de serviço, a PMJP se dispõe a avaliar a flexibilização a partir de duas premissas: a) não poderá ter aumento de pessoal; b) não poderá ocorrer diminuição quantitativa e/ou qualitativa dos serviços prestados em escolas e Creis.

A PMJP manifesta plena concordância com a proposta do SINTEM de implantar a Mesa Setorial de Negociação Permanente da Educação, por entendermos que o diálogo é o melhor caminho para encontrar soluções para o avanço do ensino público. Nesse sentido, outras demandas dos trabalhadores e trabalhadoras em educação serão tratadas adequadamente na Mesa, tendo a administração municipal a disposição de avançar na questão da terceira etapa do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR).

Com respeito à política de qualificação, a PMJP acata integralmente a proposta do SINTEM de buscar convênios com instituições que possuam cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) e *latu sensu* (Especialização) devidamente aprovados pelo MEC/CNPq para viabilizar cursos para nossos profissionais da educação.

Do mesmo modo, temos interesse em inovar no processo de formação continuada para todos os trabalhadores em educação do município, como já o fizemos em 2013 e realizar parcerias com instituições devidamente credenciadas pelo MEC.

Com relação ao programa Escola Nota 10, estamos reavaliando e aprimorando o modelo avaliativo, de modo a aproximá-lo das avaliações nacionais para que possa, efetivamente, cumprir com o papel de ajudar a melhorar o desempenho da rede municipal de ensino em termos de aprendizagem dos nossos alunos.

Estes são os termos de nossa proposta, a qual foi exaustivamente discutida com a representação das trabalhadoras e trabalhadores da educação de João Pessoa e

que, a nosso, ver, atende aos anseios da categoria, ao tempo em que vem se adequar às condições financeiras da PMJP.

A título de finalização, é importante registrar que a folha de pagamento do mês de fevereiro, cuja data de pagamento está prevista para a próxima sexta-feira, aguarda tão somente a decisão da Assembleia para implantarmos o reajuste aqui proposto, retroativo ao mês de janeiro.

João Pessoa, 26 de fevereiro de 2014.

Atenciosamente

ZENEDY BEZERRA

Secretário-Chefe de Gabinete da PMJP

LUIZ DE S. JUNIOR

Secretário de Educação e Cultura (Sedec)

ROBERTO WAGNER

Secretário de Administração (SEAD)

BRUNO SITONIO

Secretário de Finanças (SEFIN)

ADENILSON DE O. FERREIRA

Secretário da Receita Municipal (SEREM)

Portanto, em referência à questão salarial, propusemos o reajuste de 8,32% aos professores do quadro efetivo e, em julho, faríamos um reposicionamento dos níveis de progressão da carreira, que representaria mais 3% de reajuste para os que tivessem direito, atingindo os professores com mais tempo de serviço, além de conceder os 10% de reajuste

das gratificações dos diretores. Essas duas últimas propostas, em minha opinião, sensibilizaram a maioria da categoria, e a assembleia da categoria aprovou a proposta. Uma greve por tempo indeterminado foi evitada no ano de 2014. Como resultado, a remuneração dos docentes com licenciatura plena no início de carreira, para uma jornada de 30 horas, teve uma evolução positiva, saltando de R\$ 2.042,28, em 2012, para R\$ 2.433,36, em 2014.

Estudos acadêmicos conseguiram captar o avanço registrado nas condições salariais dos professores da rede municipal de ensino de João Pessoa. Uma pesquisa bastante interessante sobre o tema foi realizada por Matilde Gonçalves Mendes (2014), junto ao PPGE/UFPB. A autora, depois de analisar as alterações na política de financiamento da educação básica e implicações para os profissionais da educação da rede municipal de João Pessoa, chegou à conclusão de que, embora ainda falte muito para a efetiva valorização do magistério, o estudo de caso da rede municipal de João Pessoa mostrou que houve avanços consideráveis. Vários indicadores foram utilizados no estudo para tal conclusão. Particularmente, chama atenção a comparação dos salários pagos aos professores com licenciatura plena com o salário mínimo do DIEESE, referente aos anos de 2009 a 2013. Assim, em 2012, a remuneração dos docentes equivalia a 79,7% do salário mínimo do DIEESE. Em 2014, passou a equivaler a 81,8%.

Esclareça-se que essa comparação não leva em consideração o fato de o salário mínimo do DIEESE corresponder a 40 horas semanais, enquanto que a remuneração do professor da rede municipal de João Pessoa corresponde a

uma jornada de 30 horas semanais. De qualquer modo, como saldo geral desses dois anos, a categoria acumulou aumento real de salários, e João Pessoa permaneceu como a capital que paga um dos melhores salários ao magistério em todo o Brasil.

Tenho clareza de que ainda é preciso caminhar muito para que o magistério brasileiro possa festejar um salário compatível com a dignidade da profissão, mas o exemplo da capital paraibana deve ser divulgado e seguido.

Havia um problema muito grave que precisaria ser solucionado: a precarização do trabalho docente. Para sanar essa situação, seria necessário que fosse realizado um concurso público com um quantitativo muito grande de vagas tanto para professores e especialistas, como também para cargos de nível médio.

6.2 O CONCURSO DA EDUCAÇÃO

O município de João Pessoa detinha e ainda hoje detém salários atrativos para o magistério, mas esses valores não são, ou melhor, não eram percebidos pela grande maioria dos professores e todas as professoras da rede municipal. Uma parcela significativa do magistério municipal era composta de prestadores de serviços, ou seja, docentes que tinham contrato temporário, normalmente de 11 meses, iniciando-se em fevereiro e concluindo em dezembro, sem qualquer garantia de estabilidade ou benefícios como férias etc. Seus salários correspondiam, em média, a 65% do salário do professor efetivo e não tinham vinculação com o nível de titulação.

Segundo dados da SEAD, os professores prestadores de serviço representavam 60% do quadro do magistério da Sedec.

Eu havia detectado essa questão ainda no início do ano de 2012, quando participei de um fórum de discussão do plano de governo. Não se tinha ainda a dimensão real do quadro de demanda de professores da rede municipal.² Porém, já naquele momento, eu focara bem a questão da necessidade de se realizar um dos maiores concursos da história da Educação de João Pessoa.

Ao assumir a Sedec, em setembro de 2012, pude me aprofundar nos dados de recursos humanos da Secretaria e, com base neles, preparei uma proposta de quantitativo de vagas para o certame a ser apresentado à Comissão de Transição de governo. O ano de 2013 foi importante para que eu pudesse cotejar esse levantamento com o quadro de necessidades concretas das escolas e creis do município.

O primeiro estudo apresentado à Comissão de Transição trouxe os seguintes números, no tocante ao quantitativo de professores prestadores de serviço por disciplina, referente ao ano de 2012: 1775 professores com contrato temporário, dos quais, 883 estavam na função de “Polivalentes”. Evidentemente, nesse total, estavam inclusos prestadores de serviços contratados para substituir professores/as que cumpriam funções dirigentes nas escolas, num total aproximadamente de 300 gestores. Também substituíam docentes com licença para tratamento de saúde, licença-gestante, licença para tratar de interesses particulares, licença para qualificação e os que estavam à disposição de outros órgãos ou esferas do

²De qualquer modo, o quadro de necessidades é bastante rotativo.

poder público. Por se tratar de afastamentos previstos em Lei, não haveria a necessidade de providenciar concursos no quantitativo de cerca de 1.800 professores. Para completar o quadro, uma parcela desses prestadores de serviço já estava substituindo outros prestadores de serviços afastados também por questões legais (saúde, licença-maternidade etc). Segundo os meus cálculos, 60% dos docentes da rede tinham contratos temporários e precários. Fiz uma estimativa de que 1.000 cargos destinados ao magistério deveriam ser disponibilizados para ingresso por concurso público.

Restava avaliar ainda o quadro de necessidade dos demais profissionais da educação. Considerando a prioridade dada às escolas e às unidades de educação infantil que seriam inauguradas, chegou-se ao quantitativo de 100 especialistas. Também com base nesse critério, e visto que praticamente todas as escolas e creis não dispunham de secretário escolar do quadro efetivo, propus 200 vagas, de forma a suprir essa carência, fazendo com que todas as nossas unidades escolares passassem a ter, pelo menos, um servidor efetivo em suas secretarias. Desse modo, chegamos ao quantitativo de 200 vagas para nível médio. No total, o concurso atingiria o montante de 1.300 vagas, um dos maiores na história da educação municipal de João Pessoa, sendo 1.100 vagas para nível superior e 200 para nível médio.

A Secretaria de Administração ficou responsável pela organização do certame e contratação da empresa que iria realizá-lo. Inicialmente, foi contratado o *Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação* (IBCF), todavia um erro operacional fez com que a PMJP cancelasse o contrato. No dia 7 de agosto

de 2013, a imprensa teve acesso a uma página com um edital “rascunho”, o qual havia sido publicado acidentalmente. Esse incidente provocou a rescisão do contrato com o Instituto e atrasou, em quase cinco meses, a realização do concurso.

No entanto, do limão se fez uma limonada. A SEAD foi bastante ágil e logo divulgou a contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituição com muita credibilidade e reconhecimento nacional e internacional. E, no dia 8 de novembro de 2013, uma sexta-feira, foi, finalmente, anunciado o tão esperado concurso da educação. As inscrições foram iniciadas já na segunda-feira, dia 11 de novembro. Ao final, 53.497 pessoas se inscreveram.

Foram ofertadas ainda 21 vagas para Assistente Social Escolar; 30 vagas para Orientador Educacional; 30 vagas para Psicólogo Escolar; e 19 vagas para Supervisor Escolar. Para o cargo de Agente Educacional I, de nível médio, foram disponibilizadas 200 vagas.

Todo o processo relativo ao certame transcorreu normalmente, sem qualquer atropelo ou fato que maculasse o processo. Algumas ações na Justiça de fato aconteceram, todavia por motivos alheios à FGV ou à SEAD. Um dos recursos, por exemplo, tratou da obrigatoriedade – ou não – de os candidatos às vagas de Educação Física pertencerem ao Conselho Regional de Educação Física. Tratava-se, pois, de uma discussão *interna corporis* dos profissionais dessa área.

As provas foram aplicadas no dia 12 de janeiro de 2014. Fiz questão de visitar alguns locais de prova e pude atestar a tranquilidade do processo. O concurso teve apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal – da Secretaria de Segurança Urbana e

Cidadania (SEMUSB) – e da Superintendência de Mobilidade Urbana (SEMOB). Os resultados foram publicados no dia 31 de março de 2014. Após transcorridos todos os prazos de recursos e exames, o concurso foi homologado no dia 9 de maio.

Concluído todo o processo, passou-se à etapa de convocação dos concursados. Após diversas reuniões envolvendo a equipe econômica, o prefeito adotou a linha que eu defendia, a de nomear todos os concursados de uma única vez, um fato inédito na história da educação municipal. Em geral, os aprovados e classificados são chamados a contagotas e passam anos esperando a nomeação conquistada por mérito. Nesse meio tempo, constituiu-se um grupo de mobilização dos concursados que deu início a um processo de mobilização exigindo imediata convocação. Tive diversas reuniões com esse grupo, tanto por solicitação do SINTEM quanto por demanda do Ministério Público Estadual, a quem procurei mostrar que as nomeações aconteceriam tal como fora noticiado, porém estavam em andamento estudos para definir o melhor momento dessa convocação.

A convocação e nomeação de todos os aprovados de uma única vez, popularizada na expressão “de uma lapada só”, tinha também seus “efeitos colaterais”: o impacto pedagógico nas escolas e o impacto financeiro na folha. Essas questões foram bastante discutidas nas reuniões preparatórias do concurso e, sobretudo, depois de sua realização. Nas reuniões posteriores ao concurso, eu defendi a proposta de que deveríamos cumprir a palavra dada à sociedade e convocar todos num só ato. Porém sabia que a mudança

de 1.000 professores na metade do ano poderia acarretar o que eu chamei de “quebra pedagógica”, visto que os novos profissionais teriam que passar por um período de ajustes e adaptações, podendo, em alguns casos, ocorrerem desistências, como de fato aconteceu. Assim, propus que a convocação fosse feita no início do ano letivo de 2015.

Com relação ao impacto financeiro, defendi claramente que ele poderia ser absorvido com o crescimento das receitas do Fundeb, mas haveria a necessidade de compatibilizar o aumento na folha de pagamento provocado pela nomeação com o reajuste do magistério. Assim, a majoração dos salários do magistério de 2015 seria o resultado do percentual do crescimento das receitas do Fundeb menos o percentual do impacto das nomeações na folha de pagamento dos professores. É preciso esclarecer, no entanto, que o cenário econômico que vislumbrávamos não era, nem de longe, o que acabou por se constituir a partir da crise econômica instalada no país no início de 2015.

A decisão, a meu ver acertada, de nomear todos os concursados no início de 2015 foi tomada pelo prefeito. As portarias foram assinadas em 5 de dezembro de 2014, e a posse coletiva aconteceu no dia 26 de janeiro de 2015. Nessa data, porém, eu não mais exercia o cargo de secretário municipal de Educação e Cultura. Mesmo assim, fiz questão de prestigiar a solenidade, um marco na história da educação municipal.

A crise econômica que atingiu as finanças públicas no ano de 2015 não deixou ilesos os recursos vinculados à educação. A nomeação de todos os concursados foi uma medida corajosa, todavia, como eu tinha avaliado, traria, num primeiro momento,

um complicador: a impossibilidade de conceder um reajuste nos salários do magistério no mesmo patamar dos anos anteriores. De fato, a categoria deflagrou uma greve no início do ano letivo, reivindicando o reajuste de 13,01%, percentual de reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). A contraproposta da PMJP foi de apenas 3%, o que, certamente, inflamou o corpo docente e suas lideranças. Ocorre que a receita do Fundeb, nos três primeiros meses do ano, havia crescido pouco mais de 4%, percentual aquém das expectativas. Isso deve ter preocupado fortemente a equipe econômica. Assim, não havia espaço para conceder um reajuste maior naquele momento.³

Para além dessa questão conjuntural, a realização do concurso e a nomeação de todos os aprovados e classificados constituem ações que reafirmam a visão republicana que marcou a gestão da educação municipal sob meu comando. De qualquer modo, sua realização foi uma vitória da cidadania.

Faço questão de pôr em relevo o concurso do magistério e a nomeação de todos os aprovados de uma só vez porque, não raro, ainda encontro pessoas que avaliam como um erro, do ponto de vista das finanças públicas municipal, a nomeação nos moldes em que foi feita. Segundo a avaliação desses “experts”, a convocação dos 1.300 concursados foi responsável pela forte elevação na folha de pessoal da Sedec. Como consequência, também, foi responsável pelo reajuste ínfimo para os profissionais da educação em 2015, o que levou ao acirramento das tensões com o magistério e contribuiu para que a categoria entrasse em greve, gerando desdobramentos conhecidos por todos⁴.

³ A evolução das receitas do Fundeb ao final do primeiro semestre de 2015 mostrou uma recuperação. As negociações foram retomadas e foi concedido novo reajuste.

⁴ A PMJP recorreu ao Judiciário e a greve dos trabalhadores em educação do município foi considerada ilegal.

Ora, a elevação da folha já era de conhecimento da equipe econômica do governo e foi, de certo modo, um custo calculado. Quanto ao reajuste de 2015, de fato, o percentual concedido no início do ano, de apenas 3%, foi o possível naquela conjuntura. Mas faço questão de repetir que não se trabalhou com um cenário econômico tão adverso como o que atingiu o país no ano de 2015.⁵ De qualquer modo, em novas negociações ocorridas no mês de agosto daquele ano, o SINTEM conseguiu um novo reajuste para a categoria, de modo que a remuneração dos docentes teve, no total, majoração de 8,21%, portanto, acima da inflação.

Enfim, entendo esses argumentos como a expressão de uma concepção rastaquera acerca do conceito de Estado e dos direitos sociais. Na verdade, os defensores dessas posições o fazem colocando interesses imediatistas e eleitores acima das necessidades do conjunto da sociedade, que se concretizam a partir da vontade de organizar, de modo adequado, a máquina pública, ofertando-lhe condições otimizadas para a prestação de um serviço de qualidade. Tal “contabilidade” só consegue fechar as contas se os interesses particulares estiverem acima dos interesses coletivos. Em outras palavras, o trabalhador precarizado – portanto, subalterno a quem o indicou e a quem o nomeou – permanece bovinamente disposto a conceder seu voto em troca da renovação constante de um contrato, que lhe traz poucos benefícios, mas, por outro lado, proporciona enorme malefício à sociedade como um todo. Ademais, do meu ponto de vista, trata-se de uma permuta espúria, na qual, com dinheiro público, se tenta comprar a consciência política do

⁵ Nesse ponto, é bom lembrar a frase da presidenta Dilma, dita em 2013, pedindo para acelerar as obras, pois não faltaria combustível.

educador, em desfavor, portanto, da justiça, da dignidade, da cidadania e do bem-estar social.

Contra essa versão de “política”, defendo um *ethos* que reclama o verdadeiro espírito da coisa (*res*) pública. Acredito que esse é o caminho que a gestão deve trilhar e debater com a categoria do magistério e demais profissionais da educação. Tenho a convicção de que a história saberá distinguir e elevar aqueles que tiveram e têm a coragem de remar contra a maré do pragmatismo acrítico.

6.3 A INSERÇÃO DOS PSICOPEDAGOGOS NA REDE MUNICIPAL

Tive a oportunidade, também, de participar de todo o processo de inclusão dos psicopedagogos na rede municipal de ensino. Essa conquista tem um sabor especial, considerando que fui um dos incentivadores para que a UFPB e o Centro de Educação incluíssem, no seu projeto de expansão no contexto do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o curso de Psicopedagogia, que, efetivamente, foi criado e hoje tem uma excelente avaliação.

A inclusão dos psicopedagogos na rede municipal de ensino de João Pessoa foi resultado de um compromisso que assumi ainda na condição de secretário de Educação de João Pessoa. Devo lembrar, também, a participação do secretário de Transparência Pública de João Pessoa, Éder Dantas, professor do Curso de Psicopedagogia da UFPB, nessa decisão. Não se pode esquecer a atuação do Centro Acadêmico de Psicopedagogia. Enfim, foram feitas diversas mobilizações, as quais resultaram numa audiência com o prefeito, o vereador Bira Pereira e o presidente da Câmara municipal, Durval

Ferreira, para discutir o assunto. O prefeito solicitou-me que fizesse o estudo sobre a inserção do psicopedagogo na rede municipal. Havia a esperança de que a categoria pudesse ser incluída no concurso do magistério, todavia, como este já estava em andamento, não foi possível incluir a categoria no certame, posto que seria necessária, inicialmente, a aprovação de lei municipal inserindo os psicopedagogos na estrutura do PCCR do magistério. Realizei os estudos e procurei verificar como outras cidades haviam feito tal inserção. São Paulo, já na gestão de Fernando Haddad, tomou a iniciativa e o fez com bastante competência. A proposta que apresentei estava ancorada, portanto, na legislação municipal da capital paulista.

No dia 12 de novembro de 2014, tive a oportunidade de ser palestrante no evento comemorativo do Dia do Psicopedagogo, onde abordei justamente o tema “Psicopedagogia nas escolas da rede municipal de ensino”. A conferência aconteceu no auditório do Centro de Educação da UFPB e foi promovida pelo Centro de Acadêmico de Psicopedagogia. Estiveram presentes no evento, além de alunos e professores da UFPB, o diretor do CE, Wilson Aragão; o coordenador do Curso de Graduação em Psicopedagogia da UFPB, professor Roberto Derivaldo Anselmo; o professor Éder da Silva Dantas; a psicopedagoga institucional Cristina Pontes; o psicopedagogo hospitalar Marcos Paterra; e a psicopedagoga clínica Priscila Guimarães, além da diretoria do Centro Acadêmico. Naquela oportunidade, após discorrer sobre as políticas educacionais desenvolvidas no âmbito da Sedec, anunciei, em primeira mão, que a PMJP anunciaria, brevemente, um projeto para a Psicopedagogia nas escolas, o que efetivamente aconteceu.

De fato, na sétima e última audiência pública de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2016, realizada no plenário da Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP), a Secretaria Municipal de Administração (SEAD) confirmou que faria concurso público com 96 vagas para os graduados em Psicopedagogia, no próximo exercício financeiro. A informação foi prestada pelo chefe de gabinete da pasta, Lauro Montenegro Sarmiento de Sá, na tarde do dia 26 de maio de 2015. Contudo, até a presente data, não houve a realização do concurso.

Para além da melhoria dos salários dos profissionais da educação e da efetivação das categorias via concurso público, um aspecto fundamental da valorização é a política de formação continuada do magistério. Tratarei dessa questão no próximo capítulo.

7

O DESAFIO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Adianto que, no escopo deste trabalho, não cabe uma discussão aprofundada sobre os sentidos, as justificativas e a necessidade da formação continuada. Todavia importa explicitar, mesmo que de forma breve, que as mudanças no mundo do trabalho, o acesso a novas tecnologias, a globalização e a reconfiguração da estrutura econômica capitalista pós-industrial estão a requerer novas formas de conhecimento e, claro, de sua transmissão. Os professores – como não poderiam deixar de ser – têm sido desafiados a remodelar sua prática docente a partir desse novo espírito do capitalismo pós-moderno, frente a um sistema educacional em crise, cuja origem seria a sua rigidez e os bloqueios decorrentes do corporativismo. Assim, a saída desse momento de angústia pós-moderna passa pela renovação, inovação e mudança, essência do novo progresso (CHARLOT, 1987, citado por LESSARD, TARDIFF, 2009).

Emerge dessa compreensão uma nova arquitetura educacional calcada na definição de currículos nacionais homogêneos, no controle e monitoramento dos resultados

pedagógicos a partir de avaliações estandarizadas e na responsabilização docente. Os serviços educativos são redefinidos à luz de uma visão instrumental do ensino. Desse modo, a formação continuada assume um importante papel no tocante ao treinamento e à requalificação do corpo docente em contraponto à perspectiva neoliberalizante.

Frente a essa avassaladora corrente de pensamento, potencializada pela propaganda meticulosa e diária na grande mídia, fica muito difícil remar contra a maré. Porém foi o que me propus fazer: todo o trabalho que a Sedec procurou desenvolver nessa área se deu em sentido inverso à onda produtivista, embora com resultados ainda distantes do que exige a atual conjuntura política e educacional.

A LDB, no parágrafo único do seu Artigo 61, explicita que a formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. Logo a seguir, o parágrafo primeiro do Art. 62 estabelece que, em regime de colaboração, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

A Sedec atua na formação continuada tanto através de uma política própria de formação continuada, como de parcerias com outros entes federados e instituições de ensino superior e órgãos públicos e privados. Pude constatar, em conversas com a equipe da Sedec e os gestores escolares, que existe um profundo descontentamento com o modelo de formação continuada da Secretaria, sobretudo a que é realizada anualmente pelo período de quatro meses. Essa formação assume caráter obrigatório, posto que a participação do docente é pré-requisito para uma bonificação salarial. Portanto, tive a preocupação de buscar a diversificação da formação e permitir que ela pudesse se dar de maneira descentralizada e, na medida do possível, com algum grau de flexibilização quanto à presença dos profissionais da educação.

7.1 FORMAÇÃO CONTINUADA ANUAL

Com respeito às iniciativas próprias da Sedec, é importante frisar que, já há um bom tempo, foi adotada uma arrojada política de formação dos profissionais da educação. Nos anos de 1990, foi instituída, por exemplo, a Jornada de Formação dos Educadores Municipais (JOFEM), ainda na gestão do ex-secretário Neroaldo Pontes de Azevedo, com grande repercussão entre os professores. No entanto, com a expansão da rede e de seu corpo docente, a necessidade de formação continuada só fez crescer, e as JOFEMs já não conseguiam atender, com eficácia, aos objetivos de uma formação contínua que contribuísse para a melhoria do desempenho dos docentes e demais profissionais da educação. Assim, foi necessária a realização de parcerias com instituições, sobretudo públicas,

para a realização da Formação Continuada Anual (FCA) e, também, para a formação inicial.

Segundo Paulo César Geglio (2015), até o ano de 2007, não havia o entendimento, por parte da Sedec, da necessidade de lançamento de edital de licitação para a contratação de serviços das instituições que realizavam cursos de FCA. Em geral, as universidades apresentavam suas propostas, as quais eram avaliadas pelo corpo técnico do CECAPRO, órgão responsável, na Sedec, pela política de formação continuada, a fim de compatibilizar as necessidades dos professores com as condições de realização, com o tempo de duração e com a viabilidade financeira. Com a mudança da gestão, a partir de 2008, foi adotada a política de editais.

Em anos anteriores, a equipe do CECAPRO assumia também a responsabilidade pela logística na oferta dos cursos de formação, mas a efetiva condução dos trabalhos era realizada por docentes da UFPB, contratados por intermédio de uma das fundações de apoio, a Fundação José Américo (FJA). O processo de contratação da FJA, por sua vez, ocorreu tanto por licitação de técnica e preço quanto por dispensa.

Procurei dar continuidade à FCA, de fato, uma série de cursos comumente ofertados, no segundo semestre de cada ano, direcionados às disciplinas do currículo comum nacional, Educação Infantil, ensino religioso e educação de jovens e adultos. Optei por realizar licitação, do tipo concorrência, com modalidade de técnica e preço, a fim de dar maior transparência ao processo de contratação da instituição formadora, considerando o alto volume dos recursos públicos ali investidos. Propus também regras mínimas que atestassem

a qualidade das instituições concorrentes, estabelecendo que o Índice Geral de Cursos (IGC) fosse, no mínimo, correspondente a três (3).¹

Até então, os cursos de formação eram ministrados nas dependências do próprio CECAPRO. Portanto, despesas de custeio, como água, luz, telefone e, segundo soube, até mesmo parte do material didático, eram financiados pelo Centro. Nos processos licitatórios de 2013 e 2014, ficou estabelecida a regra que a instituição ofertante deveria ministrar os cursos em sua sede ou imóvel por ela alugado, e todo o material deveria ser confeccionado também pela instituição vencedora. A mudança quanto ao local da formação obedecia à necessidade, conforme já fiz menção em outro momento deste trabalho, de instalação do CELEST.

Chamou-me a atenção a ausência de instituições públicas no processo licitatório, mesmo tendo sido notificadas do certame, tanto na fase da coleta de preços quanto na realização da licitação propriamente dita. No caso da UFPB, instituição que ofertara a formação em anos anteriores, é muito provável que a crise que se abatera sobre a FJA tenha sido a responsável pela não participação.

Importante ressaltar que a formação consta do PCCR da categoria e, portanto, utiliza-se a carga horária ali prevista, ou seja, o tempo destinado às horas-atividades, conforme preconiza a Lei do PSPN, a qual é respeitada pela Sedec.

A duração da FCA é de quatro meses, e a carga horária dos cursos varia entre 60 e 100 horas. Desde 2011, atividades a distância foram incorporadas à formação continuada.

¹A escala do IGC vai de um a cinco.

Desse modo, parte das horas antes dedicadas às atividades presenciais, entre formadores e professores, foi transferida para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) *Moodle*. Desde então, os formadores passaram a disponibilizar, na plataforma *Moodle*, diversas atividades, a exemplo de fóruns de discussões, textos para leituras e outros exercícios complementares aos encontros presenciais.

A Sedec procurou guiar os processos de formação a partir de uma perspectiva crítica e emancipadora. Nas duas edições em que estive à frente da Secretaria, orientei os responsáveis no sentido de fortalecer a discussão, junto aos docentes, de questões relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo este um dos componentes curriculares obrigatório dos cursos.

Como não poderia deixar de ser, a inspiração em Paulo Freire é sempre renovada em cada formação, sobretudo no sentido de ampliar a criticidade do fazer pedagógico, o sentido dialógico, a participação e a visão emancipadora. Para tanto, a DGC solicitou, no ano de 2013, de cada escola e Crei, a sua demanda de formação e recomendou aos gestores que todos os profissionais da educação fossem escutados. Naquele ano, mais de 70% das escolas responderam à solicitação da Diretoria.

Até a edição de 2012, estavam isentos dessa formação apenas os docentes que se encontravam cursando pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, mediante comprovação. Assumi uma perspectiva diferente. Sabedor dos apelos dos professores quanto à maior descentralização e flexibilização do processo formativo, tomei

a decisão de ofertar diversos cursos, aos quais farei menção mais adiante, e contabilizar o tempo desses cursos como formação continuada – pois era isso que, de fato, eles eram –, dispensando os cursistas da formação continuada do segundo semestre. Essa tentativa de descentralização da formação continuada foi uma medida pioneira na rede municipal.

Conforme anota Paulo César Geglio (Op. cit), o absenteísmo docente na FCA sempre esteve presente no rol de preocupações da Sedec. A obrigatoriedade da presença foi estimulada a partir do prêmio escola Nota 10, que oferece uma bonificação salarial, em forma de um décimo-quarto salário, a partir do cumprimento de um conjunto de ações e metas, dentre elas, a frequência, no curso de Formação Continuada, em pelo menos 75% da carga horária. Com a flexibilização adotada na minha gestão, no que diz respeito à aceitação de outros cursos de formação contínua, esperava-se que o absenteísmo fosse menor. Não há estudos, no entanto, que mostrem essa evidência. Aliás, o acompanhamento da frequência e dos conteúdos ministrados, embora exista, ainda está a necessitar de uma análise mais pormenorizada. Este, talvez, possa até mesmo ser objeto de uma pesquisa acadêmica de fôlego.

7.2 DIÁLOGOS EDUCACIONAIS

A Sedec utiliza-se, além da formação continuada acima descrita, de diversos formatos para propiciar a formação contínua de seus profissionais da educação. Nesse sentido, criei os *Diálogos educacionais*, na verdade uma rodada de conversas entre educadores acerca de temas do cotidiano escolar que visam maior interação entre os profissionais de

ensino da rede. Os *Diálogos* precedem a FCA. A novidade que os *Diálogos* trouxeram foi a de permitir que houvesse a mescla de ministrantes dos cursos, envolvendo professores do ensino superior de diversas instituições de ensino e professores da educação municipal, numa perspectiva de valorização da chamada “prata da casa”.

A primeira edição dos *Diálogos* aconteceu nos dias 15 e 16 de julho de 2013, no Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. A abertura, acontecida numa segunda-feira à noite, superou nossas expectativas. A temática do evento enfocou a discussão sobre gestão, currículo e avaliação. Trabalharam-se, também, outros temas, a exemplo da violência, diversidade étnica, cultural, sexual e religiosa, prática de ensino inclusiva, alfabetização e letramento etc.

Naquela primeira edição, eu resolvi que faria a palestra de abertura. Seria importante aproveitar aquele momento especial, em que boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras em educação estava reunida em um mesmo espaço, para expor minhas ideias sobre a educação e o ensino municipal. Acredito que a exposição conseguiu chamar a atenção para os desafios de se promover uma educação de qualidade com uma visão democrática de Estado e sociedade. O dia seguinte foi reservado às oficinas, também realizadas no UNIPÊ, com excelente participação das diversas categorias.

A segunda edição dos *Diálogos Educacionais*, que aconteceu no Espaço Gospel nos dias 2 e 3 de julho de 2014, teve um formato diferente, com palestrantes de reconhecimento nacional, convidados a expor e discutir, com os profissionais da educação, as questões relevantes e atuais das práticas

pedagógicas. O tema central do encontro foi “Saberes da docência, interdisciplinaridade e prática reflexiva”.

Para a palestra de abertura, foi convidado o renomado professor Celso Vasconcelos, que propiciou uma das melhores conferências a que pude assistir, não apenas em relação à qualidade do conteúdo, mas também com respeito à metodologia, envolvimento e clareza da exposição.

Essa edição teve exposições também sobre educação e direitos humanos. No período da tarde do segundo dia, o tema principal abordado relacionou-se às perspectivas da docência na educação infantil.

Os *Diálogos*, do meu ponto de vista, teriam como função maior oxigenar as formações continuadas com temas inovadores e maior possibilidade de interação entre os profissionais da rede. Contudo, por reunir um enorme contingente de docentes e demais profissionais da educação, verificou-se certa dispersão, particularmente nas palestras de abertura. Os locais onde foram realizadas as palestras, embora com capacidade numérica para receber os convidados, careciam de condições mais adequadas, sobretudo com relação à acústica. Acredito que o modelo descentralizado, realizado em 2013, reúne mais condições de intercâmbio entre os profissionais da rede.

7.3 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (Pnaic)

Em relação às parcerias desenvolvidas pela Sedec para a formação continuada dos profissionais da educação, a mais destacada é, sem sombra de dúvidas, aquela resultante do

Pnaic, programa do Ministério da Educação que envolve mais de 500 professores da rede municipal de ensino de João Pessoa.

O objetivo do Pnaic é fazer com que as crianças, aos oito anos de idade, tenham a compreensão sobre o funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos. Em síntese, elas devem estar alfabetizadas até o terceiro ano do ensino fundamental. O Pacto propõe como principal estratégia investir na formação do professor, a fim de que seja possível alcançar essa meta.

O eixo central do Pacto é a formação continuada do professor alfabetizador, por meio de curso presencial de 2 anos, com carga horária de 120 h/por ano. Este professor terá atividades aplicadas às suas turmas durante o curso. Cada professor alfabetizador participante do Pacto receberá uma bolsa de R\$ 200,00, um incentivo para a formação. Já o orientador de estudo, isto é, a pessoa responsável pela formação dos professores alfabetizadores no seu âmbito de atuação (estadual ou municipal) receberá uma bolsa de R\$ 765,00. O orientador de estudo tem sob sua responsabilidade uma turma com, no mínimo, 25 e, no máximo, 34 professores alfabetizadores. Suas responsabilidades são: ministrar o Curso de Formação; acompanhar a prática pedagógica de seus professores; avaliar frequência; manter registros de atividades e apresentar relatórios à Universidade.

O arcabouço legal do Pnaic foi estabelecido por intermédio da Lei nº **12.801, de 24 de abril de 2013**,² que “dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com a finalidade de promover a alfabetização dos estudantes até os 8 (oito) anos de idade ao final do 3º ano do ensino fundamental da educação básica pública, aferida por avaliações periódicas”. **As categorias e os parâmetros para concessão das bolsas foram estabelecidos pela Portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012, do Ministério da Educação.**

O Pnaic tem quatro eixos de intervenção, a saber: avaliação em larga escala; gestão, mobilização e controle social; material didático e formação continuada de professores. Este último eixo é considerado o principal.

No dia 1º de março de 2013, a Sedec realizou o I Encontro de Formação do Pnaic, direcionado aos professores alfabetizadores que atuam no ciclo de aprendizagem dos três primeiros anos do ensino fundamental, abrindo formalmente o Pnaic em João Pessoa. Ao todo, foram 509 professores da rede que participaram do Programa em seu primeiro ano. A instituição formadora, definida pelo MEC, foi a Universidade Federal de Pernambuco, por intermédio do seu Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL), que, diga-se de passagem, desenvolveu um excelente trabalho. Os professores alfabetizadores da rede municipal passaram a ter encontros mensais com seus orientadores de estudo, inicialmente na área de Linguagem. Em 2014, foi agregada a área de Matemática, e a instituição formadora passou a ser a UFPB.

² Essa Lei trata-se de uma conversão da Medida Provisória nº 586, de 2012, com igual teor.

Os impactos do Pnaic sobre os resultados de aprendizagem ainda não foram disponibilizados. No caso específico da rede municipal de João Pessoa, chamou-me a atenção a diminuição da chamada Taxa de Distorção Idade-Série (TDI) já no ano de 2013.

A TDI mede o desempenho das crianças e adolescentes das redes que têm dois ou mais anos de atraso, de acordo com a idade e a série que deveriam cursar. Se um aluno deveria cursar o 9º ano e está cursando o 5º, ele entra na TDI, o que vem a ser uma taxa negativa, ou seja, mostra a retenção do aluno na rede de ensino, podendo se dar por reprovações ou evasão. Dentre as capitais, João Pessoa teve a terceira maior queda, ficando atrás de Fortaleza e Aracaju. Nas séries iniciais do ensino fundamental, a queda foi bem acentuada, de 6,5%; já no fundamental II, de 2,5%, resultando numa média de 4,1%.

É preciso, no entanto, aguardar as avaliações feitas pelo MEC/INEP, para melhor avaliar os impactos do Pnaic na aprendizagem das crianças. De qualquer modo, a redução da distorção idade-série veio a ser bastante comemorada. E outra janela de oportunidade se abriu para a melhoria dos indicadores de qualidade da rede municipal de João Pessoa, com uma parceria inédita envolvendo a Fundação Volkswagen, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e a Secretaria.

7.4 JUSTIÇA RESTAURATIVA, GÊNERO E DIVERSIDADE

Dentre os temas de formação continuada dos profissionais da educação, emergiu a necessidade de se

trabalhar a questão dos conflitos escolares. Por diversas vezes, quando dava entrevistas em programas de rádio, ouvintes faziam questão de se pronunciar sobre a “violência” nas escolas públicas. Aproveitando o “gancho”, em sequência, vinha a pergunta clássica do entrevistador: o que a Secretaria está fazendo para acabar com a violência nas escolas municipais? Eu costumava iniciar a resposta enfatizando que as escolas públicas, pelo menos as municipais, não são violentas. Casos isolados aconteceram e acontecem e, por isso mesmo, são motivos de preocupação para qualquer gestor. Esses casos, sobretudo quando colocam em risco a integridade física do corpo discente, docente ou de qualquer outro membro da comunidade escolar, devem ser tratados de forma muito específica. Porém o que muitos entendem por violência na escola é, na verdade, o desenvolvimento de situações naturais de conflito em um ambiente onde está se dando a formação das crianças. Portanto, não se deveria alcunhar todo e qualquer conflito escolar como violência.

Acredito que o Ministério Público da Paraíba, particularmente os membros da promotoria que tratam da educação, concordava com esse ponto de vista. Em uma das várias audiências que mantive com a promotora Ana Raquel Beltrão, foi-me proposta a realização de um curso de mediação de conflitos, na perspectiva dos direitos humanos, a ser ofertado para profissionais de nossa rede. Não pensei duas vezes. Prontamente, manifestei meu apoio à iniciativa, e fechamos uma parceria que incluiria, também, professores da UFPB. O curso proposto faz parte do projeto “Na Escola com respeito”, promovido pela Promotoria de Justiça de Defesa

da Educação de João Pessoa, e recebeu, também, o apoio da Secretaria de Educação do Estado.

O primeiro curso foi realizado nos meses de agosto a novembro de 2013, nas dependências do CECAPRO. Dele, participaram cerca de 100 educadores que atuam nas escolas municipais e estaduais. Dentre os conteúdos curriculares trabalhados, constavam temas como: fundamentos da violência, escuta ativa, responsabilidade civil e criminal, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), resolução de conflitos, educação inclusiva, entre outros.

A avaliação dos participantes foi extremamente positiva. Percebi, então, que aquele curso deveria fazer parte da formação anual, e foi o que efetivamente aconteceu. Em 2014, o curso foi novamente ofertado, especificamente para 90 educadores da rede municipal. A parte teórica da capacitação em mediação de conflitos escolares foi ministrada por promotores de Justiça e servidores do MPPB e por especialistas da UFPB. Os resultados, atestados pelos cursistas, foram muito positivos para a rede, haja vista que contribuiu para disseminar o ideário de que os conflitos em instituições escolares devem ser vistos e tratados numa perspectiva de mediação e de gerenciamento adequado das diferenças, com respeito, diálogo e aprimoramentos das relações intraescolares.

A perspectiva de formação continuada com base nos direitos humanos ganhou reforço com a oferta do curso “Gênero e Diversidade: da Escola às Políticas Públicas”, realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 2014, uma parceria envolvendo o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero (Nipam) da UFPB, tendo à frente

as professoras Maria Eulina de Carvalho e Glória Rabay, e as Secretarias Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres (SEPPM) e de Educação e Cultura. Esse curso integra uma ação do NIPAM/UFPB que avança até a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Dessa formação, participam professores e especialistas da rede municipal de ensino e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O seminário compreende uma nova prática pedagógica, devendo as escolas trabalharem os temas transversais. Os conteúdos trabalhados foram, entre outros, políticas e práticas de inclusão escolar, gestão escolar, gênero e diversidade sexual, corpo, gênero e sexualidade na educação de jovens e adultos (EJA). Importante frisar que diversos creis também participaram do seminário.

7.5 A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

Além da Formação Continuada Anual, a Sedec procurou trabalhar, de maneira peculiar, a formação dos educadores de jovens e adultos da rede municipal. Nos dois anos em que estive à frente da Secretaria, demos continuidade aos seminários específicos da EJA.

Inicialmente, esses seminários deveriam marcar o retorno do ano letivo. No ano de 2013, no entanto, ele ocorreu somente no mês de maio. Essa mudança se deu, em grande parte, pela dificuldade na transição acontecida na coordenação de EJA da Secretaria. A professora Vilma Vasconcelos assumiu o setor, porém encontrou dificuldades administrativas no decorrer do seu trabalho, o que a levou a renunciar ao cargo

em dezembro do mesmo ano. De qualquer modo, a formação aconteceu nos dias 2 e 3 de maio daquele ano, tendo como tema “A EJA no contexto escolar: educar com o olhar do coração”. Foram realizadas palestras, e houve a apresentação dos conteúdos curriculares para o ciclo I, da Resolução nº 10/2010, que regulamenta a modalidade da EJA no município, e o livro didático também do ciclo I.

No ano seguinte, já sob a coordenação do professor Adriano Soares da Silva, o seminário de abertura do ano letivo aconteceu no mês de fevereiro, no auditório da Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, no Altiplano. Dele, participaram cerca de 400 professores, e o tema central foi “Repensando a prática pedagógica”. Na oportunidade, foram apresentadas as diretrizes da EJA para o ano letivo na rede municipal de ensino, bem como instrumentos e orientações para se alcançar um melhor desempenho nas práticas educativas e pedagógicas desenvolvidas nessa modalidade de ensino. Naquele seminário, foram debatidas, ainda, as “possíveis soluções para combater a evasão escolar”, assunto merecedor de constante atenção da coordenação de EJA.

Em 2014, resolvemos inovar, realizando mais um seminário no segundo semestre, sob o tema “Diversidade na EJA: refletir para a (trans) formação das práticas pedagógicas”. O evento também foi realizado no auditório da Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, no bairro Altiplano. O objetivo do seminário era pautar as discussões acerca das questões de gênero, étnico-raciais, religiosas, culturais, dentre outras. Participaram desse seminário 537 profissionais da rede municipal de ensino de João Pessoa, entre especialistas

e professores do 1º segmento, no turno da manhã, e do 2º segmento, no turno da tarde.

7.6 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA

O ensino de uma língua estrangeira na rede municipal de ensino ds João Pessoa, até então, não tinha sido motivo de preocupação maior por parte da DGC. Essa situação começou a mudar com a criação do CELEST. Daí em diante, não teria como o ensino da língua inglesa, por exemplo, ficar invisível aos olhos da Sedec.

Por conta da criação do CELEST, o Consulado dos Estados Unidos abriu conversações com a PMJP com vistas a firmar parceria para oferecer treinamento aos nossos professores de língua inglesa.³ Após algumas tratativas, aconteceu, no mês de agosto de 2014, uma primeira reunião com o cônsul de Diplomacia Pública, Matt Keener, e o especialista em Diplomacia Pública, Stuart Alan Beechler.⁴ Nessa reunião, foram apresentadas as diretrizes gerais do programa, denominado Programa de Especialista na Língua Inglesa (*English Language Specialist Program*). No final, nova reunião foi agendada.

No dia 26 de novembro de 2014, novamente na Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, aconteceu a segunda

³ Lembro que, em setembro de 2012, a então cônsul dos EUA no Brasil, Usha Pitts, foi recebida em almoço pelo ex-prefeito Luciano Agra. Estive presente naquela recepção, e houve, no decorrer das conversas, menção a temas relacionados às áreas de turismo e educação, embora de forma genérica.

⁴ Essa reunião estava prevista para acontecer com o prefeito. Por algum motivo que me escapa à memória, o prefeito não pôde receber a comitiva e me designou para tratar do assunto. Por conta disso, não consta em minha agenda a data da reunião, mas é quase certo que tenha acontecido no dia 19 de agosto, na Estação Cabo Branco, na sala da diretoria.

reunião para discutir detalhes da parceria educacional entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e o Consulado Americano. Nessa reunião, me fiz acompanhar de Gilberto Cruz, da DGC, e Jivago Barbosa, do CELEST. Pelo Consulado do EUA, esteve presente Stuart A. Beechler.

O representante dos Estados Unidos informou que o projeto havia sido aprovado e que a Universidade Georgetown iria disponibilizar um especialista para trabalhar com os professores de Inglês da rede municipal de João Pessoa, por cinco meses, utilizando nova metodologia e técnicas de ensinamento. Esse especialista seria financiado, integralmente, pelo governo norte-americano. Caberia à PMJP disponibilizar apoio logístico para que o especialista pudesse trabalhar com os professores, além de um suporte diário. O próximo passo seria firmar a parceria e proceder à assinatura do termo de acordo entre a PMJP e a Universidade Georgetown dos Estados Unidos. A previsão é que a formação fosse iniciada no primeiro trimestre de 2015.

No dia 10 de dezembro, estive reunido com os professores de Língua Inglesa no CECAPRO, para apresentar o projeto. Na oportunidade, expus todas as negociações envolvendo o Consulado dos EUA e a Universidade de Georgetown, que iria certificar a formação. A recepção foi excelente por parte dos docentes. Pelo que pude escutar das falas dos participantes, os professores se sentiram, pela primeira vez, como protagonistas de um processo de formação continuada com um claro perfil inovador.

A parceria foi efetivamente firmada e, para minha felicidade, no dia 8 de julho de 2015, ocorreu, no CECAPRO, a aula inaugural, ministrada pela especialista Diane Whaley,

psicóloga por formação e com mestrado em Linguística, com foco no ensino da Língua Inglesa para falantes do idioma como língua estrangeira. A solenidade contou com a participação de 160 professores de Inglês da rede municipal. Tudo indica que se iniciara uma nova etapa no ensino dessa Língua na rede municipal de João Pessoa.

Para além das atividades de formação continuada aqui narradas, a Sedec procurou desenvolver e consolidar uma política de fomento à participação do corpo docente em eventos acadêmicos organizados por instituições de ensino superior e associações de pesquisa nas mais diversas áreas, a exemplo de letras, ensino auperior, pedagogia, currículo e políticas educacionais e de financiamento.

Carreira atraente, salários competitivos e formação inicial e continuada eficaz constituem os pilares da valorização docente. Nos dois anos e quatro meses em que estive à frente da Sedec, procurei desenvolver uma política de valorização dos profissionais da educação, com reajustes salariais que resultassem em crescimento real da remuneração, ao mesmo tempo em que enfrentei a precarização do trabalho docente. Do mesmo modo, iniciei uma política de formação continuada na perspectiva de descentralização, diversificação e inovação. Avalio que o saldo dessa política foi bastante positivo. Todavia reconheço, também, que é preciso avançar ainda mais e propor mudanças, sobretudo com respeito ao esquematismo e ao engessamento da Formação Continuada Anual.

O cotidiano da escola também foi motivo de preocupação e, portanto, de ação por parte da gestão. Desenvolver projetos e programas inovadores e cuidar da infraestrutura das escolas sempre estiveram no rol das inquietações primárias da equipe.

8

NO CHÃO DA ESCOLA

O processo de ensino-aprendizagem se faz no dia a dia da escola. Costumo dizer que nenhuma política educacional tem viabilidade se não conseguir conquistar os corações e mentes daqueles que fazem o cotidiano escolar. Uma gestão de rede tem, contudo, a obrigação de buscar inovar e dar as condições adequadas para a motivação do fazer pedagógico. Alguns projetos pedagógicos conseguem ter alcance extraordinário, e o investimento neles traz a certeza de resultados. Outros, mesmo com abrangência menor, podem impor uma nova dinâmica na escola.

Mas, ao lado de tudo isso, é preciso cuidar da dimensão da gestão educacional, o que inclui o zelo com o aspecto físico e de infraestrutura da escola, além da compra e manutenção de equipamentos e mobiliário.

8.1 INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS

Quando entrei, pela primeira vez, na sede da Secretaria, em setembro de 2012, fiquei preocupado com suas instalações deficientes e precárias. Preocupação bem maior eu tive, no entanto, quando iniciei as visitas às escolas da rede. O que encontrei incomodou-me bastante.

Eu gostava muito de frequentar as escolas e me sentia muito bem nessas visitas. Era uma oportunidade não apenas de conhecer os prédios e a estrutura das escolas, mas, sobretudo, de conhecer pessoas, de conhecer gente. Perceber e compreender a dinâmica do cotidiano escolar. Criar vínculos. Quebrar a distância existente entre o secretário e a comunidade escolar. Por isso mesmo, em geral, ia sem avisar aos gestores. Também não tinha horários predeterminados. Isso acontecia porque eu considerava importante ver e sentir a escola como ela era no seu dia a dia, sem nenhum preparativo, sem maquiagem, como se costuma dizer. Claro que, em certas ocasiões, a visita era planejada em conjunto com suas direções, todavia a regra não era essa.

Interessante observar como se organiza a escola desde o porteiro, que lhe abre o portão, e notar como ele recebe uma pessoa que nunca esteve ali: se tem a preocupação de identificar o visitante, perguntar pelo motivo da presença e quem deseja ver. São questões básicas que se exigem de uma portaria em qualquer condomínio. Depois, verificar como está a limpeza da escola, do auditório, das salas de aula, dos ambientes de uso comum. Uma questão que sempre me chamou a atenção: o barulho. Excetuando-se o saudável barulho da aprendizagem dentro da sala de aula, incluindo as brincadeiras e jogos, e do período do recreio escolar, escutar sons altos de crianças nos corredores é, quase sempre, sinal de ausência de professor, de absenteísmo docente. A presença diária do gestor (diretor ou diretor-adjunto) também é um indicador forte da organização da escola.

Claro que essas impressões não podem se transformar em certezas com apenas uma ou outra visita. No decorrer de vários meses ou anos, quando a percepção vai ficando apurada, o hábito dessa visita passa a contribuir para uma visão panorâmica da organização escolar. Nessas visitas, invariavelmente, eu costumava verificar a cozinha, a biblioteca, o auditório e salas de aula. E, claro, me dispunha a conversar com todos.

À medida que eu ia conhecendo a infraestrutura das unidades escolares, formava uma opinião acerca das condições dessas escolas. De fato, havia escolas com excelente infraestrutura. É o caso das construídas a partir de meados de anos 2000, com um padrão arquitetônico bastante interessante, salas de aula amplas, laboratórios, bibliotecas e quadras de esporte. São doze unidades escolares com esse novo padrão, a exemplo das escolas Raimundo Nonato, Violeta Formiga, Lynaldo Cavalcanti, Leonel Brizola, dentre outras. Havia outras escolas que, mesmo construídas em período anterior, tinham uma boa infraestrutura, como a Olívio Ribeiro Campos, Aruanda, Zumbi dos Palmares, Índio Piragibe etc. Essas escolas, em geral, tinham sido edificadas nos anos de 1990. Por fim, a rede possui uma parcela de escolas com infraestrutura muito deficitária, a exemplo da Lions Tambaú e José Novais, a primeira cedida em comodato por Organização Não-Governamental, e a segunda com instalações herdadas de uma antiga associação de bairro. Tais unidades escolares são muito acanhadas e não dispõem de espaço para ampliação.

Interessante observar que – e me refiro especificamente ao caso de João Pessoa –, a infraestrutura das escolas não

guarda correlação direta com o desempenho escolar. Existem escolas com infraestrutura bastante deficitária, porém com alto rendimento escolar, como é o caso da Escola José Novais, que detém o melhor resultado do Ideb nas séries iniciais do ensino fundamental. O contrário também ocorre. De qualquer forma, isso não é motivo para relaxar em termos de melhoria das condições de ensino da rede. Acredito que todas as escolas devem ter infraestrutura adequada para o exercício de sua missão.

Verifiquei ainda que, na grande maioria das escolas, os equipamentos e o mobiliário se encontravam bastante defasados. Particularmente em relação ao mobiliário (carteiras escolares, cadeira e mesa de professores). Em relação ao item mobiliário, havia uma luz no fim do túnel.

Na visita que fizemos ao então ministro da Educação, Aloysio Mercadante, relatada em outra passagem deste livro, uma das demandas que eu apresentei foi de compra de mobiliário escolar. Posteriormente, recebi a informação de que a demanda havia sido aprovada e os recursos seriam liberados. Repassei a notícia aos gestores escolares, contudo o que eu não contava era com o atraso na liberação das verbas.

De fato, a tramitação do processo entre o MEC e o FNDE consumiu muito tempo. Enquanto isso, eu era pressionado, de forma bastante legítima – diga-se de passagem –, por gestores, cujas escolas careciam de carteiras escolares. Eu lhes respondia pedindo para aguardar o repasse de recursos do MEC. No ano de 2013, já por conta da pressão dos gestores, a Sedec adquiriu, com recursos próprios, 5.000 carteiras, quantitativo insuficiente para atender à demanda. Os gestores solicitavam

que eu adquirisse mais carteiras, urgentemente, mesmo que utilizasse novamente recursos próprios.

Em uma das várias reuniões que mantive com os diretores e diretoras de escolas, ao ser questionado sobre o mobiliário e sentindo já uma boa dose de desconfiança em relação ao fato de os recursos terem sido aprovados ou não pelo MEC, tive que dizer, com todas as letras, que, embora a Sedec dispusesse de verbas para adquirir o mobiliário, não iria fazê-lo com recursos próprios, pois confiava que, mais cedo ou mais tarde, as verbas federais seriam repassadas pelo MEC/FNDE. Caso eu optasse por comprar o mobiliário com recursos próprios, quando os recursos da União fossem disponibilizados, eu teria que devolvê-los. Era uma decisão difícil; apostei no aporte de recursos federais e na economia dos nossos recursos. E venci.

Finalmente, no dia três de julho de 2014, o FNDE liberou a quantia de R\$ 2.525.000,00 (Dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil reais) para a compra de 18.910 conjuntos escolares (mesas e carteiras), dentro da programação do Plano de Ações Articuladas (PAR). Como a primeira compra, feita em 2013, fora de cinco mil unidades, com a chegada dos novos móveis, totalizaria 23.910 conjuntos. Isso significaria a renovação de praticamente todas as mesas e cadeiras utilizadas pelos quase 60.000 alunos da rede municipal, colaborando, assim, com o conforto e melhorando o aprendizado.

Com os recursos economizados, adquiri ventiladores para as escolas, novos quadros para as salas de aula, fogão industrial, novas geladeiras, *freezers* e utensílios novos, além

de proceder à colocação de armários embutidos nos depósitos e cozinhas.

A compra dos fogões industriais merece um breve comentário. Ainda em 2012, ao visitar uma escola municipal, fiquei impressionado com as más condições da cozinha, em especial com o fogão, que se encontrava totalmente enferrujado, praticamente se “esfarelando”. Imaginei que aquele fogão deveria ter uns cinco anos. Ao perguntar sobre o tempo de uso, uma das merendeiras respondeu-me que, na verdade, ele tinha sido adquirido no ano anterior. Foi um susto. Como um fogão industrial poderia se desintegrar em tão pouco tempo? Em visitas a outras escolas, encontrei fogões da mesma idade, mas em boas condições de uso. Ou seja, o problema estava menos na qualidade dos fogões e mais no uso adequado desse equipamento. Para tanto, era preciso treinamento da equipe e, também, monitoramento e acompanhamento por parte da gestão.

De fato, das muitas vezes em que retornei à escola cujo fogão estava em péssimo estado, percebi a ausência do corpo de dirigentes, mais do que se poderia considerar normal. De qualquer modo, solicitei ao setor de alimentação da Sedec que intensificasse o treinamento das cozinheiras e merendeiras das escolas, ao mesmo tempo em que tomei a decisão de comprar novos fogões para toda a rede. Mas eu queria que fossem fogões industriais de inox, cujo tempo de vida útil gira em torno de cinco anos, pelo menos. Assim, foram licitados, comprados e entregues às escolas e creis.

Eu costumava dizer, aos meus auxiliares mais próximos, que 80% do tempo gasto por um secretário de Educação e

Cultura não era para tratar de educação, muito menos de cultura, mas da zeladoria dos imóveis da Secretaria. E, de fato, assim o era. Cuidar da infraestrutura das escolas e creis era uma tarefa, ao mesmo tempo, corriqueira e inadiável.

A primeira iniciativa tomada pela Secretaria, em janeiro de 2013, foi identificar as unidades escolares com problemas elétricos, hidráulicos, de vazamentos em teto etc. que dificultariam o início letivo. Tomou-se a decisão de atuar emergencialmente nessas unidades, a fim de ofertar as mínimas condições para o retorno das crianças. Esses serviços e reparos foram feitos pelo setor de manutenção da Sedec. Contudo estava bem claro que seriam insuficientes para atender toda a demanda da rede.

O segundo passo foi realizar uma licitação para a contratação de empresas de engenharia e obras para realizar serviços mais especializados. Dividimos a rede em três lotes, e a SEINFRA ficou responsável pelo processo licitatório. Foram vitoriosas duas empresas, as quais atuaram em mais de 50 escolas, com custos aproximados de 5 milhões de reais. Em geral, foram feitos serviços de pintura, retelhamento, troca de fiação elétrica, mudança de quadros de energia com aterramento, tomadas e interruptores, parte hidráulica e outros reparos. Ao lado do setor próprio de manutenção, acredito que praticamente todas as escolas da rede tiveram algum tipo de intervenção, embora, em alguns casos, bem abaixo das expectativas da comunidade escolar. De fato, havia muitas demandas reprimidas de construções e reformas, a exemplo da quadra ou recreio coberto, novas salas e outras melhorias. Esses casos específicos foram remetidos à SEINFRA, com seus

respectivos projetos, a fim de que fosse providenciada nova licitação.

A questão elétrica se tornou tão importante que tive de ir, pessoalmente, conversar com o diretor-presidente da Energisa da Paraíba, André Theobald, que tive o prazer de conhecer na solenidade de abertura do Cineport, edição 2014.¹ Na audiência, conseguimos equacionar diversos problemas atinentes à ampliação da carga de energia, aquisição de transformadores etc. De fato, a reunião foi um sucesso. Dali por diante, houve muita celeridade na aprovação dos projetos de energia das novas creches e das escolas que seriam climatizadas. Estes projetos estavam em fase de elaboração. Devo testemunhar que, sempre que solicitada, a Energisa teve uma atenção especial para com a Sedec.

No entanto as tratativas envolveram também uma parceria firmada entre a Sedec e a empresa Energisa. Tratava-se de um Programa de Eficiência Energética, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e desenvolvido pela Energisa.

O projeto pretendia fazer a efficientização através da substituição de equipamentos com tempo de vida defasado e que, conseqüentemente, consomem mais energia, por novos equipamentos mais atualizados. Foram substituídas 5.345 lâmpadas fluorescentes por um modelo de lâmpadas fluorescentes tubulares T5, e 2.971 reatores por reatores eletrônicos. Das 95 escolas, 20 delas foram beneficiadas no ano de 2014. Trabalhou-se com a perspectiva de redução de 32% ao

¹ O Festival de Cinema da Língua Portuguesa acontece anualmente em João Pessoa, mais precisamente na Usina Cultural Energisa, e é Promovido pela Fundação Cultural Omero Junqueira Botelho e patrocinado pela Energisa por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

mês no consumo de energia dessas escolas, com perspectivas de gerar uma economia em torno de R\$ 10 mil por mês. O projeto teve um custo financeiro de R\$ 479 mil e foi totalmente financiado pela Energisa. Além de redução do consumo de energia nas escolas, houve também uma diminuição nos custos de manutenção dos equipamentos, além de melhoria na iluminação dos ambientes escolares.

8.1.1 A CLIMATIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Encontrei três escolas que estavam com serviços de reforma e ampliação paralisados: Cônego João de Deus, Duarte da Silveira e Darcy Ribeiro. Em todas elas, seriam construídas novas salas de aula, laboratórios, bibliotecas e um ginásio de esportes de grande porte. Por falta de um planejamento mais acurado, essas obras não dispunham de mais recursos. Era preciso reavaliar todos os custos e retomar os trabalhos. Foi o que trabalhei com a equipe da DAF e, ao final, conseguimos equacionar a disponibilidade dos recursos.

No início de 2014, conseguiu-se entregar a reforma e ampliação da Escola cônego João de Deus. Porém, mais do que a finalização da obra, adicionamos um projeto arrojado de climatização, o qual seria um piloto para as demais escolas da rede.

Acompanhei de perto a reforma da Escola Cônego João de Deus. Sempre que o tempo permitia, eu fazia questão de visitá-la para ver o andamento dos trabalhos. Numa dessas visitas, juntamente com Ivo Perón, José Almeida e Kleber Salgado, perguntei ao engenheiro responsável como estavam

os serviços da parte elétrica, e ele respondeu que já tinha feito a separação do ginásio do restante da escola; portanto, haveria espaço para instalação de outros equipamentos elétricos. Foi então que tive a ideia de climatizar aquela escola. A proposta não constava no plano de governo nem no plano de metas. Seria uma adequação, no transcorrer da gestão. Levei a proposta ao prefeito e consegui sua adesão ao projeto.

A execução dos serviços não seria tão simples. Mesmo com toda a mudança de fiação, quadro de energia e interruptores, a rede externa do bairro não comportava o aumento da carga, resultando na necessidade de se instalar um transformador nos arredores da escola. Isso só foi percebido em um dos últimos testes que fizemos com a presença, inclusive, do ex-secretário de comunicação, Cacá Martins, um entusiasta da proposta de climatização. Esses contratemplos fizeram com que houvesse um pequeno atraso na entrega da obra. Porém o serviço foi finalizado, novamente com a presteza da Energisa. E, com imensa satisfação, inauguramos a reforma, ampliação e climatização da Escola Municipal de Tempo Integral Cônego João de Deus, localizada no bairro dos Expedicionários, que viria a ser a primeira escola de tempo integral totalmente climatizada da rede municipal.

A solenidade aconteceu no dia 14 de fevereiro de 2014. A reforma e a ampliação da escola resultaram em 10 salas de aula climatizadas, um ginásio poliesportivo com arquibancadas, novos banheiros masculino e feminino e um adaptado para alunos com deficiência. O espaço ainda tem sala de dança, duas salas de artes, sala para material esportivo, sala para os instrumentos da banda marcial, novas carteiras e quadros, espaço para horta,

paisagismo, além de duas salas reformadas para o Programa Mais Educação, representando um investimento de quase R\$ 1 milhão de reais, oriundos de recursos próprios e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em minha opinião, expressa em entrevistas naquela ocasião, a climatização das salas iria trazer conforto não só para os alunos como também para os professores. Portanto, iria alterar as condições de trabalho dos nossos profissionais da educação. De fato, estávamos iniciando um novo padrão para as escolas municipais. Todavia isso seria só o começo. Daí em diante, o desafio seria o de expandir o modelo de climatização a outras escolas.

Porém não havia concordância irrestrita a esse respeito dentro da Sedec. De fato, havia uma preocupação quanto ao custo de climatização das escolas do ensino fundamental, que poderia afetar os investimentos nos creis e nas escolas de tempo integral. Era uma preocupação legítima, mas possível de ser contornada, até porque o principal investimento na educação infantil, destinado ao financiamento da construção dos novos creis, provinha quase que integralmente do governo federal. Já com relação às escolas de tempo integral, seria necessário adaptar o projeto a um planejamento adequado dos custos. E foi o que procurei equacionar com a equipe de engenheiros e da DAF.

A ideia inicial seria expandir a climatização, primeiramente às escolas de tempo integral, uma vez que, nelas, os alunos permanecem mais tempo. Ocorre que essas escolas possuem arquitetura e padrões construtivos muito diferenciados entre si. Seria necessário um projeto elétrico para cada uma delas, e isso

demandaria tempo e dinheiro. Para mim, a variável tempo era mais significativa naquele momento, até porque, mais dias ou menos dias, teríamos que investir em todas as demais unidades. Em média, a elaboração de projeto elétrico por unidade escolar levaria de 30 a 60 dias, a depender do tamanho desta. Tomei a decisão de começar o programa de climatização pelas escolas com padrão único e construídas mais recentemente. Algumas dessas escolas são de tempo integral. Por terem praticamente a mesma demanda de energia, um mesmo projeto, com pequenas adaptações, poderia ser utilizado em todas elas. O tempo para a elaboração dos doze projetos seria reduzido de forma drástica².

A mudança nos critérios para escolha das unidades que seriam climatizadas foi colocada em uma reunião de planejamento da gestão municipal, envolvendo toda a equipe do governo. O prefeito externou sua posição de descontentamento com a alteração, pois toda a argumentação pública tinha sido o da prioridade das escolas em tempo integral. Mais uma vez tive que assumir a defesa da mudança. Eu tinha a convicção de que aquele era o melhor caminho. Por fim, o prefeito concordou com a estratégia e deu interior apoio para que o projeto fosse tocado tal qual eu tinha planejado. Daí em diante, as resistências no interior da Sedec desapareceram por completo³. O projeto foi enfim concluído e repassado para a SEINFRA, a fim de dar início ao processo licitatório. Até a presente data, diversas escolas da rede municipal concluíram o projeto de climatização.

² A exceção ficaria por conta da escola Anayde Beiriz, no bairro das Indústrias, que tem um segundo bloco de salas de aula com dois pavimentos. Essa é a maior escola do município, com cerca de 1.900 alunos.

³ A climatização não ficou restrita às escolas do ensino fundamental. Todas as unidades de educação infantil construídas com recursos do programa "Brasil Carinhoso" já são entregues à população devidamente climatizadas.

Paralelamente, procurei atuar em escolas que, mesmo não fazendo parte desse projeto, poderiam adiantar o projeto de climatização. Era o caso da Escola Duarte da Silveira, que se encontrava em reforma e ampliação. Ali, resolvemos agir tal qual tínhamos feito na Escola Cônego João de Deus, ou seja, aproveitando o trabalho já em andamento e preparando toda a rede para a climatização. A Escola Darcy Ribeiro, que também se encontrava em ampliação, não pôde ser incluída nesse grupo porque a obra ali executada previa tão somente a construção de um ginásio de esportes, sem alterar os demais pavimentos da escola. Portanto, a sua climatização deveria ficar para um momento posterior.⁴ Uma terceira unidade que poderia ter o projeto adiantado era a Escola José Américo de Almeida. Por iniciativa própria, muitas de suas salas já tinham aparelhos de ar-condicionado. Faltava completar as salas de aula e providenciar a melhoria da rede elétrica. Parte desses serviços foi feito em 2014, e outra parte ficou de ser contratada no ano de 2015. De qualquer modo, o tema da climatização das escolas entrou na pauta da comunidade escolar e passou a ser uma demanda constante do Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente (OPCA).⁵

No ano de 2015, e em comemoração aos 430 anos da cidade de João Pessoa, a Prefeitura anunciou a entrega de 39 obras na capital paraibana. Dentre elas, consta a inauguração da climatização de oito escolas, a saber: Escola Linaldo Cavalcante (bairro das Indústrias); Escola Celso Furtado (João Paulo);

⁴ Ao sair da Sedec, deixei as obras das Escolas Duarte da Silveira e Darcy Ribeiro em estágio bem avançado. O ginásio da Darcy Ribeiro foi inaugurado em julho de 2015.

⁵ O OPCA foi criado em 2013, uma parceria envolvendo a Sedec e a SETRANSP, com o objetivo de levar o debate sobre o orçamento da cidade às escolas e impulsionar o protagonismo juvenil.

Escola Chico Xavier (Bessa); Escola Violeta Formiga (Alto do Céu); Escola Luiz Augusto Crispim (bairro dos Ipês); Escola Leonel Brizola (Miramar); Escola Afonso Pereira (Mangabeira VIII); Escola Francisco Pereira da Nóbrega (Cristo).

Ao lado da proposta de climatização, resolvi tratar a questão da segurança nas escolas, também no âmbito das novas tecnologias, com a instalação de um moderno sistema de monitoramento e acompanhamento *on-line*.

8.1.2 ESCOLA SEGURA

Minha concepção de sociedade e educação percebe a vida em coletividade como uma construção eminentemente dialética, de conflitos, contradições, reflexão e superação. No caso dos conflitos intraescolares, o único caminho que vejo é a mediação e o diálogo que proporcionem o crescimento individual e coletivo. Por isso, apostei na formação de profissionais da educação a partir do projeto de Justiça Restaurativa do MPPB, conforme tratei em capítulo anterior.

Todavia não se pode desconhecer que a sociedade brasileira se encontra cada vez mais violenta, registrando-se aumento de casos de homicídios, assaltos e roubos. Em relação à juventude, os casos de violência estão quase sempre circundados por uso e tráfico de drogas ilícitas. A questão das gangues é também preocupação constante das escolas, sobretudo aquelas situadas em áreas de maior vulnerabilidade social.

Pensando nessas situações, resolvi montar um moderno sistema de monitoramento em tempo real das escolas por

câmeras de vídeo. Na verdade, algumas escolas já dispunham de sistemas de monitoramento próprios comprados com recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto nas Escolas). Em conversa com diretores das escolas que já dispunham de câmeras de monitoramento, notei que havia um grau de satisfação enorme com o uso dessas tecnologias, resultando em diminuição de casos de depredação, conflitos e agressões físicas. Esses sistemas próprios de monitoramento, todavia, não podiam ser integrados. Por outro lado, as demais escolas e creis já dispunham de um sistema de alarme. Percebi, então, que adicionar câmeras e o monitoramento *on-line* não traria grande aumento de despesa, ao passo que melhoraria bastante a segurança nas escolas.

Solicitei à DAF que providenciasse, o mais urgente possível, a licitação de um sistema de monitoramento de todas as escolas e creis do município de João Pessoa. Seria, portanto, mais uma inovação atinente à melhoria das condições infraestruturais das escolas que não estava prevista no Plano de Metas. Levei a ideia ao prefeito que, ao que me pareceu num primeiro momento, não se mostrou entusiasmado com a proposta. A sua preocupação maior, naquela ocasião, era com a climatização das escolas. Somente com o processo licitatório concluído e já estando em funcionamento em caráter experimental é que retornei a ele com algo mais concreto. Solicitei que fosse instalado no meu celular institucional o acesso *on-line* às câmeras da escola que estava em teste. Na segunda audiência para tratar do assunto, mostrei como o sistema funcionaria, com acompanhamento 24 horas por dia de 16 câmeras distribuídas em locais estratégicos da escola. O

prefeito abriu os olhos e deu o sinal de aprovação. E assim foi criado o programa Escola Segura.

Com esse programa, todas as escolas e creis do município contariam com serviço individual de monitoramento. Em cada unidade, foram instaladas 16 câmeras,⁶ além de sensores de presença, central de monitoramento com transmissão de dados via telefônica, GPRS, internet e uma TV de 32 polegadas para acompanhamento das imagens. Além disso, foi contratada uma empresa especializada na manutenção mensal dos equipamentos, que funcionariam 24 horas ininterruptas, todos os dias da semana. O serviço oferecido à população ainda contava com uma equipe de moto-patrolha que fazia rondas no entorno das escolas.

No dia 1º de abril de 2014, aconteceu a solenidade de instalação do sistema municipal de monitoramento das escolas, denominado de Escola Segura. A iniciativa compreendia a instalação de sistema de monitoramento por câmeras em todas as escolas e creis do município, contando com investimentos na ordem de R\$ 2,5 milhões. A solenidade aconteceu na Escola Municipal Jornalista Raimundo Nonato, no bairro Colinas do Sul.

No meu discurso, afirmei que cada pai ou mãe de família sabe que os maiores bens que possuem são suas crianças. Poder deixá-las na escola, tendo a certeza que elas estarão monitoradas e seguras, seria motivo de muita tranquilidade. Acrescentei que essa tranquilidade se estenderia aos professores, que poderia dedicar toda sua preocupação apenas ao planejamento e à transmissão do saber pedagógico.

⁶Algumas escolas maiores chegam a ter 20 câmeras.

Eu tinha consciência de que o sistema de monitoramento não resolveria todas as questões envolvendo a violência no ambiente escolar, contudo era um passo mais que necessário para procurar se antecipar a acontecimentos inesperados. Infelizmente, eu estava coberto de razão.

No dia 21 de novembro de 2014, aconteceu um fato que abalou toda a rede municipal de ensino de João Pessoa. Uma adolescente de 14 anos foi alvejada no interior da Escola Violeta Formiga, situada no Alto do Céu, no bairro de Mandacaru, por um colega de escola, também adolescente.

Eu recebi a notícia transmitida por Gilberto Cruz e fiquei chocado. Ambos nos encontrávamos em Brasília participando da Conferência Nacional de Educação. Na primeira informação, soubemos apenas que ela havia sido atingida pelos disparos. Somente depois é que tivemos a infeliz certeza de que ela não havia resistido, vindo a falecer. Iríamos retornar no dia seguinte. Antes disso, liguei para a minha chefe de gabinete e passei algumas instruções. As câmeras de monitoramento filmaram todo o ocorrido, que foi transmitido em rede nacional. Elas não puderam evitar o incidente, mas contribuíram para elucidar rapidamente o caso.

Esse caso, embora isolado, deu-me a certeza de que ampliar sistemas de monitoramento na escola é necessário. Ao mesmo tempo, reforçou minha convicção de que a violência que atinge a escola vem, quase que invariavelmente, de fora para dentro. Não é possível olvidar que o adolescente que atirou na estudante, qualquer que seja o motivo, estava de posse de uma arma de fogo obtida por meios ilegais e, muito provavelmente, fornecida por gangues do bairro. E, nessa

seara, o problema se volta para a segurança pública, isto é, de toda a sociedade. A Sedec fez a sua parte, no entanto outras instâncias do poder público estariam fazendo a sua?

8.1.3 NOVAS ESCOLAS

Assim, como novas creches, o PAR de João Pessoa previa a construção de nove escolas. Nas conversas que mantive com dirigentes do MEC e do FNDE, ficou bastante claro que a prioridade do governo federal – leia-se, da presidenta Dilma Roussef – seria a edificação das unidades de educação infantil. Por isso, tive certa dificuldade em conseguir a liberação de recursos para a construção das escolas. Sempre que podia, martelava a demanda junto aos setores competentes.

Num certo dia, recebi a informação de que assessores do FNDE viriam a João Pessoa tratar da operacionalização da construção de novas creches pelo modelo RDC, portanto, das creches de PVC concretado. A reunião aconteceu na Estação Cabo Branco. Uma das assessoras que estiveram presentes na reunião era Renilda Lima, a quem eu tinha sido apresentado em reunião acontecida em Brasília. Eu e Renilda tivemos uma empatia desde o primeiro momento em que nos encontramos. Revê-la, agora em nossa capital, foi uma boa surpresa.

A reunião foi um pouco conturbada. Os engenheiros da SEINFRA, convidados para se fazer presentes, mostraram-se arredios ao novo modelo de construção, medição de serviços e alimentação do sistema de monitoramento.⁷ De qualquer modo, era uma viagem sem retorno, pelo menos naquele

⁷ Por conta disso e de outros fatores, a equipe de engenharia da Sedec passou a assumir a fiscalização das unidades de educação infantil com metodologias inovadoras, conforme fiz alusão anteriormente.

momento, no que diz respeito à construção das creches com metodologia inovadora.

Concluída essa primeira etapa da reunião, visitamos as duas creches em construção no modelo de PVC concretado nos bairros de Colinas do Sul e Geisel. Fomos inicialmente ao Colinas do Sul. Ali chegando, por volta das 11 horas, fez-se uma vistoria geral, com a presença de engenheiros da empresa construtora e da equipe de engenharia da Sedec.

O bairro Colinas do Sul, situado na zona sul da cidade, se encontra numa fase de forte adensamento populacional. São diversos conjuntos residenciais, como o Irmã Dulce e condomínios do programa Minha Casa, Minha Vida. Já no sol a pino de meio-dia, eu percebi algumas crianças fardadas com as vestes da rede municipal e acompanhadas de suas mães ou responsáveis em dois pontos de ônibus próximos ao local de construção da creche.

Aproveitei a ocasião e rapidamente me virei para Renilda, perguntando:

– Renilda, você está vendo aquelas crianças?

Ela respondeu que sim.

– Pois bem, todas elas estão indo agora para escolas em outros bairros porque não há escola próxima. Na verdade, as duas mais próximas estão lotadas. Essas crianças têm passe livre e não pagam passagem para ir às escolas, mas o certo é haver escola próxima às suas moradias.

Ela imediatamente compreendeu aonde eu queria chegar e me perguntou:

– Quantas escolas estão inseridas no PAR?

– Nove. Inclusive uma delas é para este bairro.

– Vou liberar suas escolas. Não sei quantas, mas vou liberar. Essa aqui (referindo-se ao bairro Colinas do Sul), com certeza.

Fiquei radiante. Dali, partimos para visitar a creche no Geisel e, em seguida, fomos almoçar no Mangai, restaurante famoso de João Pessoa por conta de suas comidas típicas. Naquele dia, a comida estava mais saborosa do que de costume.

De fato, meses depois, foram liberados recursos pelo FNDE para a construção de seis escolas. Todas elas seriam de tempo integral. Porém o modelo construtivo seria o convencional, de alvenaria. A responsabilidade da licitação dessas escolas ficou a cargo da Secretaria de Planejamento. No dia 23 de janeiro de 2013, foi assinada a ordem de serviço da escola no bairro Colinas do Sul, um empreendimento orçado em 3,5 milhões de reais, a primeira dentre as seis escolas que foram licitadas.

8.2 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

O cotidiano de uma secretaria de educação envolve, ainda, compras anuais de alimentação, material e fardamento escolar, itens da assistência social de extrema importância para o dia a dia dos/as alunos/as das escolas públicas.

O cuidado com as escolas e creis e com seus profissionais é uma preocupação constante da Sedec, qualquer que seja a gestão. Do mesmo modo, exige-se cotidianamente um olhar especial para a assistência ao educando, elemento indispensável ao bom desempenho escolar.

8.2.1 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Trata-se de um item da assistência estudantil que não pode sofrer qualquer problema quanto ao abastecimento e à qualidade do produto. Se, para crianças maiores e adolescentes, a alimentação escolar é importante complemento de suas necessidades nutricionais, para crianças pequenas, ela simplesmente corresponde a mais de 80% dos valores nutricionais consumidos diariamente.

Desde que assumi a Secretaria em setembro de 2012, verifiquei a sensibilidade do setor de alimentação escolar da Sedec. Havia, senão um descontrole, ao menos uma desorganização do setor quanto à compra, estocagem e aferição dos produtos, além de atrasos no pagamento aos fornecedores. De 2012 a 2013, a dívida acumulada chegou a quase R\$ 4 milhões. Conseqüentemente, teve descontinuidade na entrega dos produtos.

O gasto total com alimentação escolar variava entre R\$12 milhões e R\$14 milhões por ano. O FNDE, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar, era responsável por cerca de 50% desse valor. O restante era pago com recursos próprios, mas que não podem ser computados dentre os 25% obrigatórios para investimento em MDE. Dentre as despesas de custeio, a alimentação escolar constitui o maior gasto da Secretaria.

Creio que a coordenação de Alimentação Escolar teve dificuldades para perceber a dimensão da crise do setor e tomar as medidas adequadas para sanar os problemas. Não raras vezes, tive que tratar pessoalmente com os fornecedores

para evitar o desabastecimento total das escolas e creis, os quais exigiam, emergencialmente, o pagamento das dívidas acumuladas e fluidez no pagamento dos produtos a serem entregues no ano em curso.

Após diversas reuniões que mantive com a equipe da Secretaria de Finanças, foi possível, enfim, definir um calendário de liquidação dos valores atrasados e pagamento em dia das compras em andamento. Porém, até chegar a esse ponto, de fato, houve muitas dificuldades no primeiro ano. Somente quando, enfim, conseguimos quitar as dívidas e pôr em dia os pagamentos, a situação voltou a ficar sob controle.

Contribuí, também, para a organização da alimentação escolar o trabalho feito pelo pregoeiro Carlos Rangel, que conseguiu realizar as licitações em tempo hábil, inclusive, tendo sucesso com a agricultura familiar, que, embora tivesse recursos disponibilizados desde 2010, não conseguia gastá-los por conta de dificuldades com a licitação. Os valores acumulados em caixa chegaram a mais de R\$ 4 milhões, por coincidência o mesmo valor da dívida acumulada com os fornecedores.⁸

Nesse ínterim, a Prefeitura contratou os serviços da Falconi Consultorias para realizar trabalhos de melhoria na arrecadação e redução dos gastos públicos. Senti a oportunidade de organizar o setor de alimentação e o incluí no rol das atividades a serem assessoradas pela equipe da Falconi. A contribuição da consultoria foi importante para a melhoria dos serviços. Na sequência, assumiu a coordenação de Alimentação Escolar a nutricionista Georgia Rafaelly Pontes,

⁸ Esses valores, porém, somente poderiam ser utilizados exclusivamente para compra de produtos da agricultura familiar.

que impôs mais dinamicidade ao setor. No ano de 2014, a Secretaria praticamente não teve problemas com alimentação escolar, salvo casos isolados de problemas na entrega dos alimentos, por falha dos próprios fornecedores. Também houve uma melhora acentuada no treinamento da equipe de merendeiras e dos inspetores de merenda das escolas.

Nas minhas visitas a escolas e creis, nunca deixei de vistoriar cozinhas e dispensas. Aliás, a higiene e o zelo de uma cozinha escolar dizem muito da gestão da escola.

8.2.2 MATERIAL ESCOLAR

Outra despesa feita anualmente diz respeito ao material escolar. Corresponde a um *kit*, entregue aos alunos, em tese, no início de cada ano, com itens como cadernos, lápis, canetas, borracha, tesoura, cola e uma mochila.

No ano de 2013, a Sedec realizou uma licitação apenas com determinados itens, haja vista ter sido encontrada grande quantidade de material escolar estocado em galpões da Secretaria, prestes a se perder.

Essa licitação por item trouxe um aprendizado. Ao fazer a cotação, licitação e aquisição dos produtos de forma individualizada, percebeu-se que a entrega era bastante descontínua, isto é, verificou-se que, por exemplo, um determinado fornecedor entrega um lápis, mas outro não entrega a borracha. Em dezenas de produtos comprados, a não entrega de alguns itens impossibilita que a Secretaria faça o repasse dos *kits* aos alunos em tempo hábil.

No ano de 2014, em diálogo com a DAF, o setor de Licitações e Assessoria Jurídica decidiu realizar uma licitação por lotes, de modo que a compra e a entrega do material escolar fossem asseguradas com maior eficiência e efetividade. Esse tipo de licitação está previsto em lei, não havendo qualquer óbice legal à sua realização. E assim foi feito. Concluído o processo licitatório, o *kit* chegou às escolas completo e com qualidade bem superior aos que foram entregues em anos anteriores.

8.2.3 FARDAMENTO

Outro componente importante do item assistência ao estudante é o fardamento escolar. A Sedec investe nesse item algo em torno de R\$ 7 milhões por ano. Portanto, não é uma despesa de pequena monta.

Ao visitar os galpões da Secretaria, ainda em 2012, verifiquei que havia muito fardamento estocado, a exemplo de camisas, meias e tênis. Tomei a decisão de, em 2013, adquirir apenas a complementação do que faltava. Por isso, naquele ano, os gastos foram bem menores. A Sedec estava com um débito em torno de R\$ 4 milhões junto aos fornecedores de fardamento escolar. Optei, também, por fazermos um pregão eletrônico, aproveitando o *site* do banco do Brasil.

A entrega simbólica dos fardamentos deu-se no dia 20 do mês de março de 2013. A primeira a receber o *kit* do fardamento foi a Escola Zulmira dos Novaes, no bairro Cruz das Armas.

Para o ano de 2014, foram planejadas algumas inovações. A primeira delas seria a mudança no padrão do fardamento. Para tanto, a equipe da DTIC providenciou um conjunto de propostas de *design* e cores. Depois de vários exames, as propostas não foram acatadas. A equipe da SECOM assumiu a tarefa e providenciou outras sugestões. Ao final, foram aprovadas as alterações tanto nas camisas quanto nas calças e nos tênis. A ênfase das cores ficou no vermelho e branco para as camisas, e azul para as calças das crianças até o quinto ano. Os tênis seriam todos azuis. Para os/as alunos/as das séries finais do ensino fundamental, decidiu-se que seriam adquiridas calças *jeans*. Essa mudança iria aumentar os custos, porém, os gestores foram unânimes em afirmar que as crianças e pré-adolescentes não usavam as calças tradicionais da farda escolar. E, de fato, é comum ver as crianças do sexto ao nono ano se dirigindo às escolas com as camisas do fardamento, porém com calças *jeans* próprias. Portanto, valeria a pena investir um pouco mais e manter a padronização. A compra de *jeans* é um pouco mais complicada, pois existem diferenças acentuadas nos modelos masculino e feminino. Essa mudança resultou em algum atraso na entrega no ano de 2014. Contudo o resultado final foi positivo. O novo padrão ficou muito bonito, e as calças *jeans* tiveram enorme aceitação.

9

PROJETOS PEDAGÓGICOS, AVALIAÇÃO E CURRÍCULO

A preocupação com a infraestrutura das escolas não esteve desassociada das questões pedagógicas propriamente ditas, as quais já estavam sendo revistas a partir das iniciativas de flexibilização na formação continuada dos profissionais da educação e da realização do concurso público do magistério. A continuidade e inovação com respeito aos projetos pedagógicos, a avaliação da rede e as questões curriculares foram trabalhadas de forma coletiva pela Sedec e também com parcerias estabelecidas com entes públicos e privados.

9.1 PROJETOS PEDAGÓGICOS

A rede municipal de ensino de João Pessoa desenvolve dezenas de projetos educacionais de caráter inter e multidisciplinar. A grande maioria é de excelente qualidade. Alguns conseguem se destacar, a exemplo dos projetos Robótica na Escola, Xadrez Escolar, Elos (Cultura de paz nas escolas), Educação para o Trânsito e Cordel nas Escolas.

Na medida do possível, procurei contribuir para a continuidade ou até mesmo para o retorno desses projetos,

visto que alguns estavam esquecidos e sem o devido apoio, como foi o caso do programa Educação para o Trânsito.

Já havia o reconhecimento da importância de cada um deles no seu campo de atuação específico. Todavia, enquanto projeto institucional, julguei que deveria eleger um deles como carro-chefe da gestão. É inquestionável que o tema do acesso à tecnologia está na pauta do dia a dia das escolas. A Robótica Educacional teria amplas possibilidades de ser o catalisador dessa imersão tecnológica. E foi pensando assim que coloquei a Robótica Educacional como principal projeto de atividade multidisciplinar da rede municipal de ensino de João Pessoa.

9.1.1 A ROBÓTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO PESSOA

O projeto Robótica nas escolas foi instituído em 2009 e, desde o seu começo, mostrou ser de grande relevância na rede municipal. De início, tinha ainda características de projeto-piloto, restrito a algumas escolas da rede municipal. Os investimentos realizados eram pequenos, embora os resultados de equipes de diversas escolas tenham sido promissores. No meu modo de ver, o projeto deveria ser mais apoiado e estimulado. Foi pensando dessa maneira que resolvi torná-lo carro-chefe dos programas pedagógicos extracurriculares das escolas. Ao que parece, foi uma decisão acertada.

Nesse sentido, a primeira medida adotada foi triplicar os investimentos no projeto de Robótica Educacional, de modo a atingir todas as 95 escolas da rede municipal. O incremento dos recursos foi uma injeção de ânimo às equipes que já tinham projetos de robótica. Para além delas, significou

a expansão dessa ação a escolas outras que não tinham tido a oportunidade de trabalhar com essa inovação tecnológica. Foram obtidos 800 *kits* de robótica para atender às escolas municipais, e realizada capacitação para 135 monitores em seis encontros, com 30 horas de formação, e para 63 professores em seis turmas, com 40 horas.

Em conversas com a empresa PETE – Educação com Tecnologia, que havia vencido a licitação e conduzia a parte tecnológica propriamente dita, fiz ver que o projeto precisava de um olhar mais focado, isto é, com uma visão mais orgânica, que pudesse ressaltar a capacidade aglutinativa de conteúdos e práticas pedagógicas, além de uma atenção maior voltada não só para os resultados nas competições, mas, sobretudo, para o processo formativo nas escolas. Acredito que a equipe da PETE compreendeu a missão e, de fato, mais do que uma fornecedora de tecnologia, passou a compartilhar com a Sedec essa nova forma de ver a Robótica no município, com apoio a eventos e atividades da Secretaria para além de suas obrigações contratuais.

Como fruto desse trabalho, a presença de equipes escolares da rede municipal na Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR), regional de João Pessoa, triplicou de 2013 para 2014, passando de 31 para 93 equipes, o que demonstra o acerto da política de investimento na Robótica.

Antes disso, porém, a Escola Municipal Apolônio Sales teve a honra de ser a única escola a representar o Brasil na categoria *Robocup Júnior Dance Primary* na Copa do Mundo de Robótica (RoboCup), acontecida, por feliz coincidência, em João Pessoa. Essa participação só foi possível devido ao

resultado obtido no ano de 2013, quando se sagrou campeã nacional da OBR, realizada em Fortaleza – Ceará.

A meninada se desdobrou para ter um desempenho acima das expectativas. De fato, eles conseguiram, porém não o suficiente para conquistar as primeiras posições. Eu acompanhei as apresentações juntamente com a direção das escolas, os pais e os colegas.

Quando saiu o resultado, mostrando que, infelizmente, a escola não se sagrara vencedora, reuni toda a equipe e disse que eles tinham sido vencedores, sim. Só o fato de estarem ali significava que o espírito da vitória os acompanhava e que toda João Pessoa estava orgulhosa deles. Devo admitir que fiquei emocionado, não sendo possível segurar as lágrimas. Restava ainda uma categoria: a de *Super Team*. Nossos alunos iriam se somar às equipes dos Estados Unidos da América e da Austrália. E, para nossa alegria, a associação desses países foi vencedora na categoria.

Posteriormente, em agosto de 2014, a Sedec promoveu o I Simpósio Paraibano de Robótica Educacional. O evento teve como objetivos realizar uma discussão mais aprofundada sobre a inserção da robótica nas escolas e apresentar os diversos projetos desenvolvidos na rede municipal de ensino de João Pessoa. Uma das questões mais discutidas no Simpósio foi a busca de parceria com instituições de ensino superior, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Um dos convidados, professor doutor Thiago Nascimento, do Centro de Informática da UFPB, fez uma apresentação muito

elucidativa acerca da história da robótica e sua inserção no currículo das escolas de educação básica.

Os projetos apresentados no Simpósio foram: Robô Construtor, As Cores no Trânsito, Tatu Bola – do risco da extinção ao sucesso, educação para o trânsito, Formação do Povo Brasileiro, Roboleta – métodos anticoncepcionais, Cultura Afro-brasileira e Indígena, Educação para o Trânsito na Escola, Alimentando-se com Arte e África na Pele. Essa perspectiva multidisciplinar de se trabalharem as questões curriculares surtiu resultados formidáveis.¹

Ainda quando da ocasião do Simpósio, procurei destacar os investimentos realizados pela Sedec na área de robótica e os resultados que estão sendo colhidos atualmente. Fiz ver que cumprimos integralmente o compromisso assumido na abertura da Olimpíada de Robótica 2013, que era o de triplicar os investimentos na área, e lancei, já naquele momento, o desafio de vencer a Olimpíada Brasileira de Robótica e conquistar, ao menos, uma vaga na *RoboCup* 2015, que aconteceria na China.

Conforme frisei anteriormente, os resultados da robótica educacional vão além de premiações. Eu destaco o amadurecimento sadio das crianças que trabalham no projeto e o fortalecimento dos vínculos com a escola. Verifica-se também que a participação melhora a autoestima dos alunos e de suas famílias e, em alguns casos, reverbera na construção de uma nova identidade para a escola. Intensificam-se, também, formas cooperativa e colaborativa de trabalho,

¹ A riqueza e a qualidade dos trabalhos apresentados deram-me a ideia de organizar um livro sobre as experiências de Robótica educacional na rede municipal de ensino de João Pessoa. O livro foi produzido, mas não chegou a ser impresso por falta de recursos, após minha saída da Sedec..

sempre numa perspectiva multidisciplinar.² A Robótica Educacional consegue aliar o desenvolvimento prático de habilidades pessoais a competências socioemocionais (organização, raciocínio lógico, cooperativismo, senso de liderança, perseverança, resiliência e criatividade na resolução de problemas).

Não se pode descuidar, porém, das competições. Ainda em 2014, seis equipes de escolas municipais participaram da etapa nacional da OBR e obtiveram excelente classificação. Novamente, as Escolas Moema Tinoco e Apolônio Sales se destacaram, conquistando a segunda e primeira colocações em suas categorias, respectivamente. Essa participação, a maior verificada até o momento, teve como principal meta conquistar vaga para participação na *Robocup* 2015, realizada na China.

No planejamento que fizemos em 2013, tínhamos como objetivo conquistar vaga na *Robocup* 2015. Essa era a nossa principal meta. Conquistar o primeiro lugar seria algo para além das nossas expectativas, porém não era algo impossível. Em reuniões envolvendo Thalles Araújo, responsável pela equipe, e os profissionais da PETE, procurou-se analisar os motivos de não termos sido campeões em 2014. Analisando os critérios da competição, chegou-se à conclusão de que a nossa equipe preocupou-se demais com o desempenho dos alunos, no caso a dança, e secundarizou os aspectos mais tecnológicos da apresentação, como sensores, trajeto dos robôs etc. Era

² Procurei realçar a autoestima dos alunos, ao convencer a empresa PETE, quando da realização da *Robocup* em João Pessoa, a instalar vários outdoors na cidade com a imagem da equipe municipal que iria representar o Brasil no maior dos eventos de robótica de todo o mundo. A PETE, prontamente, atendeu à minha solicitação.

preciso saber mesclar essas duas dimensões. A experiência havia ensinado como proceder no futuro. E foi isso que foi feito. Para nossa alegria, a equipe Robô Apolo sagrou-se campeã mundial na categoria *Robocup Júnior Dance Primary*, na China – um feito histórico.

9.1.2 ACELERANDO O SABER

Um dos principais indicadores que mostram o baixo rendimento da escola pública é a Taxa de Distorção Idade-Série (TDI). O município de João Pessoa, embora apresente percentuais menores do que a média estadual, porém pouco acima da média nacional, não pode ficar satisfeito com números ainda tão elevados, chegando a atingir um em cada quatro alunos do quinto ano.

Por isso, quando Gilberto Cruz, diretor da DGC, me falou de uma audiência envolvendo uma comitiva da Fundação Volkswagen e do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), para tratar de uma parceria com vistas a melhorar o fluxo escolar, fiquei bastante interessado. Eu já tivera contatos, quando cursava doutorado na USP, com integrantes do CENPEC e também conhecia algumas de suas produções acadêmicas e relatórios de trabalhos realizados, todos de altíssima qualidade. Pedi urgência na realização da audiência.

Quando, enfim, a reunião foi agendada e realizada, eis que aconteceu uma grata surpresa: a representante da Fundação Volkswagen era uma ex-colega de curso da USP,

Liliane Petris. Evidentemente, a reunião aconteceu de maneira bastante agradável e sem muitas formalidades.

Em síntese, a Fundação e o CENPEC vinham propor uma parceria com a Sedec para atuar na correção do fluxo escolar. Ficou bastante claro que a Fundação arcaria com os custos de contratação do pessoal da CENPEC, e que não haveria qualquer interferência pedagógica no processo. Isso me deixou bastante aliviado porque uma das minhas preocupações no decorrer de toda a gestão era a possibilidade de instituições privadas impuserem qualquer tipo de direcionamento à política educacional do município.

Foi elaborado um documento orientador do Plano de Correção de Fluxo escolar pelo CENPEC e pela DGC. Esse Plano prevê a construção de conhecimentos importantes e indispensáveis à continuidade dos estudos dos alunos em defasagem idade-ano, visando ao pleno direito ao exercício da sua cidadania.

O Conselho Municipal de Educação, por seu turno, aprovou a Portaria nº 111/2014, que “Estabelece diretrizes para a organização e funcionamento de Plano de Correção de Fluxo ‘Acelerando o saber’ para estudantes do Ensino Fundamental, com dois ou mais anos de distorção idade-série, matriculados nas escolas municipais”

De acordo com a Portaria nº 111/14, constituem objetivos específicos do Plano de Correção de Fluxo: I. promover um atendimento educacional que melhore a aprendizagem dos estudantes matriculados no ensino fundamental, com dois ou mais anos de distorção idade-ano; II. reclassificar/reposicionar os estudantes participantes das Classes do Plano de Correção

de Fluxo, compatibilizando o ano escolar e a idade cronológica, a fim de que eles retomem seus percursos escolares; III. ofertar formação continuada e em serviço (presencial e a distância) de diretores, pedagogos e professores do ensino fundamental para o efetivo ensino e aprendizagem dos alunos com distorção idade-série, por meio de um trabalho de apoio pedagógico; IV. estimular professores e outros profissionais da educação que atuem no Plano de Correção de Fluxo a inovar a sua prática pedagógica; V. vivenciar experiências inovadoras no processo de ensino e aprendizagem a fim de fortalecer a autoestima dos estudantes em distorção idade-ano.

O Plano de Correção de Fluxo atende aos alunos do 3º e 4º anos do ensino fundamental de nove anos, e a proposta metodológica do Plano de Correção de Fluxo, ainda de acordo com a Portaria nº 111/14, é caracterizada pela ação pedagógica do cotidiano escolar que deverá privilegiar o atendimento individualizado.

Ainda de acordo com essa Portaria, o material didático deve contemplar os conteúdos do 3º e 4º anos, as orientações para os professores e fichas com atividades para todos os componentes curriculares. A avaliação da aprendizagem deve constituir um processo de ação-reflexão-ação contínua do professor e do estudante, possibilitando, com isso, uma intervenção imediata no processo de aprendizagem, privilegiando o atendimento às necessidades dos mesmos. E, na apropriação do desempenho dos estudantes nos vários momentos da aprendizagem, serão adotadas várias formas de avaliação.

As classes do Plano de Correção de Fluxo deverão se organizar em período letivo com duração de dois anos. O calendário escolar, para implementação das classes de Correção de Fluxo, corresponde à carga horária de um total mínimo de 1.600 horas e 400 dias letivos. Assim, em dezembro de 2015, os estudantes deveriam ser reintegrados ao ensino regular, por meio de reclassificação para série/ano correspondente ao nível de aprendizagem em que ele se encontra e de acordo com a idade-ano adequada, conforme o disposto na LDBEN nº 9394/96, Art. 24, Inciso II, e na Resolução nº 020/2011 do Conselho Municipal de Educação.

A Portaria nº 111/2014 é clara, ao estabelecer que as escolas que formarem as classes do Plano de Correção de Fluxo obedecerão às organizações curriculares, estabelecidas pela coordenação do CENPEC (Centro de Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e DGC (Diretoria de Gestão Curricular).

O projeto Acelerando o Saber propõe a criação de classes que desenvolvam a aceleração da aprendizagem, através de uma proposta de resgate da trajetória dos alunos em situação de defasagem que frequentam os anos iniciais do ensino fundamental, buscando sua reintegração ao percurso regular. Esse projeto, no meu ponto de vista, poderá contribuir para a melhoria da correção do fluxo nas escolas selecionadas. Para tanto, é necessário que haja uma avaliação bastante objetiva dos seus resultados práticos. Em caso positivo, é importante que ele avance para as séries finais do ensino fundamental onde se concentram, hoje, as piores taxas de TDI.

9.1.3 EDUCAÇÃO E ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

A rede municipal de ensino implementa a educação de tempo integral a partir de duas modalidades: com atendimento parcial para estudantes em situação de vulnerabilidade social, através do programa criado pelo MEC, denominado de Mais Educação, e em um conjunto menor de escolas e creis, com atendimento extensivo à totalidade dos discentes matriculados na unidade escolar no regime de tempo integral.

O programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10. Ele constitui-se como estratégia do MEC para induzir à ampliação da jornada escolar e à organização curricular na perspectiva da educação integral. O programa oferece atividades complementares à parcela dos estudantes das escolas municipais, tendo em vista a educação integral e integrada.

Visa fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar, respondendo ao desafio de superar a dicotomia turno-contraturno, de modo que as atividades escolhidas sejam incorporadas às práticas cotidianas dos professores e professoras, um indicador do impacto que a escola pode ter na vida e no aprendizado do estudante, cruzando-se informações socioeconômicas do município no qual a escola está localizada.

Inicialmente projetado para atender, em caráter prioritário, às escolas situadas em capitais e regiões metropolitanas que apresentam baixa colocação no Ideb, o programa Mais Educação é um dos componentes do Plano de Ações Articuladas (PAR) e chega às escolas de ensino

fundamental, com o objetivo de intensificar uma política nacional de ampliação, na educação básica, da jornada em tempo integral com o mínimo de sete horas, significando, também, ampliação das oportunidades educativas aos estudantes.

O referido programa integra as ações do PDE (Programa Dinheiro na Escola), por meio do repasse à conta corrente em nome da Unidade Executora Própria (UEx) representativa da unidade escolar.

Um dos principais enfoques se dá em atenção ao reordenamento curricular, de forma que as dimensões que constituem a ação pedagógica desenvolvida pelo programa possam garantir o direito à aprendizagem significativa e ao desenvolvimento dos estudantes atendidos. Ensino de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas, além do desenvolvimento de atividades culturais, da cultura digital, artísticas, esportivas, de lazer, com a abertura das escolas aos finais de semana, são atividades desenvolvidas na educação integral, as quais devem ter acompanhamento pedagógico diário da aprendizagem dos estudantes.

Não tenho dúvidas de que o programa Mais Educação executa um trabalho que tem importância na ampliação do tempo dos alunos e alunas nas escolas públicas. Ele é uma espécie de antessala da escola de tempo integral. Porém eu faço algumas ressalvas ao seu formato tanto do ponto de vista conceitual quanto da sua operacionalização. No primeiro caso, salta à vista o caráter descentralizador da política de aumento da jornada escolar, mas sem o financiamento adequado, isto é, sem a contrapartida suficiente para que ele se consolide. Para

suprir a falta de recursos, o programa apela para o serviço voluntário de monitores e tutores, sem qualquer vínculo empregatício com o serviço público. Esses “voluntários” têm ressarcidas despesas como alimentação e transporte. Trata-se, na prática, de uma remuneração disfarçada. Esse “barateamento” da força de trabalho traz consequências pedagógicas relevantes, tais como: forte absenteísmo de monitores, alta rotatividade e baixa qualificação de pessoal.

Do ponto de vista da gestão, o programa prevê que as Entidades Executoras (secretarias de educação) garantam um professor, preferencialmente do quadro de sua rede de ensino e com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na escola na qual serão desenvolvidas as atividades do programa Mais Educação. Este, denominado professor comunitário, tem a função de coordenar as atividades (oficinas) mediante a promoção da interação entre a escola e a comunidade. No exercício da função, o professor comunitário deverá ficar afastado do exercício das atribuições inerentes ao seu cargo.³ Ao se adotar a “preferencialidade” do pertencimento ao quadro da rede de ensino, cria-se a possibilidade de se ampliar a precarização do trabalho docente, com a contratação de prestadores de serviços. Isso é o que, em geral, acontece.

Outro questionamento relevante diz respeito à falta de unidade entre o turno “curricular”, isto é, aquele em que as disciplinas do currículo comum nacional são trabalhadas com o alunado, e o turno de “atividades diferenciadas”, as quais

³ Conforme Resolução nº 14, de 9 de junho de 2014, que destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com o programa Mais Educação.

são previstas nos nove macrocampos do programa. Essa falta de integração curricular acontece, entre outros motivos, por conta da não convivência (ou escassa convivência) da equipe de monitores e tutores com o conjunto da equipe pedagógica e dos docentes da escola. Na prática, essas duas equipes colocam para si objetivos distintos. Esse contraturno acaba se tornando, em muitos casos, mero entretenimento para os/as estudantes.

A despeito dessas deficiências, o programa Mais Educação realizado pela Sedec desenvolve atividades complementares em 92 escolas da rede municipal de ensino. Avalio, contudo, que ele poderia ter resultados mais consistentes.

A rede municipal de ensino de João Pessoa conta ainda com unidades escolares em tempo integral. Nessas escolas e creis, todas as crianças matriculadas cumprem uma jornada diária de sete horas de atividades curricular e extracurricular. Na educação infantil, a jornada de tempo integral é universalizada. Todos os creis atendem às crianças em tempo integral. Já com relação às escolas do ensino fundamental, das 95 escolas, apenas 12 tinham atendimento como jornada integral.

A dificuldade para a ampliação da rede de escolas de tempo integral decorre de dois motivos básicos: a demanda de vagas nas diversas regiões da cidade e as condições infraestruturais das escolas. De fato, em regiões com forte adensamento populacional, torna-se praticamente impossível ampliar a oferta de tempo integral sem a construção de novas unidades escolares. Por outro lado, mesmo em regiões ou

bairros em que já se torna possível a oferta de vagas para escola de tempo integral, as unidades escolares não possuem uma infraestrutura básica capaz de fazer com que a criança permaneça naquela escola pelo menos sete horas diárias.

Por conta dessas dificuldades, no ano de 2014, apenas duas escolas aderiram ao regime de tempo integral: as Escolas Francisco Edward de Aguiar, no bairro Jaguaribe, e Dom Marcelo Carvalheira, no bairro Valentina de Figueiredo. Com isso, a rede passou a contar com 14 escolas em tempo integral.

Em todas as escolas de tempo integral, o programa Ciranda Curricular atua nas escolas no turno estendido, com educadores contratados pela Prefeitura para oferecer oficinas educativas variadas, após o período de tutoria. Esse programa é complementar ao programa Mais Educação.

As novas escolas que estão em processo de edificação serão todas de tempo integral. Desse modo, vislumbra-se que, quando concluídas, o município de João Pessoa passará a ter 20 escolas de tempo integral.⁴

O programa integrado Mais Educação/Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de João Psoa, em 2014, tinha como meta atender a 14.224 alunos, entre crianças e adolescentes, nos segmentos do ensino fundamental I e II. Isso corresponde a, aproximadamente, 25% de toda a rede escolar. Ao se acrescerem as matrículas da educação infantil, no montante de 9.129 alunos, o percentual de atendimento a crianças em tempo integral ultrapassa os 38%, o que indica a

⁴Outras quatro escolas iniciaram o debate sobre mudança do regime de jornada. São elas: Durmerval Trigueiro Mendes e Leônidas Santiago, no bairro do Rangel, e João Gadelha e Zumbi dos Palmares no bairro de Mangabeira. Mas a mudança estaria atrelada ao redimensionamento do atendimento por etapas. Assim, as escolas Leônidas Santiago e Zumbi dos Palmares passariam a atender as séries iniciais do ensino fundamental e a Durmerval Trigueiro e João Gadelha ficariam com a responsabilidade de atender as séries finais.

possibilidade concreta de cumprir a meta 6 do Plano Nacional de Educação.

Participavam dos programas Mais educação e Ciranda Curricular 576 profissionais da educação, entre eles 116 professores comunitários e 460 monitores responsáveis pelas atividades oferecidas, além da equipe pedagógica e de apoio das escolas e creis.

9.1.4 PARCERIAS PEDAGÓGICAS: UM CASO DE INSUCESSO

A busca por parcerias foi uma constante em minha gestão, tendo sucesso em alguns casos e em outros, não. Como professor da UFPB e tendo um largo conhecimento das potencialidades do conjunto de pesquisadores e servidores técnico-administrativos daquela instituição, fiz questão de buscar suporte junto a ela. E, claro, a Sedec conseguiu o apoio tanto de grupos de pesquisa das mais diversas áreas do conhecimento como de docentes. Em contrapartida, a Secretaria deu apoio a diversos eventos realizados por docentes e pesquisadores da Instituição. Porém o maior projeto da Secretaria e que envolveria uma participação formal e institucional da Universidade, infelizmente, não foi devidamente encaminhado pela administração superior da UFPB.

A UFPB mantinha com a Sedec, na gestão do ex-reitor professor Rômulo Polari, um convênio denominado de Apoio Pedagógico. O trabalho desenvolvido consistia em promover estágios remunerados para alunos da instituição em diversas áreas, com acompanhamento de uma equipe de professores

especialistas, com atuação em todas as escolas da rede municipal, dando suporte pedagógico aos professores da rede.

Eu quis dar continuidade ao projeto, mas sob outras bases. Convidei a equipe da DGC para trabalharmos um novo projeto com um foco definido para escolas com baixo desempenho no Ideb. Esse projeto, denominado de Parcerias Pedagógicas, foi apresentado inicialmente ao diretor do Centro de Educação da UFPB, professor Wilson Aragão, e alguns docentes daquele Centro, a exemplo da professora Salete Barboza, que contribuiu com a melhoria do projeto. Mantivemos diversas reuniões para tratar do projeto. Por convite da direção do CE, participei de uma reunião conjunta no auditório do CE, envolvendo coordenadores de curso, professores e alunos daquele Centro, para apresentar a proposta. Ao final, o projeto foi finalizado com o compromisso de contratar 178 estagiários de Pedagogia, 113 de Matemática, 113 de Letras, 30 de Psicopedagogia e 20 de Ciências das Religiões. E assim foi feito.

Após definirmos o escopo do projeto, enviei-o formalmente ao CE, para que fosse feita a tramitação interna na UFPB (processo 23074.022440/2013-84, encaminhado em 13 de junho de 2013). O professor Wilson, em seguida, encaminhou-o para apreciação da administração superior. Para minha surpresa, fui informado, pela Direção do CE, que, em Despacho datado de 16 de julho de 2012, a Pró-reitoria de Graduação (PRG) retorna o processo à Pró-Reitoria de Administração (PRA), sugerindo devolver o projeto ao interessado, solicitando que fosse refeito, visto que a proposição de “convênio deve ser feita pela Prefeitura

Municipal de João Pessoa, prefeito ou secretário, como parte interessada, para a Magnífica Reitora, com uma proposta de trabalho”. O processo original nunca chegou à Sedec.

Não desisti. Solicitei uma audiência com a equipe da PRG. Após algumas tratativas, fizemos uma reunião no dia 23 de julho de 2013. Na oportunidade, fui informado que a UFPB havia criado o Programa de Melhoria da Educação Básica – PROMEB/UFPB. Assim, qualquer projeto teria que ser submetido ao crivo da PRG, obedecendo às suas regras. Refizemos o projeto, de modo a adaptá-lo ao PROMEB. Algumas divergências afloraram. A principal delas dizia respeito ao valor das bolsas a serem pagas aos estagiários. O valor unitário que a Sedec disponibilizaria aos bolsistas seria bem maior do que o PROMEB previa. A pró-reitora solicitou que reduzíssemos o valor da proposta, o que não foi aceito. Após outras reuniões envolvendo as equipes técnicas da Sedec e PRG, conseguiu-se fechar a proposta sem alteração de valores. O custo do projeto para a primeira metade do ano de 2103, incluindo pagamento aos coordenadores do projeto, passe legal e material, seria de R\$ 1.261.976,00. Novamente o projeto Parcerias Pedagógicas foi remetido para apreciação da UFPB (processo 23074.033865/2013-55), encaminhado em 6 de setembro de 2013, inclusive com minuta de convênio.

No dia 31 de março de 2014, sete meses após o processo ter sido encaminhado, participei de uma audiência com a reitora Margareth Diniz, para tratar de outro assunto de interesse da UFPB.⁵ A reunião contou com a presença do diretor do CE,

⁵ O motivo da reunião foi firmar um convênio de cooperação técnico-científica e acadêmica entre a UFPB e a Sedec, com vistas ao fortalecimento da Escola de Educação da UFPB, devendo a Secretaria de Educação e Cultura disponibilizar

Wilson Aragão, e da pró-reitora de graduação. Por iniciativa do professor Wilson, o assunto veio à tona. Imediatamente, a reitora perguntou onde o processo se encontrava e por que não tinha sido formalizado o convênio. A pró-reitora de graduação informou que a minuta de convênio estava na Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e não havia sido formalizado devido ao fato de a Sedec não ter enviado um carro para transportar o processo. Eu, imediatamente, intervi e disse que a Sedec não tinha prerrogativas para retirar uma documentação de uma instância da Universidade sem seu devido encaminhamento e que estranhava o fato de a UFPB não dispor de um único carro para conduzir um processo que beneficiaria cerca de 450 alunos, a um custo superior a 1,2 milhões de reais, somente nos primeiros seis meses. Nesse momento, a reitora, aparentemente mostrando contrariedade, exigiu que o processo estivesse em sua mesa em 24 horas; portanto, “tudo seria resolvido”. Até a data de minha saída da Secretaria, a gestão superior da Universidade não devolveu o processo à Sedec para os devidos encaminhamentos e formalização do convênio.

9.2 PROJETOS CULTURAIS

A Sedec desenvolve diversos projetos culturais. Aliás, a Secretaria concentra as funções de educação e de cultura. A Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, por exemplo, encontra-se subordinada à Sedec. Seu orçamento é totalmente vinculado à Secretaria, embora os recursos alocados para a Estação Ciência não possam ser provenientes nem do três docentes para atuar na escola de educação básica da UFPB, a fim de assegurar a plena realização do calendário letivo no ano 2014.

Fundeb nem dos recursos próprios destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), considerando que tais verbas só podem ser utilizadas exclusivamente nas atividades de ensino. As verbas de cultura são abrigadas em rubrica específica. De qualquer modo, o secretário de Educação e Cultura é, legalmente, o ordenador de despesa da Estação Ciência. Porém, ela tem vida própria e total autonomia para desenvolver seus trabalhos. Portanto, as atividades ali realizadas devem-se à iniciativa de sua equipe, que tem à frente a competente Marianne Góis, secundada pela curadora Lúcia França.

De minha parte, tratei de acompanhar e desenvolver projetos culturais promovidos pela Secretaria junto à suas escolas, os quais, em minha opinião, são muito importantes para o desenvolvimento da percepção estética de nossos alunos, contribuindo para a sua formação integral. Alguns projetos já estão consolidados, como o das Bandas Marciais, presente em praticamente todas as escolas da rede, além das atividades do programa Mais Educação, em grande parte voltada à cultura popular. Nesta narrativa, farei referência a apenas dois projetos culturais: um já desenvolvido há certo tempo e outro que a Sedec criou na minha gestão, em parceria com uma empresa privada.

9.2.1 ANO CULTURAL

A Sedec desenvolve, desde 2007, o projeto **Ano Cultural**, que tem como objetivo homenagear personalidades paraibanas que se destacam no cenário cultural brasileiro. **Nas edições anteriores, o projeto já homenageou Ariano Suassuna (2007),**

José Lins do Rego (2008), Sérgio de Castro Pinto (2009), Zé Ramalho (2010), Políbio Alves (2011) e Hebert Vianna (2012).

O lançamento da sétima edição estava cercado por um problema de ordem financeira e por uma polêmica, essa, a meu ver, bastante saudável. A questão financeira dizia respeito ao não pagamento dos prêmios aos professores e alunos que tiveram seus projetos selecionados na edição anterior. A polêmica se dava em relação ao nome da personalidade que seria homenageada.

Com relação ao aspecto financeiro, pouco havia a fazer naquele momento de início da gestão. Era necessário esperar a evolução das receitas e fazer a licitação dos *tablets*, conforme determinava a regra da edição anterior. Essa mensagem foi transmitida às escolas. Quanto à polêmica, haveria de se escutar a comunidade escolar e a sociedade civil.

De início, a equipe da Sedec, responsável pelo projeto, havia proposto um nome vinculado ao setor de teatro. Eu tinha pensado em outro nome vinculado às artes plásticas. Em reunião com os gestores escolares, aventou-se o nome de Elba Ramalho. Paralelamente, setores da imprensa começaram a propor o nome de Cátia de França, chegando-se a criar um movimento.⁶

Elba Ramalho, nascida em Conceição, sertão paraibano, se destacou nacionalmente como atriz e cantora. Seu primeiro álbum, *Ave de prata*, lançado pela gravadora Epic/CBS, trouxe uma música desconhecida do público brasileiro, “Kukukaia”, da também paraibana Cátia de França.

⁶ A jornalista e amiga Edileide Villaça foi uma das principais responsáveis pela campanha em defesa do nome de Cátia de França. Tive com ela prolongados telefonemas visando viabilizar essa homenagem.

Cátia de França é natural de João Pessoa. Ela começou a despontar no cenário nacional com seu primeiro *long play*, *20 Palavras ao redor do Sol*, lançado pela gravadora Epic/CBS no final da década de 1970. Do disco de vinil, fazem parte músicas antológicas, como “Kukukaia” (gravada por Elba) e “Coito das Araras”.

Gestores de um lado, imprensa e setores da cultura paraibana de outro, nunca uma edição do Ano Cultural estivera tão em evidência ainda no seu nascedouro. A decisão só poderia ser uma: prestar homenagens às duas expoentes da música paraibana na atualidade. A sétima edição do projeto, acontecida em 2013, portanto, inovou e, naquele ano, decidimos fazer as devidas homenagens tanto a Cátia de França quanto a Elba Ramalho. Foi uma decisão acertada.

Em abril, foi lançado o Ano Cultural 2013, que homenageou as cantoras paraibanas Cátia de França e Elba Ramalho. A solenidade aconteceu no auditório da Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, no bairro Altiplano. Cátia esteve presente. Aliás, ela se desdobrou e participou, ao longo do ano, de diversas atividades em escolas do município. Elba não se pôde fazer presente, sendo representada por familiares.

Eu afirmei, na oportunidade, que a homenagem do Ano Cultural a Cátia de França e Elba Ramalho representava a homenagem à mulher guerreira, à mulher que vence, que luta, que pulsa e sente na veia o problema da nossa região Nordeste tão sofrida.

O Ano Cultural, versão 2013, foi um verdadeiro sucesso, sobretudo nas escolas. A contribuição de Cátia de França, que

assumiu o papel de uma verdadeira guerrilheira cultural, foi primordial para o desenlace do evento, resultando em trabalhos com foco na leitura e produção textual dos projetos interdisciplinares desenvolvidos nas escolas e creis, e em mostras de música e dança inspiradas nas obras de Cátia de França e Elba Ramalho.

A Mostra de Música das escolas municipais aconteceu nos dias 17 e 18 de setembro de 2013, na Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes. Ao todo, 340 estudantes do ensino fundamental I, fundamental II e educação de jovens e adultos (EJA) apresentaram músicas de própria autoria, sob o tema Cultura e Identidade. A própria Cátia de França fez questão de acompanhar as apresentações. Percebi o quanto ela se emocionou com essa homenagem.

E quanto aos prêmios?

Bom, somente em junho de 2014, após três tentativas de licitação, finalmente adquirimos os *tablets* para premiar os professoras, professores e estudantes, referentemente tanto a 2012 quanto a 2013. Portanto, saldamos integralmente a dívida que tínhamos para com docentes e discentes. Infelizmente, por conta desse atropelo de ordem financeira, não foi possível realizar o Ano Cultural em 2014, o que se constituiu, reconheço, numa grande lacuna nas escolas e creis municipais.

9.2.2 CINEMA ECOLÓGICO

Ampliar o acesso aos bens culturais para toda a sociedade é uma obrigação do poder público. É importante, também, atrair parcerias privadas que possam contribuir para o enriquecimento cultural de nossas crianças. Desse

modo, quando o diretor de gestão e currículo, Gilberto Cruz, me trouxe a notícia de que uma empresa privada estaria interessada em investir no segmento de cultura, com doação de equipamentos às escolas, fiquei bastante interessado.

O projeto, trazido pelo Instituto Educare, consistia em destinar, a quatro escolas públicas, dois cinemas ecológicos e duas bibliotecas ecológicas. O projeto havia sido aprovado pelo Ministério da Cultura, através da Lei Rouanet, com a iniciativa e patrocínio da empresa Deca Duratex. Tivemos algumas reuniões com a equipe do Instituto e da empresa, e consolidamos a parceria.

O cinema ecológico corresponde a uma pequena sala de cinema, contando com uma estrutura de 60 cadeiras acolchoadas, um acervo de 200 filmes em DVD, 30 livros sobre cinema, um projetor de alta definição, duas caixas acústicas, tela translúcida elétrica e um aparelho de Blue-Ray player 3D. Em função da estrutura toda fabricada em alumínio e placas recicladas de embalagens de leite longa vida (tetrapark), recebeu o título de ecológico. A Sedec, por sua vez, deveria providenciar a sala, dotando-a de ar-condicionado e condições adequadas de iluminação para a realização das sessões.

O principal objetivo do projeto da sala ecológica de exibição cinematográfica é acrescentar mais uma ferramenta de ensino e aprendizagem, além de ofertar mais uma opção de cultura e lazer aos estudantes. Eu, como um aficionado da sétima arte, fiquei encantado com a proposta

No dia 21 de maio de 2014, foi inaugurada a primeira sala do Cineco (como foi batizado), na Escola Paulo Freire, localizada no bairro Jardim Veneza, próxima ao Corpo de

Bombeiros. Na solenidade, fiz questão de agradecer ao Instituto Educare e à Deca Duratex, ali representada pelo senhor André Brasileiro, pela feliz iniciativa, ao trazer, para as escolas municipais, a arte que une todas as demais.

A segunda sala do Cineco foi inaugurada no dia 8 de agosto de 2014, na Escola Índio Piragibe, localizada no bairro Mangabeira. Portanto, duas novas salas de cinema foram inauguradas em João Pessoa, mais precisamente em duas escolas públicas municipais, no momento em que essa arte está basicamente confinada em *shopping centers*.

9.2.3 BIBLIOTECA ECOLÓGICA E COMUNITÁRIA

Ainda dentro da parceria com o Instituto Educare e a Deca Duratex, a rede municipal foi agraciada com uma biblioteca ecológica, denominada de Ecoteca, e uma biblioteca comunitária. Essas bibliotecas vieram num momento muito importante, tendo em vista um debate que acontecia por conta da construção da biblioteca municipal.

Ao assumir a Sedec, em 2012, encontrei um projeto de construção de uma biblioteca municipal num prédio histórico próximo à Praça Antenor Navarro, centro histórico da cidade, o convento franciscano São Frei Pedro Gonçalves, mais conhecido como “Conventinho”, uma edificação construída entre os anos de 1916 e 1918 – portanto, do século XX –, de propriedade da Igreja Católica. A revitalização desse espaço começou em 2008. O projeto previa a implantação da Biblioteca Pública Municipal e da Casa do Ensino das Artes, este último projeto articulado pelo renomado ator Luiz Carlos Vasconcelos.

Ocorre que, por se tratar de restauração de prédio histórico, a obra se arrastava. Por outro lado, a Sedec já havia recebido, ainda em gestões passadas, equipamentos e livros do Ministério da Cultura (MinC), os quais, por motivos óbvios, não estavam à disposição do público na Biblioteca Municipal. Mesmo os fatos sendo de conhecimento público, houve denúncias junto ao MinC de suposto desvio dos livros e equipamentos enviados. Mais que isso, tentavam culpabilizar a minha gestão. Todas as denúncias foram prontamente respondidas, embora os denunciantes insistissem em me acusar de não ter interesse na Biblioteca Municipal, o que estava longe de ser verdade. Todo o material doado pelo MinC se encontrava em uma biblioteca localizada no CECAPRO, à espera da conclusão dos serviços de restauração do “Conventinho”.

Portanto, a parceria com o Instituto Educare/Deca Duratex, com alusão à Ecoteca, foi muito bem vinda e mostrou o interesse e a disposição da Secretaria em ampliar os espaços de leitura para os nossos alunos e para a comunidade. De fato, a proposta da Ecoteca é que ela seja uma biblioteca comunitária, e não apenas escolar.

A Ecoteca é um espaço voltado à leitura, com um acervo de 700 livros infanto-juvenis paradidáticos que irá ajudar nas pesquisas dos alunos e estudos da comunidade em geral. O conceito de ecológico acontece por conta mesmo da estrutura empregada no Cineco.

A primeira Ecoteca foi inaugurada no dia 22 de maio de 2014, na Escola Municipal João Gadelha, em Mangabeira II, que acabara de sofrer uma intervenção na sua infraestrutura

(pintura, retelhamento e outros reparos), estando apta a receber os equipamento e livros.

A biblioteca comunitária “Ler é preciso” foi inaugurada no dia 27 de novembro de 2014, na Escola Municipal Presidente João Pessoa. Conta com um acervo de 700 livros paradidáticos e de literatura, um aparelho de TV de 40 polegadas, novos mobiliários, aparelho de Blu-Ray, três computadores, sendo um para o uso administrativo, impressora e máquina fotográfica. Todo o material foi doado pela Ecofuturo. A Sedec disponibilizou o espaço físico e a construção de um banheiro para a biblioteca. O equipamento veio a beneficiar cerca de 800 alunos do ensino fundamental I e II. Por ser comunitária, ela está aberta não apenas aos alunos da escola municipal, mas a toda a comunidade do entorno.

9.3 AVALIAÇÃO DA REDE

Todo professor ou professora sabe que a avaliação do desempenho do estudante é uma das tarefas mais complexas do fazer pedagógico. O mesmo ocorre em relação à avaliação de qualquer rede de ensino. No âmbito da Federação, a política nacional de avaliação de larga escala tornou-se um dos mais discutidos instrumentos do poder público para mensurar, ou pelo menos tentar fazê-lo, a qualidade do ensino. É evidente que a lógica por trás dessa regulação da avaliação estandarizada era a criação de uma cultura competitiva nas escolas públicas. A rede municipal de João Pessoa já contava com um sistema próprio de avaliação das escolas, denominado Escola Nota 10, com viés produtivista

De minha parte, entendo a avaliação como um componente pedagógico que permite, ao gestor, obter dados e informações que subsidiem a tomada de decisões e impulsionem a participação da sociedade e da comunidade escolar num processo, também, de autoavaliação.

9.3.1 ESCOLA NOTA 10

O programa Escola Nota 10 foi criado em 2008, por meio da Lei nº 11.607/2008. Trata-se de uma bonificação, concedida na forma de 14º salário pago aos gestores, docentes e demais servidores das escolas que conseguiram atingir as metas propostas no ano, numa variação de 50 a 100%. A avaliação inclui provas aplicadas junto aos alunos, frequência dos professores na Formação Continuada Anual, exame de atividades interdisciplinares (projetos desenvolvidos), análise da gestão escolar (regularidade da documentação escolar, conservação do patrimônio e economia de despesas com água, energia etc).

Como se pode perceber, o programa Escola Nota 10 articula diversos indicadores para, ao final, conduzir um processo de avaliação com perspectiva de ranqueamento e classificação das escolas. Do ponto de vista da bonificação, o valor pago, a pretexto de um 14º salário, na prática, não corresponde à totalidade da remuneração mensal dos professores e professoras. Com efeito, o pagamento é feito com base no vencimento básico do docente, excluindo-se a gratificação de sala de aula, correspondente a 30% da remuneração do docente, gratificação de direção e vice-diretor

e demais benefícios legais. Com isso, a bonificação alcança, em média, 50% do total de uma folha de pagamento.

Por diversas ocasiões, eu me manifestei contrário a esse modelo de bonificação, por entender que a valorização docente prescinde de artifícios produtivistas, a exemplo do programa Escola Nota 10. O sistema de remuneração variável apoia-se na responsabilização docente como fator quase que exclusivo da melhoria da aprendizagem do/a aluno/a, o que, em minha opinião, não corresponde inteiramente à verdade. Ademais, exime de responsabilidade a gestão do sistema de ensino.⁷ Portanto, o programa seria mais um instrumento de responsabilização docente apoiado em uma dinâmica de punição ou recompensa, cujo efeito prático é semear o medo e a obediência entre os profissionais da educação.⁸

Por outro lado, considero necessário avaliar as escolas e o desempenho docente, desde que aconteça numa perspectiva diagnóstica, que sirva para a reflexão e a ação com vistas a melhorar o desempenho escolar. E, de qualquer modo, eu tinha uma situação concreta que exigia uma intervenção.

Mantive conversas com diretores do SINTEM, gestores escolares, professores e professoras da rede, auxiliares da equipe da Sedec. Não havia unanimidade quanto ao fim do programa. De fato, o 14º salário é visto como uma conquista. Não se admitia alterar a concessão desse prêmio. Contudo

⁷Uma pesquisa sobre a remuneração variável que aprofunda bem essa discussão foi realizada por Assis Souza de Moura (2015).

⁸A entrega dos resultados do programa Escola Nota 10 é um momento extremamente delicado. Cheguei a presenciar gestores abandonando a solenidade aos prantos por conta de um resultado negativo. Por outro lado, uma disputa velada acontecia entre as escolas que se revezam nos primeiros lugares. Para alguns, isso é apenas uma detalhe frente aos resultados positivos. Para mim, é a reprodução de um modelo de exclusão. E, no dizer de Diane Ravitch (Op. Cit., p. 31), reduz a “substância do aprendizado” a uma mera “estratégia de contabilidade”.

admitia-se mudar os critérios. Assim, na edição de 2013, alterei o decreto que regulamenta a concessão do programa Escola Nota 10. Naquele ano e no seguinte, os indicadores de rendimentos da escola seriam apenas dois: o resultado dos alunos nas provas, correspondente a 70%, e a frequência à Formação Continuada Anual, equivalente a 30%. Ficariam de fora indicadores de desempenho da gestão escolar e avaliação de projetos desenvolvidos na escola.

A exclusão do critério de desempenho da gestão escolar aconteceu em razão da dificuldade de avaliar, adequadamente, esta dimensão, sem provocar distorções. Um exemplo claro dessa dificuldade dizia respeito à economia de despesas com energia elétrica. Eu me perguntava como seria possível promover economia de despesas de custeio num momento em que estávamos expandindo serviços e trazendo equipamentos para as escolas. Em minha opinião, não haveria como avaliar corretamente redução de energia, se estávamos pensando em climatizar escolas e creis e adquirir novos computadores. Haveria de se encontrar outra forma de se avaliar o desempenho da gestão.

Já com referência à avaliação de projetos, verifiquei que alguns deles, a exemplo da Robótica Educacional, estavam restritos a poucas escolas. Outros, como o Xadrez Escolar, embora em estágio mais avançado, ainda não estavam consolidados. Enfim, não fazia sentido misturar avaliação de aprendizagem com avaliação de gestão.

Mesmo a manutenção do indicador de presença na Formação Continuada Anual carece de uma justificativa mais relevante. Afinal de contas, a formação é um direito do

docente, não uma obrigação anual. Aliás, a experiência com essa formação engessada, conforme já fiz alusão anteriormente, mostra a necessidade de repensar o modelo.

Desse modo, a ênfase dada aos resultados de desempenho das escolas, tal qual acontece com o Ideb, foi uma medida para aproximar os dois sistemas de avaliação. Com efeito, uma questão de extrema importância diz respeito ao fato de que a avaliação realizada pelo corpo docente no contexto do programa Escola Nota 10 não guarda qualquer aproximação com o modelo utilizado pelo Ideb. São avaliações distintas e que não dialogam entre si. A começar pelas provas. Enquanto o Prova Brasil trabalha somente com Língua Portuguesa, Matemática e, mais recentemente, Ciências, a prova aplicada ao programa Escola Nota 10 incluía todas as disciplinas. Ademais, o modelo de correção da Prova Brasil tem como referência a chamada TRI (Teoria de Resposta ao Item). Trata-se de um sistema capaz de ponderar as questões que o discente respondeu corretamente e dar um peso específico a cada acerto. As perguntas são previamente decompostas em grupos (fáceis, médias e difíceis), mas não são dispostas nessa ordem. Assim, o respondente não sabe qual questão pertence a que grupo. A TRI analisa as respostas do aluno através de estatísticas e teorias matemáticas. A nota do estudante não depende apenas do valor da questão; ela é “ponderada” com o grau de dificuldade das questões a que ele acertou ou errou. Com base nessa visão, busquei experimentar uma nova sistemática de avaliação com referência no Ideb.

9.3.2 UMA TENTATIVA DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A ideia central seria construir um sistema local de avaliação diagnóstica que se aproximasse do modelo da Prova Brasil, porém sem caráter ranqueador. Eu já vinha discutindo essas questões com o professor Aléssio Tony C. de Almeida, do curso de Economia da UFPB. O professor Aléssio faz parte de um grupo de pesquisadores que trabalhou na construção de um conjunto de indicadores sobre a eficiência dos gastos em educação dos municípios paraibanos, por demanda do TCE.⁹

Assim, propus uma parceria com o professor Aléssio Tony e o IFPB, através da Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba (FUNETEC), para realizar o que denominamos de *Simulado Prova Brasil (SPB) 2013*.¹⁰

Esse simulado consistia na aplicação de uma prova nos mesmos moldes do Prova Brasil, para o conjunto de alunos matriculados no 5º e 9º anos. Ela eria corrigida com base no modelo de TRI, mencionado anteriormente. Com os dados de aprovação do ano de 2012, seria feito uma previsão de desempenho do Ideb da rede municipal de João Pessoa para o ano de 2013.

O SPB foi aplicado, de forma censitária, em 92 escolas do ensino fundamental regular, nos dias 17 e 18 de junho de

⁹ Esses docentes compunham o Grupo de Assessoramento, Política Econômica (GAPPE), formado pelas professoras Fernanda Sarmento e Conceição Sampaio e pelos professores Paulo Fernando, Hilton Martins, Aléssio Tony e Ignácio Tavares Júnior. A equipe foi responsável pela construção dos Indicadores de Desempenho do Gasto Público em Educação na Paraíba (IDGPB), por solicitação do TCE. Tive a oportunidade de participar da construção desses indicadores antes de ser nomeado secretário municipal de Educação.

¹⁰ As fundações de apoio da UFPB estavam impedidas de realizar convênios naquele período.

2013, e teve a participação de 6.177 estudantes, sendo 60% matriculados no 5º ano e 40% matriculados no 9º ano.

Foi produzido um relatório com os resultados agregados da rede municipal por série avaliada e também por escola, bem como foi feita uma estimativa do Ideb naquele ano. Os resultados foram entregues a cada uma das escolas, no formato de Boletim de Desempenho Escolar (BDE), para que pudessem analisar seus resultados e verificar que medidas seriam tomadas para melhorar seu desempenho nas provas padronizadas de proficiência.

O BDE foi estruturado com 14 indicadores, a saber: Ideb previsto, média padronizada em Língua Portuguesa e Matemática, indicador de rendimento escolar, taxa de participação dos alunos, taxa de alunos que deixaram ao menos uma questão em branco no Simulado, taxa de alunos que rasuraram ao menos uma questão no Simulado, proficiência em Língua Portuguesa, nota padronizada de Língua Portuguesa, distribuição percentual dos alunos ao longo da escala única do SAEB de proficiência de Língua Portuguesa, proficiência em Matemática, nota padronizada de Matemática, distribuição percentual dos alunos ao longo da Escala Única do SAEB de proficiência em Matemática, nível da média de proficiência em Matemática na Escala Única do SAEB.

Os resultados gerais da rede não foram dados ao conhecimento da sociedade, e nenhuma escola teve acesso ao resultado da outra, respeitando-se, dessa forma, o compromisso assumido perante os gestores.

Tratou-se de uma primeira iniciativa que apresentou resultados satisfatórios em termos de avaliação dos estudantes,

servindo, também, para que se pudessem verificar prováveis dificuldades na aplicação de provas de larga escala e na análise dos dados. Acredito que essa experiência deveria ser aprimorada e difundida em toda a rede de educação básica da Paraíba.

9.3.3 O IDEB DA REDE MUNICIPAL

Em 2013, portanto ainda no primeiro ano da nova gestão municipal, foi aplicado o Prova Brasil, para avaliar o rendimento do alunado. A média de desempenho no Prova Brasil multiplicada pelo fluxo escolar conforma um indicador nacional que procura mensurar a qualidade do ensino: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado pelo Inep em 2007. O Ideb procura agregar, ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep, a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis. Na ótica do MEC, o Ideb permite estabelecer metas de qualidade educacional para os sistemas.

O Simulado realizado pela rede municipal apontava para um resultado satisfatório e crescente para as séries iniciais do ensino fundamental, detectando uma possível queda no rendimento do alunado das séries finais. Assim, quando saíram os resultados oficiais do Ideb, já no ano de 2014,¹¹ os dados mostraram o acerto do Simulado quanto às séries finais. Porém verificou-se um resultado diferente quanto às séries iniciais, apresentando, no Ideb, uma leve redução. Dessa maneira, as metas foram plenamente atingidas nos dois

¹¹ Houve bastante atraso na divulgação do Ideb no ano de 2014. A justificativa apresentada pelo MEC foi o número considerável de recursos de estados e municípios.

segmentos do ensino fundamental. A rede municipal de João Pessoa alcançou o Ideb de 4,4 nas séries iniciais do ensino fundamental e 3,6 nas séries finais. As metas estipuladas pelo MEC/INEP eram, respectivamente, de 4,0 e 3,4. De qualquer maneira, mesmo atingindo as metas estipuladas, esperava-se um resultado melhor, sobretudo quanto às séries iniciais do ensino fundamental.

Imediatamente, providenciei um estudo, escola por escola, e convidei os diretores e diretoras de escolas para uma avaliação do Ideb 2013. Foi uma reunião riquíssima. Ali se definiu a necessidade de avançar em projetos que apresentam excelentes resultados, como o “Acelerando o saber”, e implantar um projeto inovador para o ano de 2015, denominado “Mentes Inovadoras”, desenvolvido pela empresa *Mind Lab*, com vasta experiência na área.

O projeto “Mentes Inovadoras” trabalha com competências e habilidades socioemocionais. Voltado para escolas que tiveram baixo desempenho nas séries finais, ele foi colocado em prática, de forma experimental, no ano de 2014, na escola Antenor Navarro, com resultados bastante animadores. O *projeto* desenvolve-se por meio de jogos e atividades, habilidades cognitivas, sociais, emocionais e éticas junto a crianças e jovens com idade entre 4 e 18 anos. A metodologia do projeto baseia-se em três pilares fundamentais: jogos de raciocínio, métodos metacognitivos, professor mediador.

9.4 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA EJA

Desde 2008, a Sedec implantou, no currículo da educação de jovens e adultos, a qualificação profissional

dos seus alunos, em parceria com a Fundação de Educação Tecnologia e Cultural da Paraíba (Funetec).

O projeto de Qualificação Profissional integrada à EJA (QPEJA) tem como grande finalidade permitir a maior integração da educação básica com a educação profissional. Busca-se contribuir para a construção de uma proposta educacional dentro da perspectiva de uma política de inclusão social. O projeto visa também favorecer uma aprendizagem mais qualificada dos educandos da EJA, próxima da sua realidade social e cultural, de modo a oportunizar a continuidade dos estudos numa perspectiva de formação integral.

Os cursos oferecidos são Corte e Escova, Camareira, Corte e Costura, Mecânica de Motos, Caixa, Auxiliar de Cozinha, Informática Básica, Manicure e Pedicure, Auxiliar de Recepção, Pedreiro de Acabamento, Pintor, Assistente de Turismo, Montagem e Manutenção, Eletricista Predial, Mosaico e Pintura Decorativa, Embelezamento, Bijuteria, Estoquista, Assistente de Almoxarifado, Recepção, Teleatendimento, Auxiliar Administrativo, Agente de Portaria, Vendas, Varejo e Televendas, Garçom, Pizzaiolo, Frentista, Chapeiro (grelha) e Cuidador de Idoso.

O conceito de formação integral é por demais importante para todo educador progressista. Porém o que pude verificar, de forma empírica, é que essa formação profissional carecia de melhor acompanhamento, monitoramento e avaliação de resultados. Os custos eram altos, e não se tinha clareza do seu retorno. Ademais, havia problemas de relacionamento com a própria FUNETEC, em especial por conta da dívida herdada do ano de 2012 e que só veio a ser saldada no final de 2013.

A criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011, que tem por objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, seria uma alternativa a se pensar para promover a melhoria da qualificação profissional da EJA. Para tanto, promovi diversas reuniões com representantes da Rede Federal de Educação Profissional e, também, com as instituições do Sistema S,¹² como o SENAI e SENAC. Já a partir de 2014, foi possível conveniar, com algumas dessas instituições, as quais passaram a ofertar os cursos profissionalizantes aos alunos da EJA municipal.

Considero, porém, que se poderia avançar mais em programas de qualificação e de alfabetização. Nesse último caso, reporto-me à inclusão de tecnologia, como a do Programa de Alfabetização na Língua Materna (Palma), que trabalha com o uso de *smartphones* e *tablets*, com um aplicativo educacional para estimular, por meio digital, as habilidades de leitura, escrita e compreensão de textos. Seria uma iniciativa bastante interessante. Cheguei a manter contato com o responsável pelo projeto, José Poli, por intermédio do professor da UFPB, Timothy Denis Ireland, que atua no projeto Zé Peão, o qual consiste numa parceria entre a Universidade e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (SINTRICOM) e vem desenvolvendo atividades de alfabetização com operários da construção civil nos últimos

¹² Trata-se de um conjunto de entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que, além de ter seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem, ainda: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

vinte anos na cidade de João Pessoa. O Zé Peão adotou o Palma, creio que de forma experimental. As conversações, porém, não evoluíram como eu esperava, e a Sedec não conseguiu adotar essa tecnologia. Contudo abriu-se uma nova janela de oportunidade para a educação de jovens e adultos.

9.5 A OFERTA DO ENSINO RELIGIOSO

A oferta do ensino religioso, como se sabe, é obrigatória para escolas públicas em face de um dispositivo da Constituição brasileira de 1988. O conteúdo, ou melhor, o sentido geral desse dispositivo é recorrente na legislação do Brasil desde o Império. O tema desperta bastante polêmica, o que não vem ao caso tratar nestas breves narrativas.¹³ Ocorre que, na medida em que existe uma previsão legal tanto na Constituição Federal quanto nas leis infraconstitucionais, o debate se volta para a regulamentação dessa oferta.

Com base nessa compreensão, homologuei a Resolução nº 026/12, instituída pelo Conselho Municipal de Educação, que dispõe sobre a oferta do componente curricular do ensino religioso no ensino fundamental da rede municipal de João Pessoa.

Com a homologação, as escolas da rede pública municipal de João Pessoa teriam de adaptar seus projetos político-pedagógicos, para fazer constar o novo componente pedagógico. As escolas deverão oferecer o ensino religioso na grade curricular do ensino fundamental, não estando os alunos obrigados a fazer matrícula na disciplina. O ensino religioso deverá ser ofertado no horário normal das escolas públicas

¹³ Ver a respeito, Oliveira (2005).

municipais de ensino fundamental, acrescido ao mínimo de 800 horas anuais previstas na Lei nº 9.394/96.

O que me fez tomar a decisão de homologar a Resolução, dentre outros motivos e para além da questão legal, foi a redação dada ao Artigo 2º do documento, que estabelece, de forma límpida, que o componente curricular vai “subsidiar o estudante para compreensão do fenômeno religioso, presente nas diversas culturas e sistematizado por todas as tradições religiosas”. Já o parágrafo único do mesmo artigo sentencia que, nas escolas públicas municipais, não será permitido qualquer tipo de preconceito ou manifestação, em desacordo com o direito individual do estudante e de seus familiares de declarar um credo religioso ou mesmo o de não exercer nenhum.

Do meu ponto de vista, estava ali assegurada a liberdade de crença e de não crença, embora eu saiba que a maneira como o docente trabalha o ensino religioso no cotidiano escolar é o que define essa liberdade ou o seu limite. Por isso, a Resolução determina ainda que a Secretaria de Educação e Cultura, através da Diretoria de Gestão Curricular, deve promover a capacitação para os professores responsáveis pela docência do ensino religioso, com base no respeito e tolerância aos que professam uma fé, seja de que matriz for, e aos que não a professam.

9.6. ROMPENDO FRONTEIRAS

No dia 8 de abril de 2014, recebi a visita de Karamuh Martins, empresário da educação ligado ao colégio Motiva, na capital. Fiquei curioso com o teor da conversa. Ele veio

acompanhado da senhora Myrian Tricate, coordenadora no Brasil do Programa Escolas Associadas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (PEA/UNESCO). O tema da audiência seria a apresentação da proposta de sediar o Encontro Nacional do PEA/UNESCO em João Pessoa e garantir a parceria com a PMJP. Percebi, naquele encontro, uma oportunidade de ampliar a presença da educação municipal de João Pessoa no cenário nacional e internacional.

A conversa foi bastante agradável e fluiu no sentido de a Sedec inscrever professores e gestores para participar do Congresso que, diga-se de passagem, teria conferencistas renomados. Portanto, essa demanda coincidia com os anseios de descentralização da formação continuada. Mais ainda: foi aberta a possibilidade de escolas municipais passarem a integrar a rede PEA/UNESCO.¹⁴ Era uma janela de oportunidade que se abria: a rede municipal poderia romper as fronteiras geográficas, assim como o fazia na Robótica, para começar a participar de redes de conhecimento. Valeria a pena batalhar por essa conquista. Ainda nessa conversa, decidiu-se que haveria uma apresentação, no Encontro Nacional, de relato de experiência da escola Apolonio Sales de Carvalho, com sua equipe de Robótica.

Em seguida, dirigimos-nos ao gabinete do prefeito. E, como já estava tudo bem encaminhado pela Sedec e a coordenação do PEA/UNESCO, a reunião foi tranquila e objetiva. Foi uma oportunidade, também, de expor um pouco mais sobre as ações que estávamos desenvolvendo com

¹⁴ As escolas seriam selecionadas segundo o juízo do PEA UNESCO. Dentre os critérios definidos, destacam-se: excelente desempenho nas avaliações externas do MEC/INEP e trabalho reconhecido nas áreas de Direitos Humanos, Sustentabilidade, Diversidade e Cidadania.

relação à educação municipal. A professora Myrian Tricate ficou impressionada com nossas iniciativas e considerou que elas mereciam ser divulgadas nacionalmente, e assim o fez. A edição nº 7, do ano 6, da Revista do Programa de Escolas Associadas da Unesco no Brasil,¹⁵ trouxe uma longa matéria com ênfase na política de expansão de vagas na educação infantil, a valorização do magistério e, como não poderia deixar de constar, a Robótica municipal.

O 20º Encontro Nacional das Escolas Associadas à UNESCO, que contou com 300 participantes, aconteceu nos dias 8, 9 e 10 de outubro de 2014, no hotel Tambaú. Na solenidade de abertura, representei o prefeito da capital e fiz um discurso saudando o evento e dizendo-me honrado em contribuir para sua realização em nossa cidade, ao tempo em que esperava, sinceramente, aprofundar as relações da Sedec com o PEA UNESCO e realizar as primeiras filiações de escolas da rede municipal ao Programa. Na oportunidade, disseminei o Desafio Verde a todas as 220 escolas associadas à UNESCO. Esse desafio foi lançado, inicialmente, pela diretora do Centro de Referência em Educação Infantil (Crei) Maestro Pedro Santos, Eliane Fernandes, que teve a feliz iniciativa de plantar uma árvore e desafiar outros educadores a tomar a mesma atitude, dando exemplo de preservação da natureza.¹⁶

Para minha felicidade, soube que as três escolas indicadas para se filiar ao PEA UNESCO tiveram suas inscrições aceitas. A filiação ocorreu no 21º Encontro do PEA, realizado em 2015, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná.

Só se pode colher, se se semeia a terra.

¹⁵ Disponível em <http://www.peaunesco.com.br/REVISTApea2014R.pdf>.

¹⁶ Eu aceitei o desafio e plantei uma árvore na escola municipal Leonel Brizola.

10

A FALA QUE FAZ

A fala que faz é a tradução, para o *Iorubá*, da palavra conhecida em todo o Brasil como *Afoxé*, símbolo da cultura africana, expressa em manifestações ligadas à religião, música e comportamento. Interessante notar que se deve a José Martí, um nacionalista e revolucionário cubano, uma frase que Ernesto Che Guevara gostava muito de repetir e que tem a mesma significação: “a melhor maneira de dizer é fazer”.¹ De fato, esse parece ser o único modo de testar a vontade das palavras e também sua necessidade e capacidade de se tornar realidade. Não é à toa que Cuba e África mantêm uma relação de cumplicidade em diversos aspectos, desde a presença internacionalista de militares cubanos, no apoio às lutas de independência de países africanos na década de 1960, à recente contribuição dos médicos cubanos no combate ao ebola.

Pois bem, peço ao leitor que compreenda o título deste capítulo final exatamente como um testemunho daquilo que se quis fazer, que foi necessário fazer e que se pôde fazer. Tudo aconteceu porque precisava acontecer.

¹ Essa frase eu pude colhê-la no livro de Livia Turner Martí, intitulado *Del pensamiento pedagógico de Ernesto Che Guevara* (2007), que me foi presenteado por minha ex-chefe de gabinete, Giovanna Cristina, após visita ao país de Fidel Castro. Um verdadeiro regalo cubano.

Qual o balanço que faço desse período que estive à frente da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa?

É importante lembrar que herdei problemas imensos, quando assumi a Sedec, já no final da gestão do ex-prefeito Luciano Agra. Esses problemas foram repassados à nova gestão. O maior deles se deu com respeito à questão financeira. De fato, de 2012 a 2013, a Secretaria acumulou uma dívida em torno de 20 milhões de reais.² Em vez de ficar agarrado ao passado e reclamando dos antecessores, preferi investir meu precioso tempo em encontrar soluções para os problemas. Era preciso, ao mesmo tempo, cortar despesas desnecessárias e ampliar os serviços. Seria necessária muita criatividade e, claro, um bom planejamento.

Está claro para mim que o planejamento da Sedec para os quatro anos da gestão conseguiu produzir ações que, de fato, mudaram o perfil da educação municipal, particularmente a educação infantil. A municipalização das creches estaduais e a construção de novas unidades com padrão de excelência colocam a educação municipal na vanguarda do atendimento integral da criança pequena.

Os projetos inovadores, a exemplo do passe livre, do CELEST e da política de inclusão e acessibilidade, tornaram-se referência no país. A melhoria da infraestrutura das escolas de Ensino Fundamental e a construção de novas escolas de tempo integral são avanços consideráveis. Todas essas ações

² Em uma conta rápida, destaco a dívida de R\$ 7 milhões, do programa Escola Nota 10, e mais R\$ 4,5 milhões somente de alimentação escolar, além de atrasos de pagamento à FUNETEC e a diversos fornecedores, incluindo as construtoras que faziam reformas e construção de três escolas municipais, e a Fundação José Américo, da UFPB, por conta da Formação Continuada de 2012, além da dívida para com a própria UFPB, em razão de um Mestrado Profissionalizante em Letras. A quase totalidade dessas dívidas foi saldada ainda em minha gestão.

redundaram em avanços quanto ao acesso e à qualidade da oferta da educação infantil, do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos. Como bem escreveu Eric Hobsbawm (2002), estamos aqui para lembrar que, em primeiro lugar, vêm as pessoas. Acrescentaria, de forma mais específica: as crianças e adolescentes e os jovens e adultos como sujeitos de direito, e os trabalhadores em educação, protagonistas e responsáveis pela condução do processo pedagógico. Não houve nem haverá educação de qualidade sem respeito a essas pessoas. Talvez este seja o maior legado de minha gestão. Não um legado de falar por falar, mas de falar fazendo.

Agora, passo a responder à pergunta lançada no capítulo introdutório deste livro. Valeu a pena?

Posso dizer, com toda sinceridade, que sim; valeu a pena estar à frente da administração municipal da educação de João Pessoa nos dois anos e quatro meses aproximados em que fui secretário municipal de educação. Evidentemente, aos olhos de hoje, caso pudesse voltar no tempo, corrigiria alguns equívocos, faria ajustes ali e acolá, escutaria mais e falaria menos. Entretanto a linha central do meu pensar e do meu agir, com certeza, permaneceria intacta.³

Nada do que foi feito, ou mesmo deixou de ser feito, aconteceu por obra do acaso ou de uma mente iluminada.

³ Um dos momentos mais emocionantes que vivi, quando estive à frente da Sedec, foi a outorga do título de cidadão pessoense, concedido pela Câmara Municipal de João Pessoa, em 30 de outubro de 2013, por iniciativa do vereador Benilton Lucena. Para mim, não foi um ato protocolar, porém o reconhecimento de uma trajetória de vida e de amor pela cidade. Em meu discurso, escrevi: “Tornar-se cidadão pessoense não é, para mim, tão somente um título, embora seja a mais alta honraria que me foi concedida em vida. Faz 31 anos que aqui habito. Apaixonar-me por esta cidade não foi difícil, diga-se de passagem. E, ao me tornar cidadão pessoense de fato e de direito, sinto que cresce a responsabilidade e também minhas obrigações, a partir desta data. Espero honrar este dia com mais trabalho e mais zelo por nossa querida João Pessoa, independentemente da função que eu ocupe”.

Tudo nasceu de um projeto que foi ganhando musculatura teórica e consistência prática, provando ser exequível e utópico. Exequível, pela necessidade de acontecer, e utópico, pela sua incompletude. Aconteceu, também, porque homens e mulheres se esforçaram para tornar realidade o que era apenas um sonho distante.

É chegado o momento de encerrar estas breves narrativas.

* **

Era uma manhã de sábado, no início do mês de agosto de 2014. Havia marcado uma conversa com o prefeito para tratar da aquisição de fibra ótica para as escolas e creis do município. O local era o parque Arruda Câmara, popularmente conhecido como Bica, onde o prefeito fazia uma gravação de imagens e falas para a televisão. Fui acompanhado de Max Formiga, diretor da DTIC, que presenciou toda a conversa, e de meu filho mais novo, Luca que, por sinal, estava bastante inquieto.

A conversa foi bem tranquila e ali tratamos da instalação da fibra ótica nas unidades escolares e dos benefícios que traria a toda a rede.⁴ Ao final, expus a ele meu desejo de retornar à UFPB, para retomar meus afazeres acadêmicos e, também, porque estava sendo desafiado, por colegas docentes, servidores técnico-administrativos e por alunos a, possivelmente, concorrer à reitoria da Instituição. O prefeito escutou e, depois de alguns comentários acerca de

⁴ Com a concordância do prefeito, fiz adesão a uma ata de licitação da Defensoria Pública do Estado da Paraíba e contratei os serviços de instalação de fibra ótica em todas as escolas e creis do município. Os serviços foram iniciados ainda em minha gestão.

prazos, desconversou com uma frase típica: “vamos continuar conversando”; e mudou de assunto.

Saí daquela conversa com o espírito tranquilizado. Saber entrar e saber sair são virtudes que nem todos possuem, pensei com meus botões. Ao contrário do que alguns poderiam pensar, intensifiquei os trabalhos na Secretaria e, até minha saída, continuei batalhando pelos projetos e ações que estavam ao meu alcance e que teriam que ter continuidade com o futuro titular do cargo.

A informação sobre minha saída só veio a público no mês de novembro de 2014, quando começou a se especular sobre uma futura reforma administrativa. Quem primeiro noticiou foi o jornal *Contraponto*. Nos corredores da Sedec, já se comentava abertamente sobre minha decisão. Em 11 de novembro, um portal local⁵ noticiou a minha disposição de entregar o cargo. Naquele mesmo dia, o prefeito deu uma entrevista, numa emissora de televisão, e confirmou minha saída, pelos motivos que eu tinha lhe adiantado. Depois, outros meios de comunicação passaram a noticiar o fato.

No dia 12 de dezembro, uma sexta-feira, por volta das 15 horas, recebo o telefonema da secretária do prefeito convidando-me a ir ao gabinete. Eu já estava esperando esse momento. O prefeito se encontrava em reunião tratando de outros assuntos. Por isso, esperei um pouco na antessala. Algum tempo depois, a secretária me convida a me deslocar até a sala da chefia de gabinete, que mantém uma porta com acesso direto à sala do prefeito. Ele veio até essa sala. A

⁵ O link da matéria é este: <http://www.polemicaparaiba.com.br/brasil/prefeito-luciano-cartaxo-vai-perder-seu-secretario-de-educacao>.

conversa foi rápida e transcorreu, mais ou menos, da seguinte forma. Ele foi direto ao ponto:

– Bom, como você mesmo já adiantou, logo mais, vou oficializar a reforma com a sua saída. No seu caso, nem precisa justificar. Todo mundo sabe o motivo.

Concordei. Todos já sabiam. Agradei a confiança e me coloquei à disposição para, caso fosse preciso, continuar contribuindo com a gestão, agora em outro *front*. Trocamos um aperto de mão, e nos despedimos.

Já era finalzinho da tarde. Voltei ao meu futuro ex-gabinete e comuniquei, formalmente, a minha saída a Giovanna e Aline. Nem precisei arrumar as gavetas porque já o vinha fazendo há dias.

Na segunda-feira, retornei ao gabinete e reuni a equipe para as despedidas. Aproveitei a ocasião para agradecer o desempenho de cada um e de cada uma no período em que estive como secretário. Disse ainda que os frutos já começavam a ser colhidos. Desejei boa sorte a todos e todas e me coloquei à disposição para uma transição tranquila e sem atropelos. Missão cumprida.

Volto a Guimarães Rosa, presente na epígrafe dessas memórias, para fechar este depoimento. O real das coisas não está na saída nem na chegada, escreveu o autor de *Grande sertão: veredas*. É na travessia que a vida se enche de sentido. São as nossas escolhas que definem o que somos. E minha escolha foi a de permanecer nas trincheiras, quaisquer que sejam elas, em defesa da educação pública.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Educação infantil**: prioridade imprescindível. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

ARRUDA. Avenzoar (Org.) **Uma nova visão de cidade**. João Pessoa: CAAP, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232. [Tradução de Sérgio Paulo Rouanet]

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. [Tradução de Marco Aurélio Nogueira]

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Emenda constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, 13 de setembro de 1996.

BRASIL. Emenda constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, 20 de dezembro de 2006.

BRASIL. Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da

União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao *caput* do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. **Diário Oficial da União**, 12 de novembro de 2009.

BRASIL. Lei 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, 5 de abril de 2013.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioducativas no contraturno escolar. **Diário Oficial da União**, 26 de abril de 2007.

CAMINI, Lucia. **Política e gestão educacional brasileira: uma análise do Plano de Desenvolvimento da Educação/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (2007– 2009)**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

FERNANDES, Vivian. Na contramão, Passe Livre é implementado na capital da Paraíba. **Rádio Agência Notícias do Planalto**. 16 de abril de 2013. Disponível em <http://www.radioagencianp.com.br/11560-na-contramao-passe-livre-e-implementado-na-capital-da-paraiba>.

GEGLIO, Paulo César. Políticas públicas de formação continuada para professores: um estudo de cursos realizados a partir de propostas licitatórias. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, p. 231-257, jan./mar. 2015.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu, GENTILI, Pablo (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996, p. 9 – 49.

HOBBSAWM, Eric. Renascendo das cinzas. In: BLACKKBURN, Robin (Org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 255 – 271. [Tradução de Luiz Krausz, Maria Inês Rolim e Susan Semler]

JOÃO PESSOA. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 026/2012, de 18 de set de 2012. Dispõe sobre a oferta do componente curricular do ensino religioso no ensino fundamental da rede municipal de educação do município de João Pessoa-Pb. **Semanário Oficial** nº 1355. De 13 a 19 de janeiro de 2013.

JOÃO PESSOA. Lei nº 8.682, de 28 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do município de João Pessoa, e dá outras providências. **Semanário Oficial** nº 625. De 24 a 31 de dezembro de 1998.

JOÃO PESSOA. Lei nº 8.996, de 27 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa, e dá outras providências. **Secretaria de Educação e Cultura**. João Pessoa, janeiro de 2000.

JOÃO PESSOA. Lei Ordinária nº 12.576, de 05 de julho de 2013. Fica instituído o projeto Passe Livre, que cria a gratuidade da passagem de transporte coletivo urbano para os alunos integrantes da rede municipal de ensino e dá outras providências. **Semanário Oficial** Nº 1379. Edição Extra. De 30 de junho a 06 de julho de 2013.

JOÃO PESSOA. Portaria nº. 1610, de 30 de julho de 2012. **Semanário Oficial** nº 1334. De 05 a 11 de agosto de 2012.

JOÃO PESSOA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Portaria nº 02/2013. **Semanário Oficial** nº 1364. De 17 a 23 de março de 2013.

JOÃO PESSOA. SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA. **Plano de Metas 2013 – 2016**. João Pessoa: SETRANSP, 2013. (Coleção Transparência).

LESSARD, Claude; TARDIFF, Maurice. As transformações atuais do ensino: três cenários possíveis na evolução da profissão de professor. In: TARDIFF, Maurice; LESSARD, Claude (Orgs.). **O ofício do professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. [Tradução de Lucy Magalhães]

MARTÍ, Livia Turner. **Del pensamiento pedagógico de Ernesto Che Guevara**. Ciudad de La Habana, Cuba: Editora Capitán San Luis, 2007.

MENDES. Matilde Gonçalves. **As mudanças na política de financiamento da educação básica e suas implicações para os profissionais da educação do município de João Pessoa. Dissertação de Mestrado**. João Pessoa, 2014. 110 f. (Dissertação de Mestrado). Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba UFPB. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO DELIBERATIVO. RESOLUÇÃO Nº 14, DE 9 DE JUNHO DE 2014. Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União**, 10 de junho de 2014 – Seção 1.

MOURA, Assis Souza de. **Remuneração variável do magistério público da educação básica na rede estadual de ensino da Paraíba: (Des) Valorização profissional?** João Pessoa, 2015. 231 f. (Tese de Doutorado). Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba UFPB. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. O ensino de religião nas escolas públicas: notas para um debate. In: DIAS, Adelaide Alves; SOUSA JUNIOR, Luiz de (Orgs.). **Políticas públicas e práticas educativas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011. [Tradução de Marcelo Duarte]

REDE municipal de João Pessoa avança com políticas de expansão do atendimento e valorização dos professores. **Revista PEA UNESCO**. Ano 6, n 7, set. 2014. Disponível em <http://www.peaunesco.com.br/REVISTApea2014R.pdf>.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1231– 1255, out. 2007.

SOUSA JUNIOR, Luiz de. **Discurso do título de cidadão pessoense**. João Pessoa, 30 de outubro de 2013. Digitado.

_____. **Financiamento da educação**: os impactos do Fundef na educação básica do Estado da Paraíba. São Paulo, 2003. 305 f. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

_____. Repercussões do Fundef no gasto-aluno da educação básica do Estado da Paraíba. In: DIAS, Adelaide Alves; SOUSA JUNIOR, Luiz de (Orgs.). **Políticas públicas e práticas educativas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

TAKAHASHI, Fábio; CANCIAN, Natália; TATEMOTO, Rafael; AZEVEDO, Rayanne. Fora da lei, 11 capitais negam tempo livre a professores, **Folha de São Paulo**. Caderno educação, 13 de agosto de 2013.

TEDESCO, Juan Carlos. **Qualidade da educação e políticas educacionais**. Brasília: Liber Livro, 2012. [Tradução de Ricardo Perez Banega]

